

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**A Presença de Luiz Damasco Penna na Delegacia
Regional de Ensino de Santos do Estado de São
Paulo (1932-1957)**

Silvio Luiz Santiago Pasquarelli

Santos

2012

A Presença de Luiz Damasco Penna na Delegacia Regional de Ensino de Santos do Estado de São Paulo (1932-1957)

Silvio Luiz Santiago Pasquarelli

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação apresentada ao Programa de Pós Graduação stricto sensu em Educação da Universidade Católica de Santos, sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria Aparecida Franco Pereira

Santos

2012

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
SibiU

P284pPasquarelli, Silvio Luiz Santiago

A presença de Luiz Damasco Penna na delegacia regional de ensino de Santos do Estado de São Paulo (1932-1957). / Silvio Luiz Santiago Pasquarelli ; orientador Prof.^a Dra.^a Maria Aparecida Franco Pereira. – Santos : [s.n.], 2014.

160f. ; (Dissertação de Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação.

1. Luiz Damasco Penna. 2. Educação rural paulista. 3. Pensamento educacional. I. Pereira, Maria Aparecida Franco. II. Universidade Católica de Santos. III. A presença de Luiz Damasco Penna na delegacia regional de ensino de Santos do Estado de São Paulo (1932-1957).

CDU MON 37(043.3)



Agradecimentos

Uma jornada intelectual não se faz sozinho, muito menos em uma linha suave: ela é feita de luta, perseverança e muita fé.

Na minha vida acadêmica, sempre tive em mente que não poderia realizar esta tarefa hercúlea, sem a colaboração direta ou indireta de diversas pessoas.

Agradeço a todos que comigo caminharam:

A minha família, em todos os momentos deste Mestrado em Educação: a meu pai Miguel Pasquarelli Filho e a minha mãe Sylvia Maria Santiago Pasquarelli que sempre me incentivaram.

Meu pai foi, durante muitos anos, servidor público municipal, na cidade de São Vicente, onde desempenhou diversos cargos e serviu-me de referencial, para tratar da atuação como funcionário público de Luiz Damasco Penna, durante seus mais de 40 anos de serviço na educação do Estado de São Paulo.

A minha mãe Sylvia, agradeço por tudo que também me possibilitou nesta etapa.

A meu irmão Miguel que me ajudou no trabalho docente, possibilitando, em um primeiro momento, minha frequência às aulas do magistério e em um segundo instante torna-se figura fundamental para a continuidade da pesquisa.

A meu tio Marcio Roxo Portasio, que comigo visitou todos os arquivos, a Delegacia de Ensino de Santos, o Centro de Estudos do Centro do Professorado Paulista, em algumas entrevistas.

A minha tia, professora Rosane Santiago Portasio, que agilizou diversas informações sobre Luiz Damasco Penna.

A minha irmã Carla Angélica, professora universitária, que me motivou a ingressar no Mestrado em Educação.

A minha noiva, Patricia Carla, pelo apoio.

Professores do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos:

A Dra. Maria de Fatima Abdalla, pelo apoio no início deste Mestrado de Educação; a Dra. Maria Angelica Rodrigues, que muito ajudou nas aulas de Laboratório, entendendo nossas preocupações e a nossa falta de experiência em projetos de pesquisa.

À Dra. Ariane Franco Lopes da Silva, por ser um verdadeiro mundo dentro da sala de aula com sua paciência, persistência. Suas vivências na Europa e no mundo acadêmico foram fundamentais para o sucesso deste trabalho. Jamais esquecerei suas Histórias

Ao professor Dr. Luiz Carlos Barreira, este pesquisador incomensurável, pelas suas aulas memoráveis no Seminário de Educação e Pesquisa e Laboratório II, principalmente pelas suas observações que foram extremamente úteis e valiosas nesta pesquisa. Suas atividades de debates enriqueceram muito; não havia uma indagação sem resposta com muita didática e consistência, opinião que acredito que muitos dos meus colegas compartilham comigo. Muitas vezes professor Barreira tinha um grego dentro de si ao levar os alunos à luz da pesquisa.

Aos familiares de Luiz Damasco Penna, na figura de seus netos, professora Maria Thereza e professor Dr. Luiz Alberto Placido Penna que deram alma a este trabalho e entenderam a importância da elaboração deste passo para a educação primária do Estado de São Paulo. Meu muito obrigado: o material emprestado e as informações foram fundamentais.

À minha orientadora professora Dra. Maria Aparecida Franco Pereira, que desde a primeira hora foi advogada da nossa causa no início desta caminhada pelo *Stricto Sensu*, entendendo a conciliação do nosso trabalho docente com o Mestrado em Educação. Nossa confidente, quando mais uma vez assumiu a orientação do nosso projeto de pesquisa, pois já havia sido nossa orientadora na graduação em História. Nossa professora na essência da palavra quando nos víamos em constantes dúvidas. Sua sugestão sobre Luiz Damasco Penna, eu a agradeço imensamente, sua paciência com nossas dificuldades, sua orientação magnânima quanto aos documentos utilizados nesta pesquisa.

PASQUARELLI, Silvio Luiz Santiago. A presença de Luiz Damasceno Penna na Delegacia Regional de Ensino de Santos do Estado de São Paulo (1932-1957). 2012 Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos. São Paulo.

Resumo

Esta pesquisa trata de biografia de Luiz Damasco Penna, educador paulista, que por mais de 40 anos militou na educação primária pública paulista, como professor, primário, diretor de grupo escolar, Delegado Regional de ensino da zona escolar de Santos e Inspetor distrital. Focamos nossas atenções para a presença do professor Penna, como delegado de ensino no litoral paulista e todos os desafios enfrentados no período de 1932 a 1957, além de seu pensamento pedagógico introduzido na administração das mais de 424 escolas isoladas do litoral paulista. Luiz Damasco Penna teve atuação marcante na educação paulista: além de delegado de ensino, fez parte das comissões de elaboração do código de inúmeras educação de 1933, leis do ensino de 1947, comissões internas compostas de diversos delegados de ensino, conselheiro do conselho técnico de educação na década de 1950 e tradutor de obras pedagógicas de autores franceses e espanhóis da coleção Atualidades Pedagógicas da Editora Nacional, foi também professor universitário ministrando aulas na cadeira de administração escolar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santos.

Procuramos também trazer o universo dos delegados de ensino e abrir caminhos do pensamento pedagógico construído na administração da educação primária.

Palavras-chave: Luiz Damasco Penna; educação rural paulista; pensamento educacional.

PASQUARELLI, Silvio Luiz Santiago. The presence of Luiz Damasceno Penna in the Regional Education Office of Santos, São Paulo State (1932-1957). 2012. Masters' dissertation. Universidade Católica de Santos..

Abstract

This research investigates the life and work of Luiz Damasco Penna, an educator in the State of São Paulo, Brazil, that acted for a period of over forty years in the state's public primary education, first as an elementary school teacher, then as principal, Regional Education Officer in the school district of Santos and District Inspector. We focused our attention in the presence of Penna as Regional Education Officer in the coast of São Paulo and all the challenges he faced in the period between 1932 and 1957, but also his pedagogical thinking introduced in the administration of more than 424 isolated schools in the region. Luiz Damasco Penna had an outstanding performance in São Paulo's education not only as a Regional Education Officer, but also as part of elaborating committees for the Education Code of 1933, the Education Laws of 1947, and internal commissions comprised of several Education Officers, counsellor in the Education Technical Counsel in the nineteen fifties and translator of pedagogical works of French and Spanish authors for Editora Nacional's collection *Atualidades Pedagógicas*, also as a college professor in the Chair of Business Administration in the Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santos. We also investigate the universe of the Education Officers and the pedagogical thinking constructed in the administration of primary education.

Keywords: Luiz Damasco Penna; rural education in the State of São Paulo; educational thinking.

ÍNDICE DAS FOTOS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 Reunião da família, na residência localizada na rua Silveira Lobo década de 1950..... | 23 |
| Figura 2 Luiz Damasco Penna | 27 |
| Figura 3 Inspetor distrital..... | 44 |
| Figura 4 Livro de diplomados (1930) | 45 |
| Figura 5 Litoral paulista: principais cidades (década de 1930-40)..... | 46 |
| Figura 6 Luiz Damasco Penna, Turiano Flavio de Andrade (2º), Suetonio Borges Bittencourt (3º)..... | 50 |
| Figura 7 Ilha de Buzios (1954)..... | 54 |
| Figura 8 Bertioga litoral paulista (1948)..... | 70 |
| Figura 9 1954..... | 74 |

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DE UM EDUCADOR (1902-1916)..... | 18 |
| 1.2. O universo familiar | 19 |
| 1.3. Ingresso na Escola Normal da Praça da República | 23 |
| 1.4. Cronologia de Luiz Damasco Penna (1896-1985) | 27 |
| 1.5. Obras | 29 |
| CAPÍTULO II - CARREIRA NO MAGISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA..... | 31 |
| 2.1. O início da carreira de professor primário no Interior | 31 |
| 2.2. Diretor de Escola..... | 37 |
| CAPÍTULO III- DELEGADO REGIONAL DE ENSINO DE SANTOS | 42 |
| 3.1. A implantação da Delegacia | 42 |
| 3.2. Desafios de Luiz Damasco Penna à frente da Delegacia de Santos | 46 |
| 3.3. Luiz Damasco Penna e a escola rural na zona escolar de Santos | 68 |
| CAPÍTULO IV PUBLICAÇÕES E ESTUDOS DE LUIZ DAMASCO PENNA..... | 76 |
| 4.1 Horário para as escolas isoladas | 76 |
| 4. 2. Problemas de Administração Escolar | 81 |
| 4.3. Formação de Professores em Escolas Isoladas: O ensinar a ensinar | 91 |
| 4. 4. Outras reflexões sobre a administração escolar | 106 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 108 |
| FONTES PRIMÁRIAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 110 |

INTRODUÇÃO

A História é um campo de possibilidades, fazendo da pesquisa seu principal elemento construtor de compreensão do presente.

O Tema desta dissertação é tornar visível a atuação do educador Luiz Damasco Penna, Delegado Regional de Ensino na região de Santos, de 1932 a 1956, buscando compreender sua presença na administração do ensino público paulista.

A temática biografia sempre esteve presente na minha atuação como pesquisador e professor da disciplina de História, por se tratar de uma forma de fazer uma história total, a partir do micro.

Minha trajetória como pesquisador na graduação do curso de História foi concluída com a produção do Trabalho de Conclusão do Curso de História com o título “Dr. Mario Diegues – Respeito e Coragem” e em seguida com a biografia de “Benedicto Calixto, pintor do Mar”, além de outros pequenos trabalhos, sempre ligados a biografias e a memória e história de vida.

Quando ingressei no Programa de Mestrado em Educação da Unisantos, busquei temas que me seduzissem, todavia nenhum me chamou verdadeiramente a atenção. Em uma conversa informal, com a professora Dra Maria Aparecida Franco Pereira, expus minhas preocupações e meu desejo de realizar uma biografia e o tema seria Antonio Carneiro Leão, grande reformador do ensino e autor de livros sobre educação, pensador sobre o qual já havia feito algumas leituras

A professora sugeriu, entretanto o tema de Luiz Damasco Penna, professor, inspetor, Delegado Regional de Ensino de Santos, conselheiro da Secretaria de

Educação do Estado de São Paulo, tradutor da Editora Nacional na seção Atualidades Pedagógicas, dirigida por seu irmão mais novo. Quase nada havia sido escrito sobre ele e tal pesquisa enriqueceria a Historiografia de Educação Brasileira.

O que existe de sistematizado sobre Luiz Damasco Penna está restrito a poucas linhas no *Dicionário de Educadores do Brasil*, organizado por Maria de Lourdes Fávero e J. M. Britto, verbete produzido pela historiadora Maria Luísa Santos Ribeiro.

Conforme a possibilidade de elementos de pesquisa foram aumentando, optei por compreender a trajetória do professor Luiz Damasco Penna.

A pesquisa proposta sobre Luiz Damasco Penna encontrou primeiro importância metodológica, pois o gênero biográfico tem na história um novo espaço e tratamento, quando a sociedade contemporânea reserva campos mínimos de atuação do passado, perdendo seus referenciais de memória e de história, pois a sociedade vive em um presente contínuo.

O objetivo desta pesquisa foi, pois, resgatar e compreender a trajetória do educador Luiz Damasco Penna, que vivenciou várias e importantes transformações, por fazer parte de uma rede de educadores formados na Escola Normal de São Paulo, com princípios inovadores, que vão influenciar profundamente a educação paulista por mais de quatro décadas e criar um pensamento de formação para professores que direcionarão suas carreiras para a administração do sistema de ensino do Estado de São Paulo.

O outro objetivo foi o do resgate aspectos da administração do ensino primário no estado de São Paulo em especial da região escolar liderada por Santos.

Atualmente a historiografia brasileira está se preocupando entre outros temas com os estudos dos educadores paulistas da Primeira República e, mais recentemente, com os da época getulista, enveredando pelo filão da administração. É extremamente importante conhecer e compreender a trajetória de vida dos educadores da chamada Escola Nova, seus métodos e intervenções no campo educacional que refletem ainda no mundo contemporâneo. Entendemos trajetória não como um percurso linear, cronológico, embora não se deixe de lado toda a busca de sentido da existência, procurando “uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e perspectiva”, (BOURDIEU, 2006, p.184).

Na historiografia, entretanto, quase nada de substancial foi escrito sobre Luiz Damasco Penna, delegado de ensino de Santos (1932-1956), suas ligações, a rede que se formou a partir das inovações contínuas que foram sendo realizadas e da edificação da prática administrativa, produzida a partir das demandas geradas pelos movimentos realizados no sistema educacional paulista nas décadas 1930 e 40.

Para a realização dessa dissertação foram importantes alguns estudos:

Primeiramente verbete Luiz Damasco Penna, escrito por Maria Luisa Ribeiro, a que já nos referimos.

O texto de Marta Carvalho – “Modernidade pedagógica e modalidade docente” fornece um embasamento para entender o contexto em que Penna estava envolvido como Delegado de Ensino.

Relacionando de uma maneira global à época, os acontecimentos, as personagens que cercam a participação de Luiz Damasco Penna, no sistema de ensino paulista, foi fundamental a dissertação de Mestrado “Ilhas do Saber”, de Denise Guilherme da Silva, do Programa de Pós Graduação da PUC-SP, quando a autora estuda a representação da autoridade de ensino sobre as práticas docentes dos professores de escolas isoladas, fazendo recorte também na Delegacia de Ensino de Santos. Denise Guilherme estuda também os relatórios dos delegados regionais de ensino do período de 1933 a 1943 e os mecanismos criados para inspecionar a grande rede de escolas isoladas, incluindo a implantação da escola rural no estado de São Paulo.

Outro estudo que se insere diretamente no tema escolhido foi a dissertação de Mestrado em Educação de Maria Antonia Furgeri, sobre a escolarização, entre 1920 e 1940, na cidade de Caraguatatuba, região que pertenceu à Delegacia de Ensino de Santos. Furgeri busca analisar a contradição do discurso oficial e a realidade da escola rural localizada no litoral norte, quando se trata da falta de material, instabilidade do trabalho docente.

São também importantes: a obra “A Escola Pitoresca” de Almeida Jr., que mostra o perfil e a situação dos professores que atuavam nas escolas rurais do período estudado; e o livro sobre a história da Escola Normal da Praça da República, de autoria de Carlos Monarcha que realça o clima da Escola, à época da formação de Penna .

Para tratarmos do universo das Delegacias de Ensino os artigos de Macioniro Celeste Filho, os “Relatórios das Delegacias Regionais de Ensino do Estado de São

Paulo” foram fonte de pesquisa - décadas de 1930 e 1940”. O pesquisador analisa as imagens produzidas pelos relatórios dos delegados de ensino do estado de São Paulo, possibilitando a construção de uma nova visão da rede que estava sendo construída nos anos 30 e 40.

Marco Antonio Rodrigues Paulo em “A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista instituída em 1910” analisa toda a estrutura administrativa, antes da reforma de Sampaio Doria e busca entender o funcionamento do aparelho escolar paulista.

Por seu lado, Tathyana Gouvêa da Silva estuda o “Diretor Escolar em ação: o trabalho de representação” e Roselane Fátima Campos, em “O resgate da Escola Nova nas reformas educacionais contemporâneas”. Busca tratar das transformações motivadas pelas teorias do movimento chamado Escola Nova na educação nos anos 30.

O livro organizado por Márcia de Paula Gregório Razzini, “Antonio Firmino de Proença: professor, formador, autor”, é útil em vários momentos, principalmente no capítulo “Trajetória de Antonio Firmino de Proença no magistério público do Estado de São Paulo”, do Prof. Luiz Carlos Barreira, pois os dados sobre a formação de Proença na Escola Normal da Praça e a sua atuação no magistério dão subsídios para interpretar a trajetória, em alguns aspectos de vida, de Luiz Damasco Penna.

Autora como Rosa Fátima de Souza, com seu livro “Templos de Civilização”, analisa a estrutura da escola primária criada no Estado de São Paulo pelo projeto educacional republicano e reconstrói o modelo de institucionalização da introdução de diversas inovações na escola primária na primeira fase do regime republicano.

Ana Clara Bortoleto Nery coloca a questão da autonomia didática, uma das bandeiras de Sampaio Dória. A pesquisadora analisa a reforma de Sampaio Doria e suas implicações na rede pública de ensino do Estado de São Paulo. É uma referência também importante usada para construir o contexto onde o professor Luiz Damasco Penna formou-se e atuou desenvolvendo suas práticas.

Na busca da trajetória de Luiz Damasco Penna, constitui delimitação de campo a sua atuação na administração do Ensino Público Paulista; as práticas adotadas, quando Delegado de Ensino na região sob sua responsabilidade, ou seja, sua contribuição à organização de uma ação pedagógica e administração na região escolar.

Assim, resumindo, esta dissertação tem os seguintes objetivos:

- 1) Pesquisar a formação de um professor que faz carreira no magistério público paulista e tem acentuação de intelectualidade.
- 2) Estudar a sua atuação, na administração da educação paulista, em especial na Delegacia de Ensino de Santos, buscando observar como impulsionou a educação primária no litoral e refletiu sobre a existência das escolas isoladas e de grupos escolares.

Partiu-se da hipótese de que a intervenção do pensamento de Luiz Damasco Penna no ensino primário foi patente e fruto de sua formação e das idéias de um grupo de intelectuais paulistas, inspirados Escola Nova e suas reformas, portanto dentro de uma rede de sociabilidade.

A metodologia utilizada foi a documental histórica.

Assentida a possibilidade de realização do tema, iniciou-se a visita a arquivos públicos, às hemerotecas e à busca de memórias de professores do período.

O passo inicial de busca a arquivos foi na Delegacia de Ensino de Santos, localizada num prédio imponente - que sediou desde 1915 o Grupo Escolar “Dr. Cesário Bastos”, o primeiro da cidade (1900) - com muitas salas e dependências. Percebi, pelas primeiras indagações à funcionária, que o professor Luiz Damasco Penna era “um ilustre desconhecido”. Daí a importância do empreendimento desta pesquisa

Como o Prof. Penna ministrou aulas de Administração Escolar na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Santos (FAFIS) na década de 1960, a geração de alunos que passaram pelo curso de Pedagogia conhecia-o, ao menos como professor.

Na Delegacia de Ensino, a Supervisora professora Lucia Tamiko Miashiro foi a única pessoa na Unidade que relatou suas passagens com Luiz Damasco Penna, que havia sido seu professor na FAFIS em 1967. Relembrava ela, que a literatura pedagógica na época, chegava ao Brasil em francês e o professor Penna emprestava vários livros pedagógicos, escritos nessa língua. Mais tarde o professor Penna foi seu conselheiro, quando ingressou no primeiro cargo de diretora no Litoral Sul. Houve inúmeras entrevistas. A professora Lucia Tamiko sempre dizia que a história do ensino primário deveria ser recuperada, todavia os colóquios foram interrompidos, pois a professora Lucia adoeceu e veio a falecer em setembro de 2011, o que confesso me deu mais força e ânimo para prosseguir.

Na sede regional de Santos do Centro do Professorado Paulistas (CPP) – que tem o nome do Prof. Penna – a desinformação reinava: “Temos um pequeno material...”, mas o acesso a ele não se concretizou.

Documentação mais substancial foi localizada em São Paulo, Capital, no Centro de Estudos Professor Sud Mennucci, na Vila Mariana, onde o atendimento foi da melhor forma possível. Ai foram recolhidos materiais esparsos importantes, como o escrito no Boletim n. 5, que se intitulava Problemas da Administração Escolar, as Revistas do Professor, em que constavam alguns artigos de Luiz Damasco Penna.

Outro local que mereceu atenção foi o Centro de Referência “Mario Covas”. Lá foram localizados alguns escritos de autoria de Luiz Damasco Penna, na época de inspetor distrital.

Houve contatos com outros arquivos como o municipal de Caraguatatuba, onde possivelmente haveria documentos da época da gestão do professor Penna, mas por falta de tempo hábil, nos concentramos nos materiais já existentes.

Na Web, o *site* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob o ícone, *Memória da Educação*, encontram-se Relatórios de Luiz Damasco Penna, digitalizados, além de Anuários de Ensino do Estado de São Paulo e Revistas de Educação. E, no *site JusBrasil*, que contém os vários Diários Oficiais de todos os Estados, foi possível localizar a vida funcional de Luiz Damasco Penna: suas nomeações, remoções e pareceres de sua autoria sobre administração escolar, concurso de professores, ensino rural, localização de escolas

No próprio local do Arquivo do Estado de São Paulo, onde além de reformas estruturais, por ora não foi encontrado nada, a não ser a documentação disponibilizada *on line*.

No decorrer da elaboração desta pesquisa, com a ajuda de nossa orientadora Professora Maria Aparecida Franco Pereira, conseguimos encontrar no Colégio Stella Maris, localizado em Santos, parte do acervo doado pela família de Luiz Damasco Penna ou por ele próprio: conta com relatórios produzidos pelo professor Penna entre 1929 a 1935. Esse material foi fundamental para analisarmos a delegacia de Santos no início da década de 30, pois as cópias dos relatórios datilografados datadas de 1933, 1935, não havia no Arquivo do Estado.

Nas bibliotecas digitais da USP e Unicamp, foram localizadas algumas teses e artigos e Revistas eletrônicas de Educação.

Da incursão a web, também registramos, na relação do arquivo pessoal de Fernando de Azevedo, carta de Luiz Damasco Penna, endereçada ao pensador, datada de abril de 1933.

O núcleo central da pesquisa desta dissertação baseia-se nos Relatórios produzidos na Delegacia de Santos entre 1936-1938, época que Luiz Damasco Penna era Delegado de Ensino.

O arquivo pessoal de Penna foi localizado com pessoas de sua família. Seu filho já é falecido e a filha é freira religiosa em cidade do Vale do Paraíba e ainda não tivemos oportunidade de entrevistá-la. Entretanto, alguns de seus descendentes deram contribuição importante. Houve alguns colóquios, primeiro com o sobrinho de Luiz Damasco Penna, João Batista Damasco Penna Jr., engenheiro de formação, em seu escritório. Foi uma das melhores entrevistas: conciso em suas respostas, elucidou muitas dúvidas sobre o professor Penna.

Através de João Batista, tivemos contato com os netos de Luiz Damasco Penna, Maria Tereza e Luiz Alberto Plácido Penna, ambos professores, sendo este último professor, universitário com grande projeção no cenário associativo odontológico. A contribuição dessas pessoas foi fundamental, nas entrevistas com material (jornal, imagens, objetos) relatos, passagens do cotidiano, elementos preciosos para esta investigação.

Entre o material emprestado, há uma coleção de 7 álbuns de fotos, encadernados organizados pelo próprio Prof. Penna. Há retratos de família, de amigos, mas muito do material diz respeito à sua atividade na Delegacia de Ensino, com fotos de escolas rurais, algumas solenidades, e de participação em Congressos de Educação. Todas estão devidamente datadas, pelo ano, ao menos. Há grande falha nas legendas. Há “santinhos” de falecimentos, que revelam redes de sociabilidade, alguns recortes de jornais e programa de solenidades.

Esta pesquisa também está acompanhada de fatos inusitados, como uma rápida conversa em uma escada de um prédio, com a professora aposentada, D. Rita Figueiredo, que narrou importantes passagens da vida do professor Penna.

Esta dissertação está dividida em 4 capítulos sendo distribuídos da seguinte forma:

O primeiro capítulo parte do método biográfico aplicado à História de vida, e aborda o universo familiar de Penna, a importância na sua formação e por fim o

ingresso na Escola Normal de São Paulo, seu contexto no magistério público paulista.

O segundo capítulo aborda o início da carreira de professor primário, em Redenção da Serra em uma escola isolada, seu trabalho como diretor de escola reunida e grupos escolares, nas zonas de Monte Alto, na cidade de Óleo outras pequenas cidades.

A formação da Delegacia Regional de Santos, os desafios de Luiz Damasco Penna, sua ação enquanto delegado de ensino na zona escolar de Santos são assuntos do 3º capítulo.

O último capítulo versa sobre o pensamento de Luiz Damasco Penna em escritos publicados.

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DE UM EDUCADOR (1902-1916)

1.1 Biografia e Metodologia

A biografia é um gênero muito rico utilizado pela história tradicional e consegue reunir um grande número de leitores.

Lançada sobre novas bases, diferentes das biografias da Escola Metódica, com novas exigências e implicações, a biografia histórica, na visão da Escola dos Annales, lança uma nova análise sobre o exercício da produção de uma biografia nos meios acadêmicos.

A biografia é o conjunto dos fatos que constroem a vida de um indivíduo, que sofre e faz ações sobre a sociedade de uma determinada época. Não caminha distante do contexto de um tempo, que tem um peso marcante sobre o sujeito da ação. A pesquisa biográfica abre um leque de possibilidades, permitindo equacionar o espaço de ação e o efeito de um grupo nas estruturas sociais.

Todavia, conforme Le Goff deixa claro, a biografia não corresponde “à coleção de tudo que se pode e de tudo que se deve saber sobre um personagem” (2002,p.19-32)

Na atualidade não devemos percorrer à linearidade da vida do indivíduo, do nascimento à sua morte, mas buscar fatos que demonstrem sua ação no contexto: por exemplo, uma tomada de decisão, como a historiadora Vavy Borges Pacheco sugere em uma de suas comunicações: “O objetivo mais modesto, mais ainda complicado é examinar alguns momentos importantes do percurso de uma vida especial, suas encruzilhadas dos tempos passados, presente, futuro na mente do indivíduo.” (PACHECO, 2002. p.4)

A metodologia histórica encontra caminhos para se utilizar esse instrumento:

A biografia se depara com uma questão ainda mais complicada: de que forma reconstruir a trajetória de outro sujeito? Através de pistas, de sua obra, relatos orais de terceiros, Res, da literatura, da sociedade onde viveu, do espaço e do tempo que o sujeito biografado viveu. (PIOVESAN, 2007,p.4)

Não existe um método eleito, fechado para escrever uma biografia, vamos construir um caminho que visa compreender as relações entre indivíduo e uma sociedade. A história, na atualidade, apresenta uma de suas ferramentas de construção e análise, a micro história, representada pelos historiadores Carlo Ginburg e Giovanni Levi, que apresentam através de suas teses caminhos de análise e construção de um método biográfico, a partir do entendimento de uma pequena fração da vida do sujeito, interagindo, amplamente com o contexto, buscando compreender o sentido dos movimentos dos sujeitos, com o meio que atuam.

No campo da educação, as biografias sempre estão ligadas ao fazer pedagógico, a uma matriz de pensamento educacional; todavia, podemos tentar caminhar e ver, para conhecer, como aquela ação pedagógica que o sujeito desenvolveu diante da uniformidade apresentada pelas contingências de um período.

A história da educação vista através de uma biografia, de um renomado educador ou de um simples professor de primeiras letras, está a desvendar sua rede social e a analisar o momento de ação do meio onde este sujeito está atuando.

É nessa perspectiva que Luiz Damasco Penna é estudado.

1.2. O universo familiar

Penna seguiu trajetória que foi comum aos formados pela Escola Normal da Praça da República de sua geração; realizou peregrinação pelas cidades do interior de São Paulo, lecionando em escolas isoladas e dirigindo grupos escolares. Até chegar a cargos de alta administração.

Luiz Damasco Penna nasceu em 30 de agosto de 1896, na cidade de Taubaté, na região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, quando a riqueza que o café fizera na região encontrava então outros locais para imperar para o oeste do território paulista.

A sua formação como educador tem origem no seio da família. No discurso de agradecimento do título de professor do ano (1976), concedido a ele pelo Centro do Professor Paulista, proferia:

Quem sou eu, afinal? Uma expressão de minha classe. Assim é que aceito e entendo a homenagem. Poderia ter sido qualquer outro. Fui eu. Neto de professor, filho de professores, irmão de professores, sobrinho, primo e tio de professores, cunhado de professores, casado com professora, genro de professor, pai e avô de professores. Tantas as coisas do magistério penetraram em mim que já não posso separar-me delas. Sendo, como sou, uma expressão de minha classe, sou, antes, uma expressão de minha família. Daí as sinceridades de minhas opiniões e atitudes, virtude que não exibo mas reivindico e que talvez até baste para escurecer as minhas inferioridades.

Devo particularmente, em primeiro lugar, a minha saudosa mãe, que foi também minha professora primária. E devo ainda, e quanta justiça em proclamá-lo, a carinhosa assistência que me tem sido prodigalizada há 57 anos por essa doce Henriqueta, minha companheira de andanças pelos quatro cantos do Estado, bastando que eu conte que quando nos casamos fomos para o Óleo, ao tempo uma verdadeira boca do sertão. E devo a valorosa plêiade de professores, com quem tive a felicidade de servir, cujo exemplo de dedicação tanto escorou minha fragilidade. Nunca será demasiado louvar a dedicação do magistério, dedicação que não é certamente exclusiva dele mas que encontra nele sua mais alta Expressão.” (*Jornal dos Professores*, Centro do Professorado Paulista, out. 1976, p.3).

Luiz Damasco Penna era um dos sete filhos de João Pereira de Souza Penna e de Luiza Ester de Moura Damasco, professora do Grupo Escolar Gabriel Prestes, em Lorena.

A família Damasco Penna começa a se formar com a união de João de Souza Penna, proveniente de uma família radicada no Vale do Paraíba, na cidade de Caçapava. Todos ligados à educação e ao comércio de café. Torna-se professor de primeiras letras, lecionando em diversas cidades do Vale, iniciando por Tremembé, na época um bairro de Taubaté. Conhece Luisa Esther de Moura, professora elementar, neta de ricos fazendeiros de café da cidade de Taubaté, banqueiros que com a aplicação de seus recursos na construção de um trecho da Estrada de ferro entre Ubatuba e Jambeiro e combinada com a crise de 1893, perdem toda sua fortuna. Por influência de seu pai Luiz Moreira Damasco, professor de Latim e Francês e coletor de impostos em Taubaté, Luisa Ester estuda na capital para se tornar professora. Nesse período de estudos é acompanhada por duas

escravas, que, com a abolição, ainda permanecem com Luisa Esther e, após a morte destas ex- escravas, cria os seus filhos que se tornam professores, juizes e advogados na Capital.

O casal Damasco–Penna percorre muitas cidades do vale do Paraíba, como Pindamonhangaba e Taubaté, onde em 1897, João de Souza Penna torna-se diretor do grupo escolar da cidade, transfere-se para Lorena e depois vai ser diretor adjunto da primeira escola da Avenida Paulista em 1909. Essas mudanças constantes são explicadas pela melhor condição de vida da família de um professor na Capital, conforme relata o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1904.

Nesta época o casal João e Luisa Esther possuem cinco filhos: Luiz, Plínio, Maria de Lourdes, Dolores e o recém-nascido João Batista Damasco Penna.

João de Souza Penna, em 1910 morre, deixando duas casas no bairro do Belenzinho em São Paulo para Luisa Esther, uma pequena pensão de professor elementar e cinco filhos. A família esforça-se para viver sem o pai: Luiz Damasco Penna trabalha em um armazém no período da manhã, colaborando com sua mãe, graças a um pequeno salário de ajudante em um armazém e à noite ingressa na Escola Normal da Praça da Republica com 16 anos, em 1912, buscando a profissão de professor normalista.

Sua mãe, Luisa Esther, leciona no Grupo escolar do bairro do Belenzinho (até sua aposentadoria em 1928) e ministra aulas particulares. No bairro do Belenzinho vivem operários italianos que estavam ligados ao ramo da tecelagem. Seus irmãos todos acompanham os caminhos da família e formam-se professores primários Plínio, segundo filho do casal, em 1928 trabalha na escola noturna do bairro do Brás em São Paulo, casa-se, muda-se para a cidade de Bebedouro, como diretor no Grupo Escolar Conrado Caldeira em 1943¹. Maria de Lourdes Damasco Penna, professora de Música, iniciou a introdução da disciplina musical nas escolas do Estado de São Paulo, casou-se com um alemão de nome Fritz, viveu até uma enfermidade acometê-la na década de 1950.

Dolores, professora primária lecionando no bairro do Brás na capital e em Mogi das Cruzes, aposenta-se na década de 60, morando em São Paulo, até sua

¹ Plínio Damasco Penna, sempre escreveu muito bem, quando fica com um problema seriíssimo na garganta, perde a fala, e faz um soneto, agradecendo a Deus, pelos muitos anos de vida que ainda teve depois desta enfermidade.

morte em 2000. Cultuava e narrava as memórias da família por parte de sua mãe Luisa Esther, que era proprietária de fazendas de café, descendente de um ordenança de D. Pedro I.

João Batista Damasco Penna, nascido em 1909, é o nome mais conhecido da família na História da Educação. Professor, formado pela Escola Normal da Praça, onde integra, como aluno, o grupo de Fernando de Azevedo. Desde a adolescência trabalha em redações de jornais, conhece Lourenço Filho que mais tarde vai tornar-se seu cunhado, pois casa-se com Leontina, a irmã de Lourenço Filho, que logo falece. Com esse educador conhece a psicologia, desenvolve testes do ABC que ficam famosos, ingressa na escola preparatória da USP, leciona no Colégio Rio Branco em São Paulo.

É nomeado por Lourenço Filho para ser chefe de Gabinete da Diretoria Geral de Instrução e em 1946 é convidado a assumir a direção da Coleção Atualidades Pedagógicas (substituindo Fernando de Azevedo), que traduz e publica obras de autores franceses, espanhóis na Editora Nacional, onde fica até os anos 80. Em 1990, falece, deixando a segunda mulher Egli Pietro Damasco Penna, professora, e dois filhos.

A presença do magistério no seio da família Damasco Penna, na direção de grupos escolares da Capital, de outros membros (Emilio de Souza Penna é diretor do grupo escolar da Barra Funda na Capital), como seu irmão de criação Zenon Cleantes de Moura, Professor na Escola Experimental da Praça e primeiro Delegado de Ensino na Região de Santos, faz com que o filho mais velho do casal Damasco Penna, Luiz, caminhe para o magistério, com carreira marcante e contribua de forma significativa para a expansão e o desenvolvimento do sistema de ensino paulista, como se pretende comprovar no presente estudo.

Foi um homem que sempre valorizou a família. Luiz Damasco Penna era um contador de casos e Histórias, no seu ambiente familiar, porém, austero em seu trabalho. Conta-se que certa vez em Registro litoral de São Paulo, foi inspecionar uma escola, um dia antes de barco de cabotagem, dormiu em um rancho e depois, foi escola à primeira hora, ver o diretor abrir a escola.



Figura 1 Reunião da família, na residência localizada na rua Silveira Lobo década de 1950.

Acervo: pessoal de Luiz Alberto Penna

Morando na Rua Silveira Lobo número 10, Vila Mathias, onde veio a falecer em Santos, recebia, seus familiares e contava varias histórias, passagens de vida com sua esposa, Henriqueta e os dois filhos José Luiz Silva Penna, mais tarde funcionário da Companhia Docas e sua filha, Maria Tereza que se tornou freira.

A vocação para o ensino levou Luiz Damasco Penna a buscar sua formação na Escola Normal da Praça, cujo prestígio era muito grande.

1.3. Ingresso na Escola Normal da Praça da República

Luiz Damasco Penna ingressa na Escola Normal da Praça da República em 1912, quando ela já vinha sofrendo vários momentos de aperfeiçoamento, impulsionada por uma política que considerava a educação como elemento fundamental da civilização, nessa nova era que o republicanismo implantara.

A República encontra em São Paulo, o ambiente propício para a disseminação de suas propostas, principalmente na área educacional que, para muitos republicanos, seria o elemento transformador da sociedade naquele momento.

Imbuídos da “ilusão liberal”, ou seja, da crença no poder ilimitado da instrução como alicerce das instituições democráticas e instrumento de transformação social e reforma política a responsabilidade do Estado no desenvolvimento da instrução popular.(TANURI, 1994, p. 42)

Os primeiros reformadores do ensino público primário paulista, conviveram com grandes desafios, em quesitos como organização da rede de ensino, a expansão desta, melhores salários para professores, bem como condições de trabalho. Os reformadores políticos atuaram na educação e tinham a visão quais eram as ações necessárias para reformar a instrução do Estado de São Paulo.

Quando Prudente de Moraes assume o Governo paulista, convida Rangel Pestana para idealizar uma ampla reforma, mas por outros chamados políticos, incumbe seu ex-colega de Colégio Pestana, Caetano de Campos, para atuar na Escola Normal, importante para a formação dos professores e para a vida do ensino primário.

A Escola Normal foi considerada o primeiro elemento constituído para a propagação dos ideais republicanos, através da expansão do ensino primário.

Funcionava desde a metade do século XIX em São Paulo, mas sem muito êxito. Tinha o objetivo de preparar pessoas que iriam ensinar a ler e escrever e foi criada pela lei 34 de 16 de março de 1846, segundo modelo francês. A formação do professor, neste período, era muito precária e muito aquém das necessidades da educação:

a organização didática do curso era rudimentar um único professor para todas as matérias, curso de dois anos de duração, aulas diárias de apenas uma hora. Ademais destinava-se exclusivamente ao sexo masculino e tinha como exigência para o ingresso tão somente idade superior a dezesseis anos e capacidade de leitura e escrita! (TANURI, 1994, p.41)

No final do século XIX, a escola normal paulista sofria uma série de dificuldades, como falta de alunos, desinteresse pelo magistério, estagnação de seu currículo. A consequência dessa situação foi um período de

fechamento e abertura em curtos períodos, durante as décadas de 1860 e final de 1870.

Em 25 de abril de 1880, a Escola Normal de São Paulo consolidou-se como instituição. Em dois de agosto, foi inaugurada a terceira Escola Normal, que vai se solidificar, acertando-se mediante várias resoluções legais. Já com três anos de curso, classes mistas e cinco professores, criaram um curso preparatório anexo, com duas classes (uma para cada sexo). A Escola tinha ainda um currículo que deixava muito a desejar, pois a formação do professor, neste período, era muito precária e muito aquém do que a educação necessitava.

Reformulada pelo decreto 27 de 12/03/1890, sob a direção de Caetano de Campos, alterou marcadamente a questão da formação específica e prática do professor: criou a escola modelo, classes de curso primário para a prática de ensino dos futuros professores, melhorando o padrão de sua formação. As escolas preliminares anexas foram convertidas em Escolas Modelos. Essas escolas deviam aplicar os princípios do método intuitivo e tinham como modelo as ideias de Pestalozzi.

Com a lei de 1892 foram feitas modificações no currículo da Escola Normal, incluindo a Psicologia, a Pedagogia e o Ensino Primário foi dividido em duas categorias com quatro anos cada um: o preliminar obrigatório, para crianças de 7 a 12 anos e o complementar, para alunos habilitados no preliminar. Em 1894, o ensino normal passava para quatro anos. Contrataram-se professores de formação norte-americana para orientar as práticas pedagógicas da Escola Modelo. A partir de 1890, a Escola Normal da Capital, que passava por constantes transformações, esta assim constituída nos seguintes cursos:

Curso Normal Superior ou |Secundário, recebendo alunos a partir dos 16 anos e desenvolvia bastante rigor na sua formação, posterior à Escola Complementar Para formar professores das Escolas Normais e Ginásios. Em 1894 como Escola Normal de ensino secundário profissional destina-se à carreira do magistério primário, como professores preliminares, complementares ou adjuntos destes últimos. A formação dos professores secundários vai caindo em decadência, para voltar com brilho em 1934, integrante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na recém organizada Universidade de São Paulo..

Escolas Modelo em anexo, introduzidas para a sua prática pedagógica, a partir de 1895

- a) Jardim da Infância para crianças de 3 a 7 anos; educação dos sentidos, com o método de Froebel (1896)
- b) Escola Modelo Preliminar
- c) Escola Modelo Complementar (1894).

A Escola Complementar já não é mais curso de cultura geral, mas de prática de ensino da Escola Normal. Em 1892, seus alunos podem ser professores adjuntos das escolas preliminares. Em 1895, os 4 anos do curso complementar mais um 5º ano (1º da Escola Normal) terão as mesmas vantagens da Escola Normal. Em 1896, torna-se Escola Normal Primária e com a falta de professores primários, esse tipo de professor se multiplica fora da capital e surge as necessidades da múltiplas escolas primárias isoladas do Interior do Estado. Com uma formação mais aligeirada, esse é o tipo de profissional com o qual o Professor Penna irá lidar, juntamente com o de professor leigo.

Thompson já havia dividido a Escola em três turnos, permitindo a Penna frequência à noite.

Luiz Damasco Penna é aluno da Escola Normal, quando Oscar Thompson a dirige (1901-1920), considerado período áureo da instituição. Licenciado de uma viagem de estudos nos Estados Unidos (1910-1914), Thompson privilegia, como outros educadores da época, a prática e a observação na aprendizagem do aluno, o método intuitivo, “o ensinar a ensinar”. Penna é aluno do professor Oscar Thompson, tem contato com Psicologia aplicada à educação, além de conviver com uma prática nascente chamada Escola Nova, com reflexos da Europa e Estados Unidos. Esses princípios vão marcar a sua vida profissional.

Tem-se presente o que Marta Maria Chagas de Carvalho observa: “*o modelo escolar paulista como modelo produzido por uma pedagogia, uma política e uma estratégia de formação docente articuladas, segundo uma lógica regida pelo ‘primado da visibilidade’*”, (2011, p.185), em processo de institucionalização”.

Diplomado em 1916, Penna inicia uma carreira típica de professor de sua época.

1.4. Cronologia de Luiz Damasco Penna (1896-1985)



Figura 2 Luiz Damasco Penna

Acervo:

1896 - Nascimento 30 de agosto - na cidade de Taubaté.

1916-Forma-se professor primário na escola normal da Praça da República na Capital paulista.

1917 - Nomeado para a escola do Retiro em Redenção da Serra- SP.

1918 - Nomeado em 21/07 diretor das escolas reunidas de Oleo – SP.

1919 – Casa-se com Maria Henriqueta da Silva.

1920 - Diretor dos grupos escolares de Buquira em 25/04.

1921 - Transferido de Itaporanga como diretor para Catanduva em comissão como diretor de escola.

1922 – Transferido para Grupo Escolar de Catanduva em 26/02.

1923 - Diretor de Escola Monte Alto-SP

1928 - Inspetor em São Sebastião em 05/02.

1929 - Nomeado Inspetor Distrital Piratininga- SP em 08/03.

1931- Inspetor distrital em São Jose do Rio Pardo-SP em 10/01.

1932- 24/01 Nomeado delegado de ensino em Guaratinguetá-SP.

1932- 04/02 Nomeado delegado de ensino de Santos.

1933 - 21/03 conselheiro fiscal do Centro do Professorado Paulista.

1933- 23 de abril- Fez parte da elaboração do Código de Educação –parte ensino primário.

1934- Escreve um artigo sobre os horários de aulas nas escolas isoladas.

1935- Escreve artigo sobre a organização escolar no estado de São Paulo – revista de Educação.

1936-Realiza estudo sobre as circulares para as Delegacias de Ensino.

1939-Participa da subcomissão de festejos infantis para a comemoração do centenário da cidade de Santos.

1939-Organiza Conferência sobre o ensino primário na região de Santos.

1941 – Faz parte do grupo paulista da primeira conferência de Educação – RJ.

1946- Participa da comissão de elaboração do Código de leis do magistério do estado de São Paulo.

1949- Inaugura a escola Henry Borden em Cubatão como Delegado de Ensino.

1953- Eleito para o conselho técnico da secretaria de educação do Estado de São Paulo.

- 1954- Participa, chefiando a representação do CPP no congresso de educação Primária em Salvador.
- 1955- Participa, chefiando a representação do CPP no congresso de educação Primária em Belo Horizonte.
- 1956 – Aposenta-se como Delegado de Ensino de Santos
- 1956 - Título de servidor Emérito.
- 1956-Participa, chefiando a representação do CPP no Congresso de Educação Primária em Porto Alegre.
- 1957- Faz parte da comissão organizadora do Primeiro Congresso Estadual de Educação do Estado de São Paulo, sediado na cidade de Ribeirão Preto.
- 1958 – É convidado à lecionar como professor universitário na disciplina de Administração Escolar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras permanecendo como professor até 1968.
- 1959 - Inicia sua trajetória como tradutor na Editora Nacional, traduzindo obras de autores franceses e espanhóis para o português.
- 1961 - Cria com outros educadores a Anpae.
- 1976 - Professor do ano concedido pelo CPP.
- 1985- Falece na cidade de Santos aos 89 anos, em 21 de maio de 1985.

1.5. Obras

Destacam-se principalmente os Relatórios enviados da Delegacia Regional de Santos principalmente os de 1933, 1936, 1937, 1939, 1940, 1941, 1943 à Diretoria de Ensino.

Horário para as escolas isoladas Delegacia Regional de Ensino de Santos: Tipografia Santos, 1934.

Problemas de Administração Escolar, boletim da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, nº 05, 1936.

As endemias nas Escolas Primárias, Revista de Educação São Paulo, Mar 1936.

Sugestões para execução de horários nas escola isoladas, Revista de Educação, maio de 1938.

Educação em Santos, edição comemorativa do centenário da elevação de Santos a categoria de cidade, A tribuna 26 de Janeiro 1939.

Palestra sem título, Revista de Educação, São Paulo, junho de 1948.

Biografia de um mestre (Marmo, Revista do professor, São Paulo, fevereiro p.10, 1957)

A palavra do professor do ano (CPP, out. 1976, p.3)

CAPÍTULO II - CARREIRA NO MAGISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

2.1. O início da carreira de professor primário no Interior

O professor Penna inicia sua carreira no magistério, nomeado professor em uma escola isolada no bairro do Bom Retiro em Redenção da Serra em 1917. Ainda na cidade, conhece a professora Maria Henriqueta da Silva, natural de São Bento do Sapucaí, com quem casa em 1919.

Em sua atividade como professor, como diretor ou como Delegado, o modelo da educação paulista:

pôs em cena uma concepção específica de *pedagogia moderna*: uma *pedagogia prática*, na qual a arte de ensinar é prescrita como boa imitação de práticas modelares, em que “ensinar a ensinar” é fornecer bons moldes, seja na forma de roteiros de lições, seja na de práticas exemplares, cuja visibilidade é assegurada por estratégias de formação docente, preferencialmente dadas a ver em escolas-modelo, anexas às escolas normais; e pelo intento propagador e unificador dessas práticas, legíveis nos relatórios de inspeção. (CARVALHO, 2011, p.185-186)

A trajetória do professor Luiz Damasco Penna, a partir do seu ingresso no magistério público paulista em 1917; sua passagem por diversas direções - ou modernamente dizendo gestões - de escolas reunidas, grupos escolares nos anos 20; o trabalho de inspeção distrital - permitido, a partir da Reforma de 1927, a professores normalistas, com diplomação na Escola Normal da Praça da República - até a chegada ao posto de delegado regional de ensino da região de Santos - sua carreira funcional abre um aspecto que merece ser investigado: a rede de autoridades que estavam à frente da educação e que tiveram, em algum momento, contato ou relação com o professor Penna.

Pode-se perceber o desenvolvimento da máquina pública principalmente nos anos de 1930 a 1950, quando o professor Penna teve atuação marcante na administração educacional do litoral e analisar - através do - seu atendimento às comunidades e setores sociais que necessitavam respostas às demandas educacionais, como, o Estado formou seu corpo funcional no decorrer dos anos e

moldando o homem público, instrumento fundamental na estrutura interna e evidenciando o que representava a autoridade pública, na educação paulista.

Como já observamos, o Estado republicano, nos primeiros anos do século vinte, tem entre suas metas dar instrução básica a todos os cidadãos para que façam parte do projeto de tornar o Brasil uma nação nas sendas do progresso civilizatório. A educação pública inicia sua jornada como braço indispensável do Estado para preparar todos os setores sociais para um desenvolvimento econômico que o mundo estava vivendo. Passadas as primeiras décadas da República, novos desafios são colocados: a educação atingiu toda a população?

É necessário olhar, então, como o Estado constrói as estruturas, os mecanismos legais. Esses olhares ficam mais claros quando Washington Luis torna-se presidente do Estado em 1920, diante dos altíssimos índices de analfabetos no Estado de São Paulo, tem como meta de campanha erradicar o analfabetismo. Para isso convida o advogado e educador Antonio Sampaio Dória, para realizar uma ampla reforma na educação. Em 1920, Diretor Geral da Instrução Pública. Sampaio Dória estava diante de um grave quadro, uma população em idade escolar, com um número de escolas insuficientes, pois o número de municípios aumentava vertiginosamente pelo progresso do café que atraía principalmente muitos imigrantes (italianos, espanhóis, portugueses, japoneses etc.).

A solução encontrada por Sampaio Doria foi reduzir a obrigatoriedade de o tempo de estudo de quatro anos para dois e criar um novo turno nas escolas para atender a essa demanda por alfabetização no Estado de São Paulo. Era comum, em Santos, por exemplo, grande número de crianças frequentarem a escola até o 2º ano, quando aprendiam noções básicas de ler, escrever e contar. Os pais as tiravam da escola, para ajudá-los nos serviços (PEREIRA, 1996, p.130-131)

Outro ponto que merece destaque na Reforma era a questão da autonomia didática que seria defendida, mas muito pouco compreendida por professores e inspetores. Sobre este tema, Nery esclarece (2002, p. 1 e 2)

autonomia didática proposta na Reforma do Ensino em São Paulo, de 20, é discutida por Sampaio Doria, autor da reforma, em seu livro *Questões de Ensino*. Nele Doria coloca as principais idéias defendidas por ele e dissertadas no relatório feito em 1920, o qual não foi publicado como Anuário do Ensino. Diz ele sobre uma tentativa de aplicá-lo

Da autonomia didática já dissemos o quanto baste a ser bem praticada, em conferência aos delegados regionais, quando partiam para as sedes de suas delegacias. Não obstante, não foi sem certo embaraço, que se pôde encetar sua aplicação. Ainda não consta ter havido idéia nova nenhuma, que pudesse triunfar com inteireza, sem áspera e longa luta com os hábitos inveterados. [...]

O mal em que pode degenerar a autonomia é fazer cada qual o que vier à mente. Previmos esta aberração, e a procuramos atalhar. Apesar disto, alguns diretores de grupos, baseados na autonomia que se outorgava, começaram a praticar a silabação no ensinar a ler, e, o que é mais grave, não deixou de haver quem chegasse a impor, em nome da autonomia, a proscrição do método analítico a professoras com rara habilidade, e que por isso, o tinham por único. De modo que, na concepção dos tais diretores, a autonomia didática é, nas suas mãos, o instrumento da prepotência com que anulam as iniciativas técnicas dos professores hábeis. (DÓRIA, 1923, p. 301, apud NERY, 2002):

Nery completa (2002, p. 1 e 2)

Podemos observar que muitas dificuldades estava enfrentando a Diretoria Geral da Instrução Pública na instauração do princípio da autonomia didática. A falta de preparo tanto dos professores quanto dos diretores e inspetores, aliada a uma prática verticalizada de administração eram sérios obstáculos. Além dessa confusão gerada com a outorga da autonomia didática, esta prática propiciava uma forma de aplicação dos métodos ativos, o que pode ter gerado insatisfações por parte do professorado acostumado com os métodos tradicionais.

Por desentendimentos com Washington Luiz, e pressão por parte de muitos professores e educadores que não concordavam com a reforma de 1920, Sampaio Doria sai e em seu lugar assume Guilherme Kuhlmann, que continua a Reforma, até 1925, quando foi substituído por Pedro Voss que realizou uma nova reforma, liquidando a de Sampaio Doria para o Ensino Paulista.

Uma ordem que merece atenção na reforma de Sampaio Doria é a criação de 15 Delegacias de Ensino no Estado de São Paulo que vão implementar as reformas de 1920 nas diversas regiões, lutando contra a falta de frequência nas escolas. Para isso eram impostas multas aos pais. Tendo que obedecer a circulares que eram cumpridas, mas geravam atitudes e reações diversas, os delegados se mostravam, em seus relatórios de 1923, preocupados com os currículos e as ações pedagógicas causadas pela Reforma. É o caso do delegado da região de Araraquara, Fausto Lex, ou gestores como Plínio de Paula Braga, delegado na

região de Catanduva, desejando aliar-se à comunidade, às forças vivas da sociedade local e programar as reformas, de maneira estrutural.

Esses exemplos de certa forma podem ter influenciado as práticas de Luiz Damasco Penna, quando delegado de Ensino Regional em Santos.

A reforma de Sampaio Dória criou um grupo que se formou a partir da arquitetura burocrática instalada para a sua consecução da reforma de 1920, com a implantação das delegacias de ensino que burocraticamente têm como função ser o grande gerenciador estatal da prática pedagógica vivida pela educação do Estado de São Paulo em 1920.

Marta M. Carvalho chama a atenção de que “não se deveria ser subestimada a importância de Dória na consolidação e estruturação do campo das chamadas ciências pedagógicas no Brasil” (1999, p.75). Dória defendia o método intuitivo e sua influência ia além das suas aulas na Escola Normal, pelas ideias difundidas em seus livros “Princípios de Pedagogia” e “Psicologia e Educação”, “Como se ensina” e “Como se aprende a língua”.

Se as idéias de Sampaio Dória sobre a obrigatoriedade do ensino primário em dois anos encontraram resistência, outras foram colocadas em prática e aperfeiçoadas mesmo depois de sua rápida passagem pela Diretoria de Instrução Pública.

O Estado como agente gestor, financiador, edificador da educação, dedicou neste período um espaço muito pequeno em sua estrutura de funcionamento para a educação, isto fica claro quando observamos as mensagens do Presidente do Estado W. Luiz à Assembléia Legislativa onde se pede crédito suplementar para a agricultura e suas ações indiretas, como as obras públicas, como estradas e ferrovias. “Governar é abrir estradas” é seu lema na campanha de 1920, numa época em que as frentes pioneiras do café avançavam pelo *hinterland*, conquistando-o, povoando-o. Assim, o Estado deficitário, o pouco recurso que existia era direcionado pelo grupo de interesse à cafeicultura e seu braço estratégico os transportes.

A educação, fora dos discursos e propagandas estatais e de grupos de educadores, estava restrita a atuar em um espaço pequeno, com o *status* de Diretoria de Instrução Pública, ligada à Secretaria dos Negócios do Interior. Somente em 1931 (Decreto nº 4.917, de três de março), a Secretaria dos Negócios do Interior transformou-se, originando a Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública:

tendo a seu cargo a educação pública e a fiscalização do ensino particular, assim como a saúde pública e ainda a assistência às partes não atribuídas expressamente a nenhuma outra Secretaria. Sob essa estrutura manteve-se até 1947, quando foi desmembrada pela criação da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, passando a denominar-se apenas Secretaria da Educação. (ARQUIVO do ESTADO de São Paulo, MEMÓRIA da Educação).

Nota-se que o desejo comum a todos os grupos que atuavam na educação paulista era o de ampliar a rede de escolas e lutar contra analfabetismo; todavia o como fazer é que dividia estes grupos. Um destes grupos nascido com a reforma do ensino de 1920, é quase todo originário e formado na Escola Normal da Praça da República que produziu por muitas décadas gerações de educadores que atuaram, direcionaram a educação paulista, como por assim dizer, exportaram o modelo pedagógico de organização de cultura escolar para outros estados como Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraíba, Ceará entre outros, através das Reformas.

O modelo pedagógico produzido pela Escola Normal da Praça da República abre espaço para uma pedagogia de linha de frente, que formou normalistas que atuaram na rede estadual em todos os tipos de escola que a educação paulista possuía, como as escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares, também em regiões distantes do Estado São Paulo.

Estas práticas pedagógicas introduzidas pela Escola Normal da Praça da República (e depois por outras criadas), como a leitura analítica, a psicologia aplicada à educação, e uma autonomia didática, cria professores normalistas, intérpretes da legislação e aplicadores ferrenhos das normas e diretrizes produzidas pela diretoria de instrução pública, como é o caso do professor Luiz Damasco Penna.

Este movimento de entendimento, construção e formação da estrutura educacional que estava se desenhando no sistema público educacional paulista abre espaço para professores normalistas, que construíram suas práticas e sua reputação nas políticas educacionais implementadas nos anos 20.

Com as agitações desencadeadas pela revolução de 30, este grupo de educadores alcança os postos-chaves da educação paulista, fazendo seguidas reformas no ensino, sempre tendo como base aspectos da reforma de 1920 e o distanciamento do jogo partidário que é comum, para não falar endêmico, na filosofia administrativa do Estado.

Luiz Damasco Penna vivenciou a construção do sistema educacional paulista, com mais de 39 anos como funcionário público e 41 anos dedicados à educação paulista, atuando mesmo depois de aposentado como membro do conselho técnico de educação da Secretaria de Estado da Educação do governo do Estado de São Paulo.

Neste meio tempo, foi contemporâneo e trabalhou com nomes ilustres que atuaram de maneira decisiva na educação paulista, como Sud Mennucci que iniciou sua carreira no interior de São Paulo na cidade de Cravinhos, como professor, foi a Belém do Pará, reorganizar a Escola de Aprendizes de Marinheiros; em 1914, atuou como professor público na cidade de Porto Ferreira até 1919.

Em 1920 Sud Mennucci comanda o recenseamento de analfabetismo no Estado de São Paulo. Com este trabalho possibilita a identificação dos núcleos de analfabetismo e direcionando a implantação das quinze delegacias de ensino da reforma do ensino de 1920.

Sud Mennucci é nomeado delegado de ensino nas regiões de Campinas e Piracicaba em 1922. De 1925 a 1931 atua no jornal o Estado de São Paulo, como redator e crítico de livros. Em 1930 cria com um grupo de professores o Centro do Professorado Paulista, - que tinha como objetivo defender os interesses do professorado paulista, onde também fica como presidente até 1948. Entidade, em que Luiz Damasco Penna ingressa em 16 de abril de 1930, sendo membro do conselho fiscal por vários anos.

A preocupação de Sud Mennucci estava ligada ao ensino rural, e à defesa dos professores, quando assume pela primeira vez a Diretoria de Instrução Pública. Realiza em sete de janeiro de 1932, uma reforma que amplia o número de delegacias de ensino para 22, e propõe condições para a nomeação de delegados de ensino e inspetores distritais.

Um grupo de professores militantes na administração paulista assessora, sob o comando de Fernando de Azevedo, a elaboração do Código de Educação. Professor Penna participa da comissão de ensino primário.

O professor Penna é nomeado em 24 de janeiro de 1932 - juntamente com um grupo de professores, experientes na chefia de delegacias, escolas normais do estado - delegado de ensino na região de Guaratinguetá e em 4 de fevereiro de 1932, para a delegacia de ensino da região de Santos.

Sobre a primeira administração de Sud Mennucci à frente da Diretoria de Instrução Pública, Luiz Damasco Penna escreve no jornal “A Tribuna” de Santos, por ocasião do aniversário do centenário da elevação de Santos à cidade, em 26 de janeiro de 1939, um extenso artigo sobre as administrações da educação paulista.

administração Sud Mennucci de 24 de novembro de 1931 a 26 de maio de 1932. Os actos essenciaes desta administração foram os seguintes: a reorganização da diretoria Geral do ensino pelo decreto 5 de 7 de janeiro de janeiro de 1932, cujo conteúdo principal referia-se a: Ampliação da assistência técnica de 7 assistentes para 18; Ampliação da administração regional, com a elevação de 10 delegacias regionaes de ensino para 22, dotadas agora de um secretário em comissão; Ampliação do serviço de inspeção do ensino primário, com o augmento do numero de inspectores para 94; ampliação e reorganização do serviço de psicologia aplicada que foi do pessoal necessário; criação do Serviço de Antropometria Pedagógica pouco depois desanexada da Diretoria Geral de Ensino e criação da Delegacia Geral do Ensino privado destinada a orientação e fiscalização do ensino particular. Instituição da nova tabela de vencimentos do professorado primário.

2.2. Diretor de Escola

O projeto republicano, que encontra na educação, seu braço transformador do indivíduo em cidadão republicano, tem – acima de reformas, leis, teorias – a edificação de um novo modelo de escola, o grupo escolar, com arquitetura diferenciada, disciplinando os espaços de estudo e aprendizado modernos para uma época em que a modernidade seria traduzida em novos modelos pedagógicos trazidos da Europa e dos Estados Unidos, como também o modelo arquitetônico construtivo de escolas.

O decreto estadual 248 de 26 de julho de 1894 criou o grupo escolar, considerado “escola modelar, símbolo do regime republicano e dos ideais de progresso e civilização” (SOUZA, 2006, p.27) e nele se valorizava o ensino seriado com classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção; um professor para cada classe bem como o uso de métodos pedagógicos modernos como o projeto do ensino intuitivo. A implantação dos grupos escolares, além de representar a inicio da reforma educacional da República, foi um fenômeno urbano,

cívico, de construir controle social, para maior eficiência do ensino, através de um diretor:

A escola primária graduada pressupunha o agrupamento dos alunos mediante a classificação pelo nível de conhecimento, o edifício escolar dividido em várias salas de aula, a divisão do trabalho docente, a ordenação do conhecimento em programas distribuídos em séries, o emprego do ensino simultâneo, o estabelecimento da jornada escolar e a correspondência entre classe, sala de aula e série. [...] (SOUZA, 2006, p. 26 e 27).

O sistema de ensino paulista, apesar de passar por diversas reorganizações, na sua maioria, era constituída de escolas isoladas, localizadas principalmente na área rural, em núcleos de fazendas e comunidades muito pobres. A escola isolada atendia a alunos em níveis diferentes numa mesma sala com um único professor que muitas vezes era leigo, sabia ler, escrever, mas não era formado em Escola Normal, sem apoio pedagógico e administrativo e preparado mais para o meio urbano:

As escolas isoladas foram criadas pelo decreto numero 2005, em 13 de dezembro de 1911 e pelo decreto lei numero 1579 de 19 de dezembro de 1917 sendo classificadas em escolas rurais, distritais e urbanas. A caracterização que as diferencia e que se instalam num determinado lugar e cumprida a tarefa de alfabetização instalam-se em outros pontos para sanar o mesmo problema. Já no inicio dos anos de 1910 alguns educadores defendiam a construção de escolas na zona rural, como caminho para fixação do homem no campo, para o aumento da produção agrícola e evitar a super população nas cidades a organização destas escolas isoladas, fossem elas rurais, distritais ou urbana, seguia uma ordem diferente daquela que era utilizada para grupos escolares a duração do curso primário foi alterada para dois anos nas escolas rurais, três anos nas escolas distritais e quatro anos na urbana." (SOUZA, 1998, p.183).

A denominação diretor surge com a lei estadual 88 de 1892, que determinava que as escolas que existiam na época (a escola normal, a escola modelo a escola complementar) tivessem diretor, com atribuição de coordenador pedagógico. O cargo de diretor é criado com a reforma republicana no ensino em 1897, e tem um papel marcante na sociedade, pois é figura influente em pequenas cidades, contrata, demite. Ganha maior importância, quando da implantação de grupos escolares.

Socialmente, o cargo de diretor do grupo escolar demandava uma respeitabilidade por todos os setores da sociedade local, pois poderia influenciar em

muitos outros assuntos municipais, comunitários devido à importância dada à instrução pelas pessoas na época.

A nomeação para o cargo ocorria dentre os professores mais antigos com um tempo maior de exercício do magistério. A figura masculina, tinha maiores chances de chegar aos cargos de direção, pois segundo o próprio Oscar Thompson, a mulher casaria e teria mais obrigações que o homem dentro do lar. Entretanto, há mulheres diretoras, como, por exemplo, Eunice Caldas, em 1903 em Santos.

Outra forma de chegar a um posto de direção era através da indicação de um inspetor escolar que oferecia o cargo ao professor homem que estava ingressando na carreira do magistério. Este quadro foi mudado com o Código de Educação de 1933 e as pequenas reformas que se sucederam depois na década de 30 e 40 no Estado de São Paulo.

Já em 1894, com o grupo escolar, a função do diretor estava baseada na aplicação do currículo acompanhada do gerenciamento da escola, bem como sua fiscalização, que não poderia ser realizada por inspetores. O diretor - tanto do grupo escolar como das escolas reunidas - tinha a princípio a função de interligação entre o ocorrido no espaço escolar e a Inspeção Geral de Ensino e a de responder às necessidades cotidianas do funcionamento da escola.

É dentro desse projeto que vai atuar Luiz Damasco Penna, recém-formado (1916) e com poucos anos de exercício no magistério: havia atuado como professor na zona rural, em 1917.

Em 1918, Luiz Damasco Penna é nomeado por Oscar Thompson, então Diretor Geral de Instrução, para dirigir a Escola Reunida da cidade de Óleo, localizada a oeste no Estado de São Paulo, região muito carente de infraestrutura, na época, pertencente à Santa Cruz do Rio Pardo, décima segunda região escolar do Estado de São Paulo, compreendendo Assis, Ourinhos, Bernardino de Campos, Fartura. Esta região era habitada por muitos índios e muitas crianças analfabetas que necessitavam de instrução. Luiz Damasco Penna permanece por dois anos.

No ano de 1920, pede remoção para a Escola Reunida de Burquira, próxima à Taubaté, sendo diretor da única unidade escolar da cidade. Ainda neste ano é transferido para Santa Isabel, próxima a São José dos Campos. Todas as duas no Vale do Paraíba.

Em 1921, o professor Penna é nomeado diretor do grupo escolar da cidade de Itaberá e depois de Itaporanga, na região escolar de Itapetininga, formada por 15

extensos municípios com uma diversidade cultural grande e falta de comunicação entre as cidades, conforme relata o delegado interino professor Ataliba de Oliveira. É baixa a taxa de matrícula nestas cidades devido à distância entre elas e os grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas. Nesta região, a Delegacia de Ensino, através da ação de Luiz D. Penna, buscou aproximação com a comunidade através de cartas ou contato pessoal para estimular a frequência e conseqüentemente o maior aproveitamento, fato incomum entre as 15 delegacias regionais de ensino da época, o que foi noticiado pelos jornais da capital.

Em 26 de fevereiro de 1922, o professor Luiz Damasco Penna é transferido em comissão para exercer o cargo de diretor do Grupo Escolar de Catanduva, região composta de nove municípios. Economicamente, a região possui a lavoura e pequenas indústrias. A região escolar passava por sérios problemas de alfabetização (problema geral do Estado), além de contar com uma resistência do professorado, por conta da reforma promovida pela lei 1750 de oito de dezembro de 1920, a reforma Sampaio Dória.

Nesse mesmo ano, (1922) o professor Penna conta com uma passagem rápida pela cidade de Villa Bella (atual Ilha Bela), no litoral norte paulista.

Em 1923, Luiz Damasco Penna pede transferência para Monte Alto, região onde passa mais tempo (até 1927), fixando residência, pois em algumas cidades para onde foi comissionado ou transferido, o professor Penna residiu em hotéis, devido às muitas transferências ocorridas neste curto período. Sua mobília ficava em guarda-móveis. Na cidade de Monte Alto em 1923, nasce seu primeiro filho, Jose Luiz da Silva Penna em 15 de novembro de 1923. A sua segunda filha, Maria Teresa, nasce em 1925, na casa dos sogros, em São José dos Campos. Luiz Damasco Penna, mesmo casado, divide seu salário de diretor em três partes e ajuda sua mãe e seus sogros em São José dos Campos mensalmente, até a morte de sua mãe em 1938.

Monte Alto em 1923 fazia parte da região escolar de Araraquara, Barretos, Jaboticabal, Matão, Monte Azul, Olímpia, e Pitangueiras. O professor Penna exerce o cargo de diretor de Grupo Escolar da cidade, sendo o delegado de ensino o professor Fausto Lex, e convive com os inspetores professores Clodomir Albuquerque e Agnello Leandro Pereira. O Grupo Escolar de Monte Alto iniciara suas atividades como escolas reunidas, passando a grupo escolar em 1910. Até 1928, será o único grupo escolar.

No contexto deste período de atuação do professor Luiz Damasco Penna, à frente de diversos grupos escolares, vive-se a plenitude da Reforma da Lei 1750 de 8 dezembro de 1920.

Exemplos que de certa forma influenciaram as práticas de Luiz Damasco Penna, quando Delegado de Ensino Regional em Santos nas décadas de 1930, 40 e 50.

CAPÍTULO III- DELEGADO REGIONAL DE ENSINO DE SANTOS

3.1. A implantação da Delegacia

As delegacias regionais de ensino foram criadas em São Paulo pela lei 1750, de 8 de dezembro de 1920, durante a reforma Sampaio Doria.

A reforma de Sampaio Doria promove inovações como a criação da figura do Delegado Regional de Ensino que é escolhido entre os professores inspetores. Os delegados serão, neste primeiro instante, inspetores mais graduados, distribuídos em 15 delegacias.

O sistema idealizado por Sampaio Doria tem também como inovação, como já foi referido, a autonomia didática que permite a cada professor, dentro de certos padrões, executar e criar seu programa de ensino. A figura do delegado colabora para implantação desta nova prática, que não é bem recebida por parte de professores primários do Estado, gerando protestos e compreensão equivocada.

A Delegacia de Santos fazia parte de um universo de 14 delegacias regionais de ensino criadas pela lei 1750 de 1920, que inspecionavam o funcionamento das escolas.

Na zona escolar de Santos assumiu o posto de Delegado Regional de ensino, Zenon Cleantes de Moura, irmão de Penna professor da Escola Modelo da Escola Normal de São Paulo.

A equipe de inspetores da Delegacia de Santos era formada por 2 professores responsáveis por cerca de 10 cidades: Caraguatatuba, Vila Bela, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaém, Iguape, Cananea, Xiririca e Iporanga (esta foi acrescida ao município de Ubatuba na Reforma de 1925).

Em 1921, assume a Diretoria da Instrução Pública, Guilherme Kuhlmann, que suprime a figura do delegado e centraliza a inspeção escolar na Capital. Percebe-se a luta do grupo de Sampaio Doria, para a implantação da, autonomia didática, que vai encontrar espaço só na reforma de 1927.

No Anuário de 1921, os delegados confirmam, em suas observações, a dificuldade de implantação da reforma de Sampaio Dória, devido à resistência de

grande parte dos professores e de muitas comunidades rurais em matricular seus filhos na escola primária.

Neste mesmo Anuário, nas linhas referentes a Santos, consta que em 1922, o professor Zenon Cleantes de Moura, falece, e não é possível relatar os avanços da zona escolar do litoral.

Em 1925, as delegacias foram suprimidas pelo artigo 93 do decreto 3858 e em seu lugar criou-se a figura do inspetor geral, que subordinado à Capital, inspecionava as regiões, mas quase sempre sem muita eficiência. Pedro Voss, então Diretor de Instrução Pública, alegou que as delegacias eram usadas como instrumento político e, por isso, acabou com essa a estrutura.

Quando o professor Lourenço Filho assumiu a direção da educação do Estado de São Paulo, implantou o decreto 4795 de 17 de dezembro de 1930, restabelecendo as delegacias de ensino em numero de 10 e, como conseguinte a Delegacia de Santos..

Sud Menucci, na reforma pelo decreto 5.335 de 7 de janeiro de 1932, retomando essa estrutura, amplia o número de delegacias de ensino para 22 em todo o Estado, aumenta o número de inspetores na capital para 24 e para 70 no interior distribuídos pelas delegacias. A nomeação destes delegados em 80% dos casos é por promoção. Cria também a figura do secretário para as delegacias de ensino, que deve ser um professor.

Esses delegados, formados nas duas primeiras décadas na Escola Normal de São Paulo; professores de escolas normais do interior, passaram por localidades do interior e são ligados ao Centro do Professorado Paulista, fundado em 1930. Traço comum entre todos é a identificação com os pensadores da chamada Escola Nova. Deste grupo fazem parte, Antenor Romano Barreto, Luiz Galhanone, Julio de Oliveira Penna, José Ribeiro Escobar, Armando Bayeux da Silva, Luiz Gonzaga Fleury, Ataliba Antonio de Oliveira e Luiz Damasco Penna, que são nomeados em 24 de janeiro de 1932 para Delegacias de ensino e postos de chefia na Diretoria de Instrução Pública.

Luiz Damasco Penna já fora nomeado, em 1928, inspetor em São Sebastião, litoral norte do Estado de São Paulo, onde percorreu 5000 km na região, composta de muitas escolas isoladas, comunidades extremamente carentes, onde muitas vezes era difícil o inspetor ter acesso. Em várias oportunidades, isso aparece nos seus relatórios.

Em 1929, Professor Penna é transferido para Piratininga, onde o sistema de ensino patrocinava, a inclusão dos alunos com deficiência. Tal iniciativa é contemplada pelo professor Penna em um artigo na Revista de Educação, quando elogia a construção de uma escola especial para anormais no largo do Arouche em São Paulo e quando também discorre sobre rendimento escolar e repetência.



Figura 3 Inspetor distrital

No ano de 1931, é designado inspetor para a região de São José do Rio Pardo, com municípios extensos, muitas escolas, uma das maiores regiões escolares do Estado. O que onerava muito o deslocamento do Inspetor. O trabalho de inspetor nesta época era o de verificar livros, matrículas, condições da escola; prática do professor, e ministrar aulas-modelo, como também auxiliar o professor, principalmente de escola isolada, em questões extracurriculares.



Figura 4 Livro de diplomados (1930)

Penna , a seguir foi nomeado para a implantação da delegacia de Guaratinguetá em 24 de janeiro de 1932 e depois é transferido, por Sud Mennucci, para a Delegacia da Região de Santos em 4 de fevereiro de 1932.

Chegando à cidade reside na Avenida Pinheiro Machado e depois na Rua Euclides da Cunha (proxima à praia do José Menino)

3.2. Desafios de Luiz Damasco Penna à frente da Delegacia de Santos

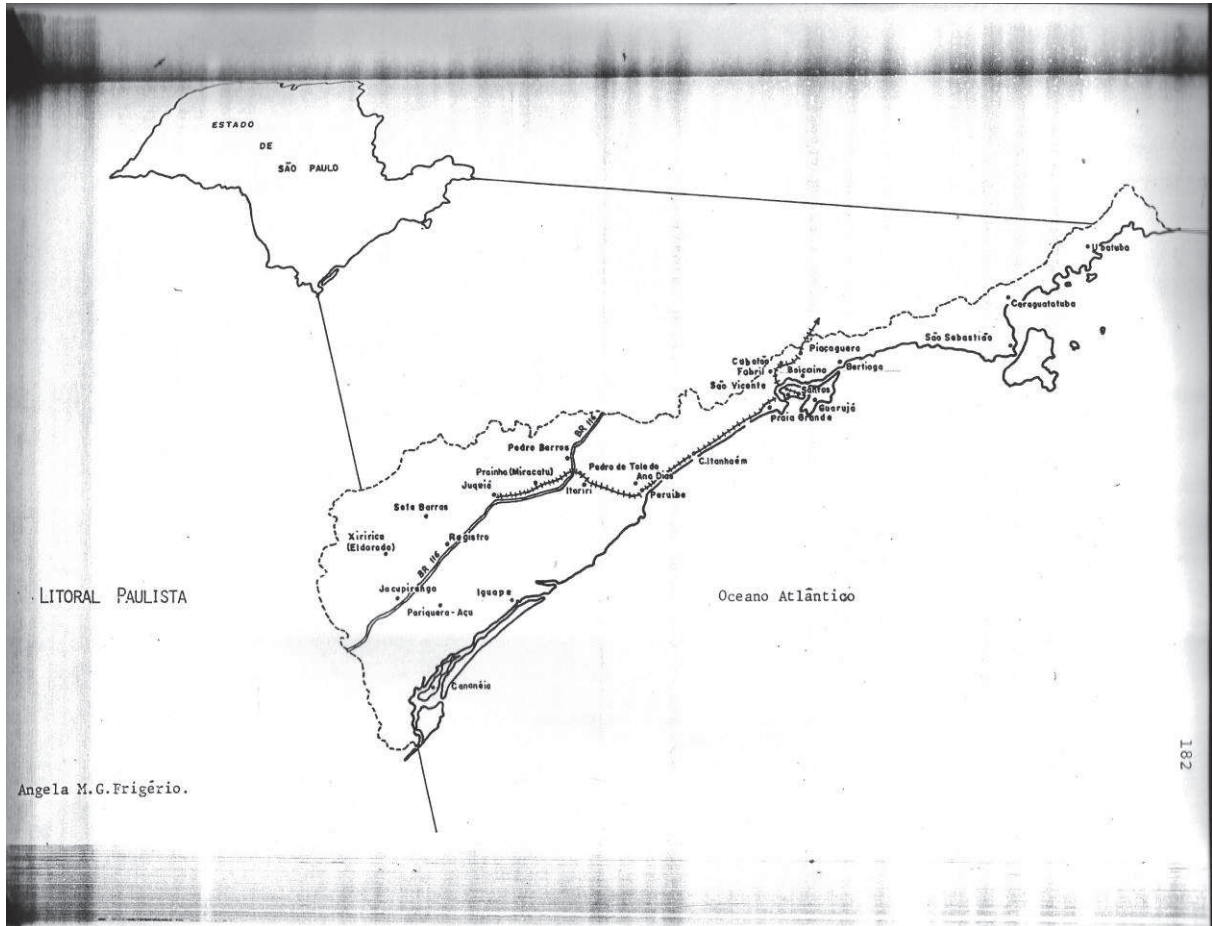


Figura 5 Litoral paulista: principais cidades (década de 1930-40)

Fonte: Dissertação de Mestrado de Maria Aparecida Franco Pereira, USP, 1980

O litoral paulista é uma região com séculos de história em relação ao povoamento e fixação de pessoas e núcleos no Brasil.

A região caracterizou-se historicamente, por vivenciar os primeiros ciclos de exploração empreendidos pelos descobridores portugueses e depois seu abandono economicamente durante séculos. A retomada do seu crescimento e a transformação urbana se dão com o advento do plantio e comercialização de café, a partir principalmente da segunda metade do século XIX.

Este último ciclo refletiu-se na cidade de Santos, sede do litoral paulista a cerca de 60 km da capital, tornando-se um grande porto, o que facilitou o intenso comércio e transporte de café, com a presença da elite cafeeira e de trabalhadores e

a porta de entrada dos primeiros imigrantes que eram trazidos ao Brasil para trabalhar nas lavouras cafeeiras do *hinterland* em busca de melhores condições de vida. O café também possibilitou à cidade, a partir do final do século XIX, ser saneada por obra dirigida pelo engenheiro Saturnino de Brito, realizada pela necessidade estratégica econômica dos governos estadual e federal com a construção de canais, abertura de avenidas, surgimento de bairros e o deslocamento das classes mais abastadas do centro para a praia. Os imigrantes italianos, japoneses, espanhóis e sobretudo portugueses foram transformando, modificando a cultura e as estruturas sociais e econômicas da cidade.

A presença do Estado, principalmente no Litoral, tanto em nível municipal estadual e federal,

ainda era muito pequena, em se tratando de saúde, educação e assistência social. Atividades desenvolvidas pela sociedade civil, organizada - como, por exemplo, a criação do Asilo dos Inválidos, o Asilo dos Órfãos, as escolas operárias e de imigrantes, as escolas confessionais de ordens e congregações religiosas que se instalaram em Santos, ainda no século XIX e primeira metade do século XX - é que não faziam o Litoral ser totalmente carentel. No litoral vai ser importante a presença social e educacional (não formal) da Assistência ao Litoral de Anchieta (ALA) fundada em 1939 por D. Paulo Tarso Campos, em Santos, com atuação nos núcleos da costa paulista.

A rede municipal de ensino, em nível local, é razoável, com escolas isoladas espalhadas pela cidade e arredores. A participação do governo estadual se resumia ao Grupo Escolar Doutor Cesário Bastos (1900), também sede da delegacia Regional de Ensino, G.E. Barnabé (1902) e G.E.Vila Macuco (1915), além das escolas isoladas.

A região do litoral paulista é dividida em duas partes:

Litoral sul onde se localiza São Vicente, que pode ser considerada o primeiro núcleo de povoamento do Brasil, cidade limítrofe com Santos. Tem sua população muito dispersa, pois nesta compreendia também a atual cidade de Praia Grande, Mongaguá Itanhaém; Cananea, Iguape, Xiririca, Jacupiranga. O Litoral sul vai de Santos até os limites com o Paraná. Além das que faziam parte em 1920, foi acrescida Jacupiranga, emancipada de Iguape em 1928.. E muitas escolas isoladas.

- A zona escolar era extensa e a de Iguape (Vale do Ribeira) era dividida em duas porções: a servida pela estrada de ferro e a outra, não, conhecida como Ribeira.
- Litoral norte em direção ao Rio de Janeiro, até a cidade de São Sebastião, incluía Vila Bela, Caraguatatuba. Ubatuba Regiões na primeira metade do século XX comunicadas com Santos, apenas pelo mar.

Durante os vinte e cinco anos de permanência de Luiz Damasco Penna à frente da Delegacia de Ensino Regional de Santos, ocorreram vários desmembramentos, como em Itanhaém, para a criação do município de Monguaguá em 1947.

A Delegacia de Santos fora criada em 1920, quando a reforma Sampaio Dória a instituiu pela primeira vez, com seu primeiro delegado Zenon Cleantes de Moura, irmão de Luiz Damasco Penna, como já foi referido. Em dezembro de 1930, com o restabelecimento das delegacias de ensino, recria-se também a de Santos..

Foi nomeado para delegado Ataliba de Oliveira, professor formado pela Escola Normal de São Paulo, em 1904, natural de Itatiba, diretor e inspetor na zona escolar de Itapetininga. Ataliba de Oliveira ficou pouco tempo na Delegacia de Santos. A seguir assume o professor Lazaro Gonçalves Teixeira, que era natural de Monte Mor. professor Lazaro Gonçalves Teixeira, que era natural de Monte Mor, Contudo o professor Penna (que já atuara no Litoral) é removido , em primeiro de fevereiro de 1932, para a Delegacia de Santos, para resolver sérios problemas enfrentados pela zona escolar de Santos, entre outros, como falta de inspetores, desconhecimento da região.

A delegacia de Santos tinha sede (das 12:00 às 18:00 h) no prédio do Grupo Escolar Cesário Bastos, onde também funcionavam classes de ensino primário e lecionava a esposa do professor Penna, Henriqueta da Silva Penna, até sua aposentadoria

Inicia seu trabalho na delegacia de Santos, contando com um quadro de 5 inspetores distritais e uma dezena de municípios e abrangia mais de 424 escolas, sendo em sua grande parcela escolas isoladas. A zona escolar de Santos era muito heterogênea, pois possuía dentre as suas 400 escolas isoladas, seus grupos

escolares, várias características que misturavam-se entre escolas urbanas e rurais .A Delegacia de Santos também tinha zonas de emigração no Vale do Ribeira . Grandes colônias de japoneses localizadas em Iguape, Sete Barras e Registro. Nos anos de 1930 e 40, graças à boa relação do Professor Penna, nessas regiões os serviços escolares sempre foram bem desenvolvidos, pois esses imigrantes apoiavam a instrução, diferentemente do caboclo da zona rural.

Logo que o professor Penna assumiu, um grupo de cinco inspetores e um secretário na unidade formavam a sua equipe. Penna redirecionou o trabalho dos inspetores, ficando da seguinte forma distribuída a sua atuação:

Antonio Primo Ferreira em Santos- Grupos Escolares “Cesário Bastos”, “São Leopoldo” e Bocaina, Escolas da Ponta da Praia, Boqueirão, Villa Mathias, Itanhaém.

Felicio Marmo em Santos: Grupo Escolar “Azevedo Jr.”; primeira e segunda escolas do Guarujá e escola anexa à escola de Pesca (em Santos); Vila Bella, Ubatuba (norte) e Cananea (sul).

Joél Aguiar em Santos: Grupo Escolar “Barnabé”, primeira, segunda e terceira escolas de Vila Macuco e primeira, segunda de Vila Haiden; em São Vicente, em São Sebastião, em Caraguatatuba.

Malachias de Oliveira Freitas em Santos: Grupo Escolar “Dino Bueno”, primeira, segunda, terceira, quarta, e quinta escolas do Campo Grande, e em Iguape.

Paulo Monte Serrat em Santos: Grupo Escolar “Padre Bartolomeu de Gusmão”, primeira, segunda escolas de Cubatão, primeira, segunda escolas de Cubatão de Cima, Piassaguera; em Xiririca, em Jacupiranga (sul).

O professor Penna relata que o inspetor Felício Marmo, pediu licença em abril de 1932 e os professores Paulo Monte Serrat e Malachias de Oliveira Freitas foram nomeados inspetores do ensino particular, ficando a delegacia com 3 inspetores.

O cargo de secretario da Delegacia regional de ensino foi exercido primeiro pelo professor Otilio de Oliveira, adjunto do Grupo Escolar “Visconde São Leopoldo”, mas sendo este removido para a Capital, foi substituído por João de S. José do Rio Pardo.

Para seu lugar, foi nomeado em caráter interino o professor Sebastião de Oliveira Campos, diretor do Grupo Escolar Vicente de Carvalho (município de Guarujá), mas com o desdobramento do grupo escolar, foi substituído pelo professor Pompilo Lemes de Souza, que figurou por muitos anos até a aposentadoria do professor Penna. Outros professores também auxiliavam com confecção de mapas e desenhos a Delegacia: o diretor do Grupo “Cesário Bastos”, Armando Belegarde, e João Severino Vilela, diretor do Grupo Escolar “Brás Cubas”. Outro auxiliar importantíssimo no período do professor Penna foi o professor Eithel Boller Muller, que nos anos 40 e 50, com as muitas atribuições fora da delegacia de Santos, auxiliava o andamento do trabalho na zona escolar.

Trabalhou com inspetores, sempre em um número insuficiente e com as constantes remoções de inspetores. Pelo alto custo de vida na cidade de Santos e, como o próprio professor Penna muitas vezes esclarece, dureza do trabalho de inspeção na zona, fazia com que muitos inspetores fossem para outras localidades do interior de São Paulo



Figura 6 Luiz Damasco Penna, Turiano Flavio de Andrade (2º), Suetonio Borges Bittencourt (3º)

Turiano Flavio foi Delegado de Ensino na década de 1960, na zona de Santos, onde o professor Penna, eventualmente ministrava palestras e cursos na Delegacia para professores primários.

Começando a organizar a delegacia, para adaptá-la às condições que a Diretoria de Ensino pedia, o professor Penna lança uma circular número 3 em 10/02/32. Estabelecendo que as inspetorias distritais estavam extintas, e que o trabalho de inspeção seria centralizado na delegacia, ficava a cargo de cada diretor de grupo escolar ou escola reunida, o auxílio à inspeção das escolas isoladas e que seria emitido um relatório de inspeção, elaborado pelos diretores, que possuíam neste instante todas as prerrogativas de atos administrativos que não fossem privativos de inspetores e do delegado. Esses relatórios deveriam ser entregues toda segunda-feira, ou no segundo dia de regresso de viagem de inspeção.

Os delegados tinham um amplo trabalho burocrático, sintetizados em relatórios, que obedeciam a circulares, questionários, memorandos. Nestes relatórios os delegados expunham as reais necessidades das zonas escolares que estavam sob sua responsabilidade. Nessas explanações, muitas vezes criavam choques de realidade, entre o modelo estatístico uniforme, apregoado pela Diretoria de Ensino, e as práticas empregadas pelos delegados.

Trabalhar na delegacia de ensino não era fácil, pois Penna em seus relatórios observava que a **função de delegado** englobava ser datilógrafo, despachante, secretário, viajar para a inspeção. Penna, conta nos seus relatórios, todos os trabalhos que ocorreram na delegacia: como exames finais, concursos de remoção e ingresso, plano de edificação de escolas etc. Era o mediador entre a Delegacia e a Diretoria de Ensino, e, muitas vezes, as Prefeituras e sociedade civil.

Exemplo disso eram as relações entre o professor Penna e algumas prefeituras, que auxiliavam o desenvolvimento da rede de ensino primário, quando, por indicação de Luiz Damasco Penna, da construção, em 1947, do primeiro grupo escolar em Cubatão, então localidade ligada a Santos. Os contatos com a Cúria Diocesana de Santos permitiram que o professor Penna, conseguisse a doação de uma área para a construção de uma escola em Xiririca, atual município de Eldorado Paulista.

A função de delegado faz com que o professor Penna , tenha que administrar não somente escolas mais um complexo aparelho regional de educação, como o estabelecido na zona educacional de Santos .



Penna também realizava, além do trabalho geral na Delegacia de Ensino, serviço de inspeção nas escolas da zona de Santos. O regime adotado por Penna era de 15 dias na sede de Santos e 15 dias viajando pelo litoral, usando carro, cavalo, trem, barco.

Figura 7 Ilha de Buzios (1954)

A zona escolar de Santos, era extremamente difícil em **deslocamentos**. Os relatórios de Penna dão conta disso.

A sua fama de andarilho pelo estado de São Paulo, se confirma quando é Delegado Regional de Ensino da zona de Santos. No relatório de 1937, com referência a 1936, relata Penna, que em 5 anos de exercício no cargo de delegado, foram percorridos 30.750 km entre diversos meios de transporte tais como: em estrada de ferro, 6941 km, de carro ou ônibus 3540km, a cavalo 119 km, de barcos e pequenos navios 4070 km. Esclarece ainda que foram percorridos cerca de 16080 km para a capital e 14.670 km pela região do litoral.

:Um aspecto entretanto, das nossas atividades, eu desejaria me fosse permitido frizar aqui. E é a quilometragem percorrida neste lustro pelo delegado, já em viagens á capital, aonde fui sempre pleitear e defender medidas que julgava acertadas para o êxito da tarefa que me foi confiada” (RDSA, 1937, p.08)

Ressalta que somando os 5.000 km percorridos no litoral norte como inspetor entre 1928 e 1929, empresta a ele alguma autoridade sobre as atividades da zona escolar do litoral ..

As viagens pelo litoral, algumas vezes eram feitas de carro pela praia, e em pequenos barcos, Luiz Damasco Penna possuía, um condutor, Emergildo que o levava ate as áreas mais remotas do litoral sul ou norte, pois era preciso inspecionar os grupos escolares, ou escolas isoladas em funcionamento, No barco dormia-se em um lugar estreito, sem muito conforto, Em entrevistas com familiares de Penna, narra-se que o delegado, ficava muitas vezes cedo na porta dos grupos escolares para iniciar suas visitas , o que em muitos casos assustava o diretor e as professoras com o horário adiantado..

O tempo de visitas era dividido da seguinte forma: 20 dias na sede e 10 dias fora dela. Em 1936, Penna contabilizou 205 dias na sede e 80 fora visitando no período 28 escolas rurais, 178 classes de grupos escolares e 60 escolas particulares.

Segundo um entrevistado, em 1936, em uma visita à localidade de Sete Barras(litoral sul) , viagem realizada por barco, tendo sempre seu condutor de nome Emeregildo, Penna, dorme no barco e visita o grupo escolar da localidade, às cinco horas da manhã. Narra-se que o diretor ficou perplexo, com a visita fora do expediente, o que também pôde ser constatado que as professores do grupo escola, aplicavam reforço, aos alunos, fora do horário de aula, sem receber pagamento algum a mais, o que motivou um ofício elaborado por Penna para o Diretor de Ensino, elogiando as professoras pelo seu compromisso com a educação.

Penna lembra que a **verba para viagens** era insuficiente. “Inspetor que não viaja é como se não existisse” (PENNA, Relatório 1932). Porém nos anos entre 1928 a 1930, o então Diretor de Instrução, Amadeu Mendes, conseguiu que muitos municípios paulistas custeassem parte das despesas de inspeção, devido ao grande número de professores leigos, lecionando na rede. O professor Penna pede que seja adotada uma medida que permita que cada município disponha de 10\$000 por escola isolada rural, o que resolveria o problema de inspeção. Defende que a diminuição de inspetores iria ser compensada, pelo aumento de verba para viagens, e com sua experiência fala que o que vale em inspeção é a unidade inspetor tempo.

Descreve, no relatório produzido em 1933, que não há o recurso da requisição de passagens grátis em estrada de ferro .A viagem por ferrovia poderia ser feita só até a cidade de Registro, pela Sorocabana .Outro meio de locomoção citado era a Companhia de Navegação Fluvial Paulista, que fazia viagens para o litoral norte.

A preocupação de Luiz Damasco Penna, nos primeiros 4 anos de administração da Delegacia de Santos foi **edificar escolas**,olhar a escola de maneira quantitativa. Ressalta o aspecto quantitativo da escola, porque sem edificações não existe alicerce para o ensino. No início de sua administração na região, Luiz Damasco Penna, encontra grandes dificuldades, com professores, inspetores, referentes à localização de escolas.

Penna concentrou seus primeiros 4 anos e sua energia, na expansão de escolas, No início de sua administração na região, Luiz Damasco Penna, encontra grandes dificuldades, com professores, inspetores, referentes à localização de escolas.

Penna concentrou seus primeiros 4 anos e sua energia, na expansão quantitativamente de escolas bem como de classes.

A zona do litoral era geograficamente muito difícil de administrar, pela grande quantidade de escolas isoladas, localizadas principalmente em praias no litoral, onde grande parte vivia em pequenos núcleos dispersos, e zonas de imigração no Vale do Ribeira. Grande, com colônias de japoneses localizadas em Iguape, Sete Barras e Registro e nos anos 30 e 40, graças à boa relação do professor Penna, os serviços escolares sempre foram bem desenvolvidos, pois esses imigrantes valorizavam a instrução, diferentemente do caboclo da zona rural.

Nas localidades, dirigidas pelo professor Penna, as escolas das cidades em piores estado de conservação estavam em Santos e Iguape, com um grande numero em péssimo estado.

Penna, em seus relatórios e ofícios, revela que não adianta melhorar a formação do professor, a frequência da escola, os livros, o programa, se não há acomodações dignas. Sua principal luta é pela expansão da rede de ensino no litoral, em um primeiro momento: que a instalação das escolas atinja o nível de 1931.

Cuidei da escola sob o aspecto quantitativo, der se á E è verdade. Cuidei por que estava como estou convencido de que estava como estou convencido de que quanto se empreenda edificar em matéria de educação há, de ter um alicerce. Uma escola para ser melhorada é preciso primeiro, que exista” (PENNA, RDSA,1936, p. 15)

É fato que o litoral, onde esta localizada a zona escolar de Santos, possui um grande número de escolas isoladas.

Em 1933, no Relatório anual do exercício de 1932, Penna esclarece:

Poderíamos fazer considerações sobre a escola isolada, ainda que ligeiras; preferimos deixar o assunto para quando estudarmos o aspecto técnico da escola, limitando-nos a cuidar do aspecto da quantidade e distribuição das escolas. Pede-nos a circular numero 25 recenseamento escolar e nos recomenda uma taxa de 2% para o calculo da população escolar, a ser acrescida a partir do ultimo censo.

Penna relata que o último censo escolar é de 1920, e que o recenseamento da população não conduziu à realidade dos fatos. Esclarece que possui na zona escolar de Santos, movimentos de emigração e imigração, principalmente do litoral norte; para a linha Santos-Juquiá (sul) e a zona de imigração japonesa, no Vale do Ribeira.

São grandes movimentos que gráficos e mapas demográficos não irão acusar. Penna usa dados estatísticos do último censo e constata que por um longo tempo faltarão escolas para atender a essa população que se desloca na zona escolar de Santos. O Estado neste momento não possui condições econômicas e financeiras de instalar escolas para um grupo de 30 crianças nem condições regulamentares para que a escola isolada exista em determinadas localidades.

Ainda alerta em seu relatório de 1933: “são meritorias as providências que procurem a melhor sala de aula, a melhor possibilidade, de permanência do professor, a melhor frequência, maior matrícula, a maior soma de garantias, enfim do dinheiro investido.” (p.55)

O alerta se faz, com objetivo de olhar primeiro a expansão da rede de escolas primárias. A partir de escolas edificadas, é que se poderia olhar outros instrumentos fundamentais à escola.

Declarar que o problema do ensino público primário encontrou solução, senão perfeita, ao menos aceitável no grupo escolar, é repetir coleção de anuários de ensino. Assim como declarar que a instrução que a escola isolada ainda é esforço mais ou menos perdido no terreno da instrução, é copiar trechos das mesmas coleções de anuários, urge já se tem dito, melhorá-las. Para isso, primeiro que tudo localiza-las melhor. Mas entendamos. Levar o critério da seleção de núcleos escolares as suas últimas consequências será reunir todas as escolas isoladas, com o nome de classes, nos grupos das cidades melhores. (PENNA, 1933, p.55)

Localizar bem as escolas isoladas é a melhor forma de atender a demanda escolar, uma vez que cada zona tem suas necessidades e o Estado, desconhece as reais necessidades de cada zona escolar. Esse critério de localização nunca irá ser unânime, pois o prefeito como poder local vai interferir, as comunidades de imigrantes vão questionar, mas a Delegacia tem como objetivo montar um quadro de escolas isoladas que seja condizente com a realidade escolar na zona.

No ano de 1936, a zona escolar foi visitada também por autoridades da Diretoria de Ensino do Estado:

“ As viagens de 16 a 31 de maio foram feitas em companhia do Snr. Professor Luiz Gonzaga Fleury, D. Chefe de serviço desta diretoria autoridade que levou prestígio de sua presença, aos pontos mais afastados da região, examinou cuidadosamente nosso trabalho e nos honrou em termos de visita, com expressões que muito confortaram nosso pessoal” (PENNA, RDSA, 1937, p. 7).

Nesta visita, Luiz Gonzaga Fleury levou consigo um álbum de fotografias que demonstram a realidade das populações destas localidades afastadas, condições das escolas e meios de deslocamento na zona escolar.

Nos relatórios seguintes, principalmente no de 1939, Penna demonstra a dura realidade dos inspetores distritais para visitar e desenvolver um trabalho constante na rede de escolas públicas primárias. Dois eram os problemas principais: o atraso da verba de inspeção, com essas verbas era possível, viajar e manter-se nessas localidades distantes; e outro ponto eram as remoções constantes de professores.

O reajustamento das escolas era efetuado pelos delegados de ensino. Na zona de Santos em 1934, Luiz Damasco Penna, atendendo à circular n. 06, pedia a supressão de 11 escolas isoladas, a transferência de 22, a mudança de denominação de 44 e criação de 88 escolas. Este reajustamento proposto por Penna à Diretoria de Ensino devia-se à falta de verba para as viagens de inspeção e o não provimento de professores de algumas escolas isoladas.

O processo de reajustamento foi inúmeras vezes tentado pela Diretoria de Ensino, primeiro com João Toledo (1932), depois em 1933 e finalmente em 1934, o reajustamento, estava subordinado ao número de matrículas e conseqüentemente à nomeação do professor.

Ao lado dos grandes acontecimentos, o professor Penna descreve duas importantes providências administrativas adotadas entre 1932 e 1933 pela Diretoria de Ensino, como a conversão de escolas reunidas em grupos escolares e o reajustamento de classes de grupos escolares.

Sobre o reajustamento de classes, Penna cita que, em 1918, Oscar Thompson encontrou 279 classes demasiadas, porque, suprimidas, deixavam os estabelecimentos com a média de 35 alunos por classe.” Classes para professores, portanto não para alunos. E o que admira é que só em 1932 - 14 anos passados - houvesse o aproveitamento dessas unidades”. (PENNA, 1932, p.31)

Em 1932, a Diretoria de Ensino publica o número de classes que cada grupo escolar e cada escola reunida deveriam ter. Penna defende a medida de Sud Mennucci, rebatendo a acusação de que as classes se fechariam aos candidatos à matrícula. O que houve, e é inegável, foi um aumento da média de matrículas por unidade e, logo, a economia pelo reajustamento na região.

Na zona escolar de Santos em 1931 havia 219 classes, mas para a Diretoria do Ensino, organizadas 216. Pela Diretoria, houve uma diminuição de 3 classes, e conseqüentemente um aumento de alunos por classe de 38, 2 para 41, 4.

Deste reajustamento a região do litoral perdeu 13 classes, migrando para a cidade de Santos 10 classes, o que aumentou o número de matrículas para 797 alunos. Mesmo perdendo essas classes, a região do litoral aumentou suas matrículas. Isso se deveu à ação do professor Penna que aumentou o número de classe de Itanhaém de 64 classes para 68.

Penna concorda com o aumento de classes na região de Santos. Em abril a Diretoria de Ensino tem um propósito de instalar escolas para crianças e foram criados neste período dois Grupos Escolares na zona de Santos em 1932: um no bairro Campo Grande , o Grupo Escolar “Brás Cubas”, e na cidade de Guarujá, o Vicente de Carvalho.. Foram anexadas escolas a diversos estabelecimentos.

As escolas na cidade de Santos contavam com 168 classes e 14 escolas isoladas, fazendo com que a cidade de Santos aumentasse 16 classes entre 1931 e início de 1932.

Penna ainda ressalta:

Eu poderia, si quizesse e pudesse, ter aumentado muito o quadro da cidade. Não pude, porque os grupos, quase todos trespobrados, já não comportavam mais classes; localizar escolas isoladas em cidade é erro técnico grave, estou convencido”. (1933,p.38)

O professor Penna justifica a não criação de escolas isoladas, devido à falta de recursos do Governo estadual, para a manutenção e diz que o problema na cidade de Santos é construir mais casas, redistribuir os prédios escolares em pontos centrais, o que solucionaria o problema do trespobramento que seria extinto.

A administração da educação publica paulista convivia com insuficiência de recursos, e o desafio de construir grupos escolares, a solução encontrada foi redesenhar a legislação transformando juridicamente as escolas reunidas, em grupos escolares de 4 categorias.

Mas Penna diz que a instabilidade da Diretoria de Ensino impede que o problema dos prédios escolares na região seja solucionado. Na zona de Santos, em 1932, a Delegacia de Ensino, contava com 20 estabelecimentos - 11 grupos escolares e 9 escolas reunidas - , mas com as mudanças nas escolas reunidas transformadas em grupos escolares, a zona ficou com 22 grupos escolares e uma escola reunida. As escolas reunidas, devido ao decreto n. 5335 de 7 de janeiro de 1932, foram transformadas em grupos escolares de segunda ordem..

Muitos estabelecimentos no litoral sul foram transformados em grupos escolares. Na cidade de Santos essa conversão chegou somente no começo de 1933. A cidade de Itanhaém ainda possuía 9 escolas reunidas, esperando a ordem para a conversão em grupo escolar.

Penna recorda que a relação entre escola reunida e grupo escolar foi sendo construída por intermédio de inspetores e por dispositivos. Para lhe assegurar este caráter de escola graduada, o governo confiou a direção das escolas reunidas a um dos professores. A orientação de Oscar Thompson que elaborou a lei 1579, que deu à escola reunida, o diretor privativo, vigorou até a reforma de 1925, que passou em alguns casos a função a ser cumulativa, de acordo com o número de classes em cada escola.

Essa situação foi melhorada segundo Penna, com o Código de Educação de 1933, que só admitia grupos com 4 classes.

Os 22 estabelecimentos da zona escolar de Santos estavam instalados da seguinte forma em 1933:

- 6 prédios estaduais próprios
- 4 prédios estaduais adaptados
- 2 prédios cedidos por particulares
- 1 prédio fornecido pela Prefeitura
- 9 prédios alugados

O aumento do número de escolas esbarra com o velho problema da construção de edifícios. Penna descreve, no relatório de 1933, que somente prédios estaduais próprios e os adaptados estão em condições de uso, e seria preciso a construção de 13 edifícios por parte do governo estadual, para suprir as necessidades.

Segue ainda descrevendo a situação dos prédios escolares da cidade de Santos (PENNA, 1933, p.36):

“Cesário Bastos”

“Prédio estadual especialmente construído, um dos melhores do Estado, em excelente estado de conservação graças aos carinhosos cuidados que seu diretor, professor Armando Belegarde, lhe dispensa, 21 salas de aula, além de numerosas e ótimas dependências. Necessita de pintura externa.”

O Grupo Escolar “Barnabé”, possui 12 salas de aula. É um dos mais antigos da cidade de Santos, localizado na zona central da cidade, foi construído e doado ao Estado e necessitava de urgentes reparos, muitas vezes pedido pelo Delegado.

Grupo Escolar Azevedo Junior, mal adaptado, seis salas de aula, das quais 4 separadas por paredes de madeira. Pertence o prédio, situado à Rua Guararapes na Vila Belmiro, à Loja (maçônica) Fraternidade de Santos. O contrato de arrendamento vencido, paga aluguel, sem contrato.

Grupo Escolar “Dino Bueno” na Avenida Ana Costa número 285. Em seu primeiro pavimento funciona um Asilo, mantido pela Associação Creche Anália Franco, que arrenda ao Estado, em troca de um aluguel, que irá vencer em breve.

Grupo Escolar “Bartolomeu de Gusmão” situado à Rua Visconde do Embaré, números 223 a 225. Prédio desprovido das mais elementares condições higiênicas, pertencente aos Srs. Domingos Rafael e Manoel Pires, arrendado ao estado há muitos anos.

Cada escola da zona escolar de Santos foi descrita, sempre na maioria das vezes com a necessidade de reforma urgente. Uma localidade possuía um único grupo escolar bem construído, antigo que se diga de passagem, que atendia bem a cidade de São Vicente”

A principal bandeira de luta levada por Luiz Damasco Penna, no relatório de 1933, com acontecimentos de 1932, é a necessidade de acomodação de várias escolas estaduais na cidade de Santos. Em documento entregue na Diretoria do Ensino em 29 de novembro de 1932, assinala Penna:

desde a administração do meu antecessor, vem a delegacia, procurando resolver o importante problema da inconveniente acomodação das escolas estaduais nesta cidade. Há três questões distintas, mas que poderiam ter solução conjunta si as condições econômicas do estado fossem outras 1) supressão de escolas isoladas urbanas da cidade, 2) supressão do regime de tresdobramento, 3) melhor distribuição dos prédios escolares. (PENNA, 1933, p.41)

No documento, Penna alerta que a cidade de Santos está passando por profundas transformações urbanas com largas avenidas e surgimento de novos núcleos densos de populações na orla da praia e em alguns bairros como a Bacia do Macuco e a Vila Macuco, local de concentração de operários que possuía escolas isoladas urbanas, e estava urgentemente precisando da construção de um novo grupo escolar. Outro ponto mencionado por Penna era a concentração das escolas na parte velha da cidade, o que sujeitava os alunos a longas viagens dela até suas residências. Penna esclarece que houve pessoas que procuraram a Delegacia de Ensino, para a construção deste novo grupo escolar que deveria contar com mais de 10 salas, o que reduziria os períodos dos grupos escolares, principalmente o Visconde de São Leopoldo, no Macuco.

Penna não se sentia à vontade com a o regime de trespobramento que ocorreu, pela necessidade de ofertar mais vagas na rede pública primária do Estado de São Paulo e a carência de escolas para receber este grande número de alunos.

A escola funcionava também em três turnos, na zona escolar de Santos, encontrando-se, no ano de 1932, 6 grupos escolares neste regime de trespobramento, os maiores da zona escolar: “Cesário Bastos”, “Visconde de São Leopoldo”, “Barnabé”, “Azevedo Junior”, “Dino Bueno”, “Bartolomeu de Gusmão”, e que a medida tem prejudicado muito a escolaridade, diminuída nesses grupos escolares. Comenta:

Houve já defesa do sistema, veio a baila a questão-julgada conveniência - da supressão do recreio. É na nossa opinião medida indefensável pelo aspecto da técnica. Atividades educativas importantíssimas na escola primária, atividades que bastão quasi para caracterizar uma escola, não sei si nova, mas de que se pode pelo menos afastar a inquinação de velha, vem sendo prejudicadas desde a inauguração do sistema. Ginástica, canto, desenho e trabalhos manuais vem sendo relegados para plano secundário quando não vem sendo sistematicamente abolidos [...].(PENNA, 1933,p.48)

Defende, ainda, que a escola deve oferecer uma educação, não somente a teórica, , busca sempre a renovação da escola clássica.

No mesmo relatório, menciona que o diretor do Grupo Escolar “Cesário Bastos” deseja realizar atividades extras, mesmo com a dificuldade do horário . Há a oposição de pais e alguns professores que acham que os alunos vêm para a escola, não para cantar, exercitar-se, mas para ler e escrever (p. 48).

Luiz Damasco Penna explica que mesmo com a adoção da chamada quarta hora dos grupos escolares, que deveria ser usada para excursões escolares e atividades fora da classe, foi extinta, por decreto em agosto de 1933, e por falta de material (p. 48).

Além dos problemas ordinários da vida das Delegacias de Ensino, houve um contratempo muito forte na segunda metade do ano de 1932 (9 de julho a 4 de outubro).

O ano letivo de 1932, por causa da **Revolução Constitucionalista**, foi muito prejudicado com 100 dias letivos, segundo o professor Penna.

Em 11 de julho houve a suspensão das aulas nas escolas públicas, devido ao processo revolucionário desencadeado por São Paulo, por ser tratada a zona escolar, uma zona de guerra. O porto de Santos estava bloqueado pelo governo federal e a cidade era constantemente encurralada pela aviação federal e várias cidades do litoral foram ocupadas pela Marinha nacional. Os prédios escolares do litoral foram usados como quartel, pelas forças revolucionárias. Muitas escolas se encontravam sem professores que pediram remoção em massa das escolas isoladas. Luiz Damasco Penna teve que recolher o material da Delegacia de Ensino às pressas, e mudou-se para duas salas na Prefeitura Municipal de Santos, ficando lá até janeiro de 1933.

Grupo Escolar “Cesário Bastos” foi ocupado pelo 8º regimento de infantaria do exército e o Barnabé foi sede das operações de manutenção do material e da população (costura de uniformes, distribuição de alimentos etc.) o que pode ser comprovado pela imprensa escrita.

Somente depois do fim da luta em outubro, a zona pode conseguir algumas nomeações de professores para as escolas isoladas.

O ano letivo de 1932 foi perdido tanto para os alunos como para a administração. Junta-se a isso a verba de inspeção do período foi entregue somente no dia 17 de outubro de 1932. As viagens de inspeção foram suspensas e Luiz Damasco Penna e os inspetores ficaram restritos à sede da zona escolar, quando reorganizam o serviço do ensino particular.

O serviço burocrático da delegacia foi retomado em outubro, sendo que em novembro os inspetores viajaram pela zona escolar, para os exames finais e para a reunião com professores e diretores dos grupos escolares da zona escolar de Santos.

Em determinados momentos dos seus relatórios, Luiz Damasco Penna insere comentários a cerca das várias reformas que a instrução primária no Estado de São Paulo vai sofrendo.

A educação deveria sempre avançar de forma homogênea dentro do Estado, mas os relatórios de muitos delegados e inspetores, principalmente de Luiz Damasco Penna, mostram várias oposições e debates entre eles e também o enfrentamento diante das pressões políticas locais .

Penna, no relatório de 1932- 1933, lança a discussão sobre os caminhos da **Escola Nova** , afirmando que a filosofia deste novo método, amparado principalmente na psicologia , iniciou-se com a reforma de 1892, classificada por ele como período áureo da educação, como mais revolucionaria do que todas as outras reformas , mais avançada dentro do contexto da época do que Lourenço Filho havia implantado em 1930. Menciona que Oscar Thompson fez esta profissão renovadora e transcreve o que este publicou no Anuário de Ensino 1917: “ A nossa aspiração é fazer escola nova” Thompson). E Penna comenta: “E por pagina adiante, com a maestria de que é dono, desdobrado todo um programa de renovação escolar, do qual vale a pena transcrever este trecho”:

Não mais o programa norteara o ensino, mas o tipo de cada aluno será a bússola da educação. Fazer para aprender, mas fazer só. assistido, acompanhado do professor , é o processo da escola nova. Fazer tudo, todas as lições , todos os exercícios, todas as experiências, de maneira que os conhecimentos adquiridos pelos alunos não sejam mais do que resultados da sua própria atividade mental e física [...] (Oscar Tompson, apud PENNA, Relatório 1932-1933, p.26)..

Nos Anuários de 1917 e 1918 – segundo Penna - Thompson escreve um capítulo sobre a escola nova, que formou professores e cujo lema era de “expor e não impor.”

Contudo, Penna reconhece o mérito do professor Lourenço Filho na difusão da Escola Nova.

. Penna inicia “o relatório propriamente dito” dos trabalhos de 1932 (Rel. 1932-1933, p. 25), descrevendo que teve a honra de assistir à posse do professor Lourenço Filho em 27 de outubro de 1930, cuja atuação “ levaria a revolução para dentro daquela casa. E levou. S.S. não fez uma reforma de ensino no sentido a que estamos acostumados a dar á frase.”..

Lourenço Filho levou a cabo a autonomia didática, (“posta em letra de forma”) para os professores primários, fazendo com que cada professor criasse seu programa. Outro ponto foi a dispensa de todos os professores leigos e a criação do serviço de psicologia.

Penna esclarece que Lourenço Filho usou poucos decretos, revolucionou e apressou a evolução.

[...] por tal sorte que negar a sua influência na escola paulista e na proposição dos vários aspectos hoje já em vias de consideração efetiva é cometer grave injustiça, se bem que a escola nova - uma bandeira de combate - vinha vindo, é necessário encarecer, mas inútil escurecer a diferença de concepção do problema educacional antes e depois de sua administração. (cf. Relatório de 1932-1933, p. 25)

Esta observação traz para o centro da discussão a luta entre os adeptos da escola nova, que tiveram em Sampaio Doria, além de Oscar Thompson, grandes divulgadores e aqueles que ignoravam esta filosofia de educação.

Penna observa que a **Escola Nova** encontrou obstáculos na sua trajetória na educação de São Paulo, mas que era um processo irreversível de transformação da educação. Diz que aspiração do professor paulista era “uma Escola Nova. Outra coisa São Paulo não tem feito que buscar incessantemente a renovação de sua escola”(Rel.1932-33,p. 25)

É importante pesquisar a relação entre as ideias e a prática, tendo-se presente as reflexões da Marta Carvalho em texto referido já no capítulo 1 desta dissertação. Ressalta, Penna, a Escola Nova não se faz

com didática decorada, sinão que com procedimentos educativos condicionados a cada momento e a cada aspecto do problema educacional. Esses procedimentos hão de ser deduzidos da ciência da educação, regulados embora por uma arte da educação, e nunca colhidos em formulários universalizados [...] (idem, p. 28)

Uma outra das proposições da luta de Penna (estudioso e militante, durante sua atuação como Delegado de Santos) é a melhoria das condições de **trabalho do professor**.

A relação magistério e governo é assinalada pelo professor Penna, dizendo que o Estado paga, tem que exigir a retribuição, mas salienta que o professor não é pedreiro de construir muros, fixando-lhe que rendimento o Estado quer. A medida do trabalho do professor é a ação do professor no cérebro do aluno, com o coração, a quantidade de alunos prontos. Tenha o Estado o cuidado de afastar todas as causas humanas do fracasso do ensino.

Luiz Damasco Penna, delegado de ensino, acima de ser dirigente, administrador, é professor e como tal, tem olhos e pensamento muito sensíveis à causa do professorado,

A luta em favor do professor é uma constante em São Paulo.

Luiz Damasco Penna descreve que João Toledo teve uma breve passagem, mas uma tentativa de disciplinar a fixação do professor.

O professor João Toledo, promove (nos inícios de 1930) um inquérito em que participam todos os inspetores e delegados para lançar metas sobre a formação do professor rural e como fixá-lo ao meio onde deve atuar. Penna comenta que foi dado um passo a mais nas resoluções a seguir:

Mas não está feito tudo. Promovia-se ele automaticamente pelo tempo do serviço prestado. A aspiração do professor é, não apenas melhorar de vencimentos, mas melhorar de localidade. E o interesse do Estado é ter professores também para as localidades reputadas, com ou sem razão, reputadas de piores. Isso foi conseguido, à maravilha, pelo decreto 5.804 de 16 de janeiro de 1933, o grande acontecimento do ano e, ainda, outra velha aspiração da classe. (PENNA, Rel.1932-33, p.29)

Descreve o Prof. Penna, em 1931 a Lourenço Filho, o pleito do Centro do Professorado Paulista (Relatório, 1932-33, p. 30)

As escolas do estado seriam divididas em quatro ou cinco entrâncias o acesso de uma para outra entrância se faria mediante um processo que atendessem a critérios objetivos, facilmente aplicáveis e mensuráveis dos critérios apontados os melhores parecem os seguintes antiguidade, eficiência, nível de cultura profissional, e prova escrita.

Foi preciso estabelecer graduação no magistério, de modo que os professores devam permanecer em certos e determinados cargos, para conseguirem acesso a outros; **“Classificar também as cidades e zonas e procurar de toda sorte estimular e premiar o trabalho dos professores”** . foi também obra de João Toledo (p. 29). .

Fernando de Azevedo, substituindo a João Toledo, deu continuidade ao projeto, incorporando conclusões das discussões no Código de Educação de 1933 (Relatório, 1932-33, p. 30)

O professor Penna recorda que, no livro **“O que fiz e Pretendia Fazer”** , Sud Mennucci (1933), lançado logo depois da Revolução de 1932, discute a carreira do professor, que era uma necessidade vital. (Rel.1932-33, p.30 e 31). Ressalta que a tabela de vencimento dos professores, criada pelo decreto 5432 de 5 de março de 1932 - que *estabelece nova forma de remuneração para o magisterio publico primario do Estado* medida criada e adotada por Sud Mennucci, que melhorou os vencimentos dos professores - foi um dos caminhos para fixar o professor nas cadeiras dos bairros, nos campos e nas cidades.

O Coronel Manoel Rabello, Interventor Federal no Estado de São Paulo, que assina o documento (cf.decreto 5432, 1932) , considera a forma atual de remuneração no “magisterio publico primário antiquada e injusta. Considerando que é mister reformá-la de acôrdo com as aspirações da classe e de maneira que melhor consulte os interesses do ensino”(caput do Decreto).

Os vencimentos foram tabelados, segundo o tempo de serviço (Art. 1º): Para os que tenham até 5 anos de efetivo exercício..... 4:800\$000

| | |
|------------------------------------|------------|
| Idem de mais de 5 anos até 10..... | 5:760\$000 |
| Idem de mais de 10 até 15..... | 6:600\$000 |
| Idem de mais 15 até 20..... | 7:200\$000 |
| Idem de 20 até 15..... | 7:680\$000 |
| Idem de mais de 25..... | 8:040\$000 |

Diz o **Art. 2.º** - Para o efeito do presente decreto ficam equiparados todos os professores primarios do Estado, isto é, os adjuntos de grupos escolares, de escolas de aplicação e de escolas modelo isoladas, os professores de jardins de infancia, de escolas maternais de las reunidas urbanas, de escolas reunidas rurais, de escolas isoladas urbanas e rurais, tanto diurnas como noturnas, os professores em exercicio das antigas escolas do Patronato Agricola, os professores adidos aos estabelecimentos de ensino privado, aos quartéis, e ao Serviço Sanitario, e os ajudantes de aulas teóricas da Escola Normal Masculina de Artes e Oficios.

3.3. Luiz Damasco Penna e a escola rural na zona escolar de Santos

A educação rural sempre foi objeto de preocupação dos idealizadores da República, tanto que o primeiro provimento de um professor primário era a escola rural e isolada.²

A temática da educação rural foi marcante nos principais pensadores da educação paulista, pois era um dos problemas mais importantes, por que o Estado de São Paulo passava. A República preocupava-se desde fins do século XIX, com a implantação dos grupos escolares que significava um avanço na modernização da educação primária.

As escolas rurais eram transformadas em urbanas, de acordo com a cobrança do imposto predial da cidade e localizadas perto de sedes de distritos de paz.

De 1927 até 1930, foram abertas mais de duas mil escolas rurais em São Paulo (MENNUCI, 1930). A lei n. 2182 B, de 29 de dezembro de 1926, decretou a criação de mais 250 escolas, sendo 50 urbanas e 200 rurais. O ano de 1930 marca a reativação da campanha em favor do ensino rural brasileiro. (PEREIRA, 2011, p.76)

² A educação rural em São na década de 1930 é hoje objeto de importantes estudos da educação rural. M.A. Franco Pereira (Revista da Educação, RS, v.15, n.35, p. 73-98, set./dez. 2011) traz um importante estudo sobre o período vivenciado por Luiz Damasco Penna.

Pereira menciona que a preocupação com a educação rural aparece no Código de Educação de 1933, porém, não traz uma seção dedicada ao ensino rural, mas este é observado em várias oportunidades como, por exemplo, a adoção de escolas que se tornaram granjas escolares ou sobre a gratificação especial para professores da zona rural. (Capítulo VI, parte III).

Penna diz que “Não conheço mesmo a possibilidade de instalação de uma ou mais granjas em cada município” por falta de apoio, nem que haja pessoal qualificado (Relatório 1935, p.14) . As discussões sobre o ensino rural vão permanecer em foco durante muitos anos.

Em 1954, o Conselho Técnico da Secretaria de Educação também discutia a criação de uma escola normal rural na cidade de São Sebastião. O relator professor Mario Marques de Oliveira, para embasar seu parecer contrário à criação, utilizou relatórios do professor Penna, publicados em trechos no Anuário de Ensino 1936/1937..

Na zona escolar de Santos, havia muitas escolas isoladas rurais, principalmente no Vale do Ribeira nos núcleos de imigração japonesa.

Luiz Damasco Penna, em seu relatório de 1936, aborda primeiro o conceito de escola rural e sua transformação jurídica, mas não real, em escola urbana.

Deve-se, preliminarmente, fixar o conceito de escolar rural. Pelos textos regulamentares: são ruraes as escolas que não estejam em sede de município ou em sede do **districto** de paz; e basta que num bairro seja cobrado o imposto predial urbano, para que as escolas d’ali se digam urbanas. Por outro lado, há populações vivendo no regime civil de urbanas e que são visceralmente populações ruraes, v.g.. as dos districtos de paz e de muitas pequenas sedes de município distantes e isoladas. Cidades, mesmo com organização caracteristicamente urbanas do ponto de vista social, são relativamente poucas no Estado de São Paulo. Depois há a considerar que há escola rural e escola rural. (PENNA, **Relatório 1935**, p.11 e 12)

Penna observa que mesmo sendo escolas rurais, cada região no Estado tem sua constituição urbanística, que os textos das legislações não conseguem disciplinar e enxergar. Seja Escola rural ou urbana, o objetivo é assegurar que o homem do campo seja integrado ao meio social. Penna observa ainda sobre o funcionamento da escola rural:

[...] funcione aqui ou ali um aparelho que se destina a assegurar um mínimo de educação comum e a transmitir um certo numero de técnicas havidas até hoje por necessárias ao homem para se integrar ao meio social médio. E há - quer-se que haja - uma escola que, sendo rural de direito, seja do mesmo passo rural de facto [...]. (PENNA, Relatório 1935, p.12)

Para Penna um dos problemas da escola rural ainda residia na acomodação do professor primário. Mesmo que se tenha por formar, dar orientação na formação da Escola Normal, seria, na visão de Penna, obra incalculável sensibilizar a Prefeituras para a construção de habitações decentes para professores na zona rural, em vez de contratar professores leigos, semi-analfabetos que seriam inviáveis economicamente.

Penna informa que na zona escolar de Santos, existe todo tipo de escola isolada, desde a casa, geralmente em bom estado, construída e cedida pela colônia japonesa, até outras, casebres que não possuíam condições higiênicas. Diz conhecer as condições da escola isolada no Estado de São Paulo

[...] que o comum das casas de escola, aqui, é superior, não relativamente, mas absolutamente ao que se observa alhures, há bons pardieiros, mas já tenho visto, em zonas ricas e adiantadas, pardieiros piores. Pela organização do Código de Educação, cogitamos em estabelecer um mínimo de requisitos, ainda abaixo dos estabelecidos pelo Código Sanitário do Estado. Desistimos por que não era nossa competência [...]. (PENNA, Relatório 1932, p. 42)



Figura 8 Bertiooga litoral paulista (1948)

Luiz Damasco Penna lembra das condições sanitárias para a instalação de uma escola isolada e, se fosse seguir as regras do Código Sanitário, iria fechar todas as escolas Isoladas da zona, por isso, deixou como estava. Observa que não faz relatório para denunciar situações, mas sim, para descrever o que há e o que houve. O que existe é uma desobediência em massa da legislação sanitária do Estado. Aponta que essa desatenção com a parte sanitária é, para ele, um dos fracassos da escola isolada:

“Ninguém, nem alunos e professores, querem parar naquilo e, quando param, confinados em uma estufa, abandonados da professora que já solicitou licença, não por milagre que entendimento o aluno tem”. (PENNA, Rel.1933, p.42)

No Anuário de Ensino, 1936-1937 (p.161) , sob o título “Os Prédios das Escolas Isoladas”, abre-se o item com o seguinte comentário “as salas em que funcionam as escolas isoladas, quer na zona urbana quer na roça, são geralmente detestáveis. Há exceções cujo o número cresce de ano a ano “.

Houve melhora nas seguintes escolas na Zona de Santos(ANUÁRIO de Ensino1936-1937, p. 171- 172):

Ubatuba – Itamambuca, transferida de Puruba, Matto Dentro, transferida, transferida de Poço da Fome; Maramduba esta-se fazendo casas próprias com as exigências actuais.

São Sebastião - Paúba transferida de Toque-Toque Grande, casa própria; Barequeçaba, a prefeitura esta construindo própria.

Itanhaem- Anna Dias - reforma completa.

Iguape - Juquiá – mudança para nova casa ; Cedro - reforma completa de prédio, onde funcionam as 2 escolas e construção de nova casa para as professoras; Prainha - sala nova; Pedro Barros - reforma completa do prédio das 2 escolas; Ibera – reforma completa; Jepovura - mudança da residência dos professores e do prédio das 3 escolas para edificações novas.

Cananea – Guaxixi, transferida de Santa Cruz, para casa de tijolos.

Jacupiranga- Simbiuva, sala de acordo com o actual regulamento.

Xiririca- Rio Quilombo - as 2 escolas em salas novas [...] (PENNA,apud Anuário de Ensino, 1936-1937, p.170-171)

Na zona escolar de Santos, em 1936, havia 137 escolas rurais, sendo 18 em ótimas condições, 23 em boas condições, 37, em condições regulares, 35 em má condições e 23 em péssimas condições.

A questão do professor primário na zona rural, como se tem observado até aqui, era um dos maiores problemas da administração pública paulista. E uma das soluções para resolver de imediato a falta de professores para as regiões mais difíceis foi a chamada do **professor leigo**.

A introdução do professor leigo na rede pública de ensino do Estado de São Paulo teve início com o decreto 3858 de 11 de junho de 1932. Era justificada por não haver professores para as escolas isoladas.

Uma solução tentada anteriormente e que teve prosseguimento no Estado foi a permissão para a criação de escolas normais livres em 1927, com mais de 3 anos de cursos. Entretanto ainda não resolvia a questão da falta de professores em locais mais longínquos.

No relatório de 1933, Penna relata que quando foi inspetor escolar em 1928 na zona escolar do litoral, na localidade de São Sebastião, havia uma maciça falta de professores diplomados para provimento das escolas isoladas e os professores leigos tinham um trabalho extremamente aceitável em caráter emergencial. Penna confessa ainda que foi um dos maiores aplaudidores da medida e um dos maiores admiradores da entrada dos professores leigos na rede pública de ensino primário.

Removido para São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, descreve que as condições eram outras, Penna afirma que os professores leigos nesta região eram semi-analfabetos, lecionando nas escolas reunidas daquela zona escolar.

Quando da sua remoção para a zona de Santos, na condição de Delegado Regional de Ensino, professores leigos reconduzidos por decretos elaborados em 1931, eram em numero de 30. Havia uma verba especial para provimento de 50 escolas para leigos em 1933, direcionada à zona escolar de Santos.

Luiz Damasco Penna diz que foi acusado, em muitos momentos, de perseguir os professores leigos, mas, observa, que nunca dispensou nenhum professor leigo. Houve casos que alguns professores foram dispensados por conversões de escolas isoladas em grupos escolares de 2 ordens, como no caso de Pariquera-Assu, no litoral sul.

Penna fala que não convém julgar se o professor leigo é melhor que o diplomado; fato era que em 1933, ocorreram 360 remoções de professores e a promoção desenvolvida por professores leigos era superior, em alguns casos, a professores diplomados na zona escolar de Santos. Existiam localidades com

escolas isoladas de difícil acesso que somente o professor leigo atingia, por ser um profundo conhecedor do local, como nas cidades de Ubatuba e Cananea.

A questão a ser atacada, segundo Penna, era é realmente criar condições melhores de vida para o professor e discutir o tipo de sua formação.

Os primeiros movimentos de Luiz Damasco Penna, como Delegado de Ensino, segundo Relatório de 1932, dão conta da preocupação em edificar a rede de ensino, com prédios escolares, os chamados grupos escolares, mas como não é possível, aproveita o ajustamento determinado pela Diretoria de Ensino, para agrupar o maior número de alunos possíveis em classes das escolas primárias.

Penna avalia que o ensino particular pode ajudar a absorver esta densa massa de alunos que buscam a escola primária, uma vez que o Estado, não possui meios econômicos, na época, para oferecer educação para todos. Esclarece, no Relatório, que não se opõe à exploração deste empreendimento, desde que respeitada a legislação vigente.

A cidade de Santos possui uma grande rede de estabelecimentos particulares, religiosos ou laicos que ajudam a educação, principalmente no secundário, oferecendo ensino de qualidade à população.

Quando a inspetoria privativa do ensino particular foi instalada em Santos, criada pelo Código de Educação de 1933, contava com o inspetor Malachias de Oliveira Freitas (que já havia sido inspetor distrital escolar na zona de Santos) e que organizou o serviço com todas as escolas da cidade e do centro da zona, catalogadas, através de uma ficha desenvolvida por Luiz Damasco Penna, com foto da unidade e o mapa de localização do estabelecimento.

Luiz Damasco Penna incentiva a criação de escolas particulares. Exemplo desse trabalho é a criação da Escola Ordem e Progresso, espírita, em Santos, quando o próprio Penna tratou da documentação da abertura do estabelecimento.



Figura 9 1954

Em 1932, Sud Mennucci cria a fiscalização das escolas particulares, ficando em um primeiro momento o trabalho para a delegacia e de seus inspetores. Penna pede instruções de como deve proceder a fiscalização uma vez que há falta de verbas para o serviço e diz que vários processos de abertura de escolas particulares estavam desorganizados, e não havia controle. Esclarece Penna que devido à falta de pessoal, verba e tempo, seria humanamente impossível realizar tal serviço.

Em relatório, isenta seus antecessores, Antonio Primo Ferreira, Inspetor da zona escolar de Santos, antes da criação de 1930 das Delegacias de Ensino, e Ataliba de Oliveira, delegado de ensino entre 1930 e 1931.

Penna destaca, então, inspetores para as visitas de inspeção, interditando muitas escolas particulares em Santos e São Vicente. Destas algumas voltaram a funcionar desde que houve a documentação e as normas da Diretoria de Ensino, seguidas.

Outras foram fechadas permanentemente. Penna relata, a Eusébio Marcondes, Chefe de fiscalização das escolas particulares do Estado, que a Delegacia de Santos possuía todos os prontuários e fichas das escolas particulares em ordem, mas que sofreu uma forte campanha de oposição da imprensa local, contra a medida de fechamento.

CAPÍTULO IV PUBLICAÇÕES E ESTUDOS DE LUIZ DAMASCO PENNA

O prof. Luiz Damasco Penna foi um intelectual que como delegado de ensino teve grande atuação no meio das ideias em São Paulo. Seus relatórios à Diretoria de Instrução Pública são verdadeiros textos de pensamento e orientações pedagógicas. Tornou-se um intelectual, formado no sistema, pelas suas práticas, vivências e transformando a ação pedagógica

. O Anuário é a plataforma entre algumas outras à disposição de que Luiz Damasco Penna vai utilizar para construir o professor ideal – além da sua experiência do Litoral - para embasar suas teorias.

O tema do professor e sua prática sempre foi presente em seus relatórios, diligências, debates com as autoridades estaduais de ensino.

O contexto vivido pela educação na primeira metade do século XX, no Estado de São Paulo, encontra o professor Luiz Damasco Penna acima de tudo um pensador das práticas administrativas da educação em um momento de constantes reformas, idas e vindas de decretos, atos, e procedimentos envolvendo o contato entre professor e a Diretoria de Ensino da época. O caráter pedagógico da prática e não só da teoria surge das vivências de sua carreira de professor de escola isolada, diretor de grupo escolar, de inspetor distrital de ensino, que constrói uma cultura de gestão escolar da escola isolada, instituição muito marginalizada em todos os segmentos que compõem este universo

Do extenso material produzido pelo Professor Penna, selecionou algumas escritos publicações :

4.1 Horário para as escolas isoladas

Esse texto, extraído do Relatório anual de funcionamento da Delegacia Regional de Ensino de Santos, exercício de 1935 composto de nove páginas,

datilografadas (p.35 a 43), foi publicado , datado de 4 de julho de 1934, com o título de “Horário para Escolas Isoladas” e consta de uma folha de rosto, outra de apresentação (“seja observado nas escolas isoladas o horário a que se referem estas instruções”); , Horário diário da escola, com a duração das disciplinas e dias da semana. Da p.3 à 16, com o título “Sugestões para execução de horário nas escolas isoladas” apresenta em 25 itens variados *temas*.

Faz algumas considerações iniciais (p.1-4) sobre disciplina, ordem, limpeza e mobiliário da classe assiduidade, pontualidade do professor, asseio dos alunos. “Estas considerações preliminares têm importancia e têm relação cm o assunto das instruções - sem disciplina, sem ordem, sem asseio, não há professor que ensine, não há escola que eduque” (PENNA, 1934 (p. 3); apresenta um rol das disciplinas, conteúdos transversais, programa oficial, autonomia didática, (p 4-10) várias orientações sobre horário, programa e alguns conteúdos de leitura e linguagem; aritmética, canto, caligrafia, geografia, história, desenho, ginástica, noções de ciência, trabalhos manuais.

Por fim apresenta orientações sobre frequência, exame e escrituração. O professor Penna, enquanto Delegado de Ensino, visitou, inspecionou, regeu diversas classes na modalidade de aulas modelo nas escolas isoladas. Observando resolve escrever sugestões de horários para professores que lecionavam nas escolas isoladas em 1934. Sem a pretensão de ser manual, mas um auxílio, pois existem diversas formas de orientações didáticas para desenvolver as ações dentro da sala de aula. Nesse texto, o professor Penna, procura disciplinar o trabalho do professor da escola isolada com estratégias e métodos de ensino e posturas que deveria se ter à frente de uma classe. Nesse estudo, Penna busca disciplinar o trabalho do professor da escola isolada, com estratégias e métodos de ensino e postura que deveria ter à frente de uma classe Em suas abordagens pedagógicas, pretende melhorar o trabalho docente, uma vez que era costume na época ser a primeira experiência do professor recém formado em escola normal trabalhar em uma escola isolada, . Com isso o iniciante ficava vulnerável em suas práticas, a metodologia prejudicada e conseqüentemente o processo de aprendizado.

A questão da relação de tempo, conteúdo e ação do professor dentro da sala de aula foi uma das principais metas do movimento chamado Escola Nova,

que buscava romper com os modelos tradicionais de escola, nos quais Penna tinha se formado.

Deve ser lembrado que em uma escola isolada o professor é responsável por todas as etapas técnico-pedagógicas, frequência dos alunos, limpeza da sala, matrículas, relatório de atividades, além de criar estratégias para ensinar alunos em diferentes níveis de adiantamento, numa mesma sala de aula. Envolve ação pedagógica em uma estrutura onde o professor exercia sua atividade de uma forma que devia atender a todas as necessidades dos alunos e ao mesmo lidar com diversas realidades apresentadas em cada segmento na escola isolada

Luiz Damasco Penna privilegiou nesse documento a questão das disciplinas escolares. As escolas isoladas possuíam em seus programas, oriundos de uma reforma de 1925, tanto com o objetivo de introduzir valores nacionais nos alunos. As atividades físicas estariam ligadas à saúde e os trabalhos manuais, também eram importantes mesmo sem fazer parte do quadro de atividades oficiais dos alunos. As condições sanitárias de cada aluno, também eram observadas. Dizia o professor Penna

É preciso fazer a revista com sentimentos de caridade e solidariedade humana, o professor não está procurando criar um sentimento de cobrança, mas de formação, uma vez que era comum nestas localidades surtos de doenças provenientes da falta de higiene das comunidades onde se localizavam as escolas isoladas.

Nestas sugestões Penna orienta o professor a preservar o espaço físico da escola, mostrando a importância da limpeza da sala, da pintura.

A relação organização do tempo é outro fator que aqui deve ser ressaltado. Menciona que as aulas devem ter atividades interessantes para ocupar todo o tempo que o aluno permanecer na escola, pois corre o risco, do professor, que não preparar as suas aulas, fatalmente fracassar.

O preparo da aula é fundamental:

Assim, também, si se não pode trabalhar sem o preparo da lição, não pode desenvolver um programa de ensino, simples que seja,, sem horário.. Na escola graduada - grupo escolar – onde as classes são homogêneas (afora o primeiro ano o qual, pela atual organização, ainda se parece bem com uma escola isolada) há margem para adoção de horários mais flexíveis, para adoção de planos de trabalho globalizado, por centros de interesse ou por

projetos. Na escola isolada, parece-nos ser impossível isso. Esta escola exige, mais que uma classe de grupo, horário pré estabelecido, sob pena de ficar o professor sem saber o que fazer dentro da sala, sob pena de se descuidar desta ou daquela classe, sob pena de desconsiderar esta ou aquela matéria, sob pena de ver chegado o fim do ano e colher, de todo o seu esforço, resultado irrisório. Não se pretende que só o grupo escolar possa ser *escola nova* e que a isolada tenha de se - fatalmente - *escola velha* . (p. 5 e 6).

Com uma visão inovadora, ressalta que estudar é sempre uma obrigação do professor, frente às demandas da sociedade da época e aos desafios da prática docente.

E agora se lhes dirá que uma das obrigações do professor é esta - estudar continuamente. Há para cada dificuldade técnica, um sem numero de advertências, um sem numero de considerações, um sem numero de de soluções. Há bibliografia variadíssima e extensíssima sobre o assunto. Em cada livro de pedagogia terá o professor indicação de inumeros outros que versam o mesmo assunto(p. 9).

Cita como exemplo a obra de João Toledo "Didática" e de Sampaio Doria, "Educação".

O professor deve anotar as suas dificuldades e encontrar no inspetor escolar, não um fiscal, mas um orientador de suas práticas docentes.

Nas primeiras décadas da República, a figura do inspetor de ensino era vista como um funcionário que tratava de dados e estatísticas, e controle do programa a ser seguido das provas a serem aplicadas e da capacidade do professor. Entretanto muitos inspetores jamais estiveram em uma sala de aula.

Segundo Penna a postura do professor, com seu tom de voz, seu olhar gestos demanda um aprendizados, como também sua pontualidade para que se crie o hábito de responsabilidade no desenvolvimento na aprendizagem do aluno

As condições sanitárias de cada aluno também deveriam ser observadas. Dizia o professor Penna: "É preciso fazer as revistas com sentimentos de caridade e solidariedade humana", procurando o professor não criar um espírito de cobrança, mas sim de formação, uma vez que é comum nestas localidades surtos de doenças provenientes de falta de higiene.

Quanto ao conteúdo da aprendizagem, as escolas isoladas seguiam o programa, oriundo da reforma de 1925.

A leitura era uma das ferramentas fundamentais na alfabetização de alunos, assim como a escrita. Penna alertava para que o professor prestasse

atenção à sua escrita, pois o aluno poderia absorver os vícios da letra do professor. Propõe que a escrita e a leitura sejam utilizadas para ensino de outras disciplinas como História, Geografia, Desenho. É uma forma de ocupar o máximo possível o tempo e uma maneira, talvez, com as devidas proporções, introduzir a interdisciplinaridade nas escolas isoladas.

Para muitos o problema da alfabetização é cultural. O professor Penna coloca em suas sugestões que a alfabetização, além da escrita e da leitura, passa pela educação total do indivíduo.

[...] uma escola para ensinar, educando. Lourenço Filho, pioneiro da escola renovada, declaralmente que 'si a questão da alfabetização extensa do povo na é, em nosso entender, o problema preliminar e único da cultura brasileira [...] nem por isso deixa de ser problema digno da maior atenção e mais na escola popular a leitura e a escrita representam o problema crucial que nenhum argumento logrará iludir. A cultura na é a escola de primeiras letras extensas; mas onde quer que uma escola popular esteja aberta, tradicional ou renovada, o problema da leitura e da escrita é daqueles que, ao mestre, se apresentam como fundamentais, tanto pelas exigências da organização do ensino graduado como pelos reclamos sociais' . A escola é pois para educar e para ensinar a ler , a escrever e a contar, o que tudo, afinal, é ensino e é educação. (p. 6)..

Embora ensinar a ler e escrever não seja a única finalidade da escola primária, diz Penna, que o seu ensino abarca 70% do horário da nossa escola.

O canto com o objetivo de introduzir valores nacionais nos alunos e as atividades físicas ligadas à saúde, e os trabalhos manuais são importantes, mesmo sem fazer parte do quadro de atividades dos alunos.

A escola isolada, na visão do professor Penna, tem uma carga de atribuições muito maior e uma realidade ligada ao tempo muito diferente do que ocorre no grupo escolar.

4. 2. Problemas de Administração Escolar

Luiz Damasco Penna é um profundo conhecedor do trabalho e da importância da inspeção para a educação primária. A organização da educação paulista tem na inspeção escolar, seu principal instrumento de funcionamento da escola e de seu sistema que envolve a edificação escolar, professor, e aluno, além do trabalho pedagógico.

A educação pública no estado de São Paulo na década de 1930 passa por profundas transformações, quando seus administradores retomam o projeto de implantação de várias delegacias de ensino, que deveriam funcionar como órgãos próximos a escolas que eram estruturas em movimento.

Assim o delegado que funcionava como um inspetor que supervisionava todos os processos de movimentação teria que ter a pedagogia da prática, construída em anos de vivência no magistério público.

Antonio de Almeida Jr., médico de formação, mas com fortes raízes no magistério primário, assume a Diretoria de Ensino no período de 1935 a 1937. Durante esta administração que foi a mais longa e estável do período da década de 30, realiza importantes reformas e criação de diversos órgãos, todavia dá voz a os profissionais que compõem o sistema de ensino paulista, incentivando a elaboração de diversos escritos sobre as dificuldades, desafios, e demandas da educação pública do período .

O professor Almeida Jr. edita o Anuário de Ensino no ano de 1936-1937 - fazendo um resumo de todas as atividades, problemas, avanços do ensino público paulista – e dá voz aos delegados de ensino que são a primeira instância superior, logo após o Diretor e Inspetor distrital.

A ação do delegado de ensino estava baseada em elementos que deveriam ter atenção redobrada, entre esses o professor, protagonista do sucesso ou do fracasso das idéias lançadas sobre a educação.

A instabilidade da Diretoria de Ensino, na época da Primeira República (1889-1930), foi tema de constantes críticas do professor Penna, por estar subordinada à Secretaria do Interior e haver conflitos burocráticos que impediam a evolução da educação no Estado. A Inspetoria de Ensino entregue a pessoas leigas que confrontavam com os professores das escolas isoladas e prejudicavam enormemente o processo de ensino e de prática docente.

Variadíssimas modalidades têm apresentado este serviço Collectivo com as comissões de 1846, individual, com os inspectores, feito pela Câmara Municipal, pelo Governo do Estado, simultaneamente pelos dois poderes, entregue a leigos e só em época relativamente recente, a funcionários técnicos; apresenta a sua história o mesmo character de descontinuidade e, em cyclos alternados, verificam-se tendências centralizadoras e tendências descentralizadoras. (PENNA, Boletim 05, 1936, p.9 e 10)

Com o retorno das delegacias em 1930, na administração de Lourenço Filho, o desenho pedagógico das atribuições, importância dos delegados, teve voz com o trabalho de Luiz Damasco Penna, publicado em 1936, por Almeida Jr., com o título "Problemas da Administração Escolar", um boletim, com 23 páginas, onde o prefácio foi elaborado por Almeida Jr

No prefácio, com o título advertência, Almeida Jr, apresenta o professor Penna, como um "colaborador eficiente e leal de vários diretores de ensino" (ALMEIDA JR., Prefácio, boletim numero 5, 1936,p.3).

O então Delegado de Ensino da zona administrativa de Santos, professor Luiz Damasco Penna que nesta altura era reconhecidamente uma autoridade em inspeção e principalmente em legislação, pois já havia percorrido como diretor diversos grupos escolares, escolas reunidas, e ter trabalho como inspetor distrital em áreas distintas no estado de São Paulo (inspetor na área de São Sebastião, São Jose do Rio Pardo e Piratininga), Além de participar da comissão que elaborou o Código de educação de 1933.

Almeida Jr. descreve a estrutura administrativa na época "Quem quiser entender deve lembrar-se de que o Estado de São Paulo se divide, no tocante ao Ensino, em vinte e uma "regiões", cada uma das quaes fica entregue a um "delegado regional", sujeito imediatamente ao director do Ensino. Reparte-se a região em dois ou mais "districtos", de que se encarregam os "inspetores escolares" O districto, por sua vez se compõe de municípios, cujas escolas ficam subordinadas a um "auxiliar de inspeção", em regra director de grupo escolar na localidade" (Prefácio p.3)

Outro ponto ressaltado que Almeida Jr. é que com a descentralização das delegacias de ensino, esta foi extremamente prejudicada pelo política local de

nomeações de cargos : “ A politicagem do interior – dizia-se então- envolve e embaraça e inutiliza o delegado” (1936, p.3)

O Sistema de ensino paulista desde da reforma de 1920, com a criação das delegacias de ensino, buscou sempre implantar um modelo de escola que atendesse a todas as camadas sociais e acima de tudo que unificasse as práticas de administração das escolas do estado de São Paulo. A inspeção surge como uma forma de implantar as praticas difundidas pelos reformadores a todos os professores, escolas e alunos que o sistema de ensino publico abrangia.

Mas a educação publica paulista, passou por diversos períodos reformadores, com a supressão, criação de órgãos, formas de consolidar tais filosofias educacionais. A reforma de 1920 iniciada por Sampaio Doria foi objeto de disputas entre seus defensores de uma educação autônoma, privilegiando a pratica do professor e uma educação acadêmica, controladora tecnicista.

O professor Penna, nesse seu texto "Problemas de Administração Escolar", inicia descrevendo a criação das delegacias de ensino pela lei 1750 de 8 de dezembro de 1920, e mostra as mudanças apontando o artigo 93 do decreto 3858 de 11 de junho de 1925 e pelo decreto 4795 de 17 de dezembro de 1930

Sobre as delegacias o professor Penna esclarece “representam, segundo pensamos, a melhor maneira de realizar o serviço de inspeção escolar e constituem, ainda, orgams indispensáveis no aparelho do Ensino” (Penna , boletim numero 05, 1936, p. 6). Faz menção especial à criação da delegacia de Santos e seus municípios e distritos , nomeados da seguinte forma Ubatuba, Caraguatuba, Villa Bella, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaen, Iguape, Cananéa, Jacupiranga e Xiririca.

Reconstrói a historia da organização escolar do Estado, afirmando que é “uma historia de reformas escolares”.

Penna ressalta que as reformas não podem ser vistas como um catalogo de leis, decretos, que tem modificado ou pretendido modificar o sistema escolar.

Neste trabalho, o professor Penna, dá voz ao Inspetor Geral de instrução Dr. Diogo de Mendonça Pinto que defende a seguinte tese : “Não basta perscrutar o que se decretou e as leis prometiam; o que mais importa é conhecer o que se executou e o que elas produziram”.

Ao analisar os decretos, atos, legislações, o professor Penna, adverte para a falta de continuidade das reformas, fala da implantação dos conselhos de ensino tanto locais, como do provincial, como era formado, e quais suas atribuições.

"A primeira lei que se promulgou na província sobre ensino, a de numero 34 de 16 de março de 1846, já trazia em seu artigo 25 um conselho, ancestral da Associação de Paes e Mestres; " haverá em cada povoação- dizia ella- onde houver escola publica ou particular, uma comissão composta de três cidadãos, que teriam que residir no lugar, sendo um pelo governo do estado e dois pela Camará, havia necessariamente que ser um deste nomeados pela camará, sacerdote".

A esta comissão competia, inspecionar as escolas sejam elas publicas ou particulares, fazendo uma visita mensal; Examinar a salubridade da escola e o cumprimento do programa estabelecido, enviar trimestralmente ao governo uma informação circunstanciada das escolas. Atestar o exercício dos professores, assistir aos exames anuais.

O professor Luiz Damasco Penna, critica o aumento da burocracia, todas criadas com o mesmo objetivo de reformar e implantar um sistema público de ensino.

Pois bem, desde essa embryonaria organização enfeixava em suas mãos competência e poderes hoje atribuídos não só a funcionários como a repartições diversas, até o conselho de educação creado pelo artigo 202 do Código de Educação, o que se vê é um sem numero de organizações semelhantes, umas com funções administrativas, outras com funções técnicas, outras ainda com funções consultivas, algumas com caráter participante de todas as funções disciplinares inclusive muitas não chegaram a ser instaladas. PENNA, Boletim 05, 1936. p.7)

O olhar das autoridades de ensino que deixam seus gabinetes, e vão a linha de frente da educação publica é descrito pelo professor Penna, como positivo que permite uma certa unidade do sistema de educação pública.

Esta ação das autoridades de ensino é feita através de reuniões, congressos, e conferências entre professores e autoridades

E vê-se também que o que tem garantido uma certa unidade de vistas e continuidade de esforços no aparelho administrativo, tem sido os conselhos de facto mais ou menos periodicamente reunidos

– as reuniões , conferencias e congressos –ora de directores , depois de inspectores , de delgados , de directores de normaes , de chefes de serviço , enfim, que quase todos os directores de Ensino têm promovido. Ao lado de uma legislação multifária há- e bem o percebe quem conhece intimamente a organização escolar – há uma tradição administrativa. (PENNA. boletim 05 1936, p. 8)

O professor Penna defende a utilidade dos conselhos que são tratados aqui como reuniões periódicas de todos os segmentos do sistema de ensino que permite uma certa unidade e continuidade da gestão administrativa da educação. Pondera que tais reuniões podem preservar o chamado " aparelho educacional de medidas prejudiciais a evolução da rede primaria de ensino" . Continua:“O principal defeito dos congressos dos chefes de ensino reside em que temos de ordinário visão de ângulos estreitos, sem pejorativo- focalizamos assumptos com demasiada intensidade e minguada generalidade “ (p.8).

Revedo a defesa do conselho de educação criado pelo artigo 202 do Codigo de Educação que articulava todas as forças sociais , com os profissionais da educação mostra as duas vertentes que merecem ser ressaltadas. A experiência de professor, diretor, principalmente na região de Monte Alto revela o perfil agregador , articulador do professor Penna que sem a participação de todos os segmentos sociais e a construção de canais de comunicação, troca de experiências entre de os diversos níveis do sistema de ensino as transformações não acontecem ou são emperradas.

Outra vertente que este documento contempla e o pensamento no contexto da época, na década de 30 vigente na época do getulismo que implantou inicialmente no Brasil o conceito de participação de todas as forças vivas da sociedade.

Por outra parte, a instabilidade na direção geral do ensino é um item que o professor Penna enumera como um problema administrativo seria que prejudicaria o desenvolvimento das medidas reformistas tomadas na gestão do sistema de ensino publico paulista .

Não tem escapado a esta temerosa contingência da instabilidade a própria repartição central – a diretoria do Ensino, cujo simples denominação origina, decretos e cuja existência se vem assinalando por movimentos de prolação e retração de suas alçadas, capaz por vezes como uma secretaria de estado , se reduz logo a uma inspetoria geral.E já chegou uma vez a ser puramente suprimida , em 3 de setembro de 1895 já se disse que era uma repartição macrocephala” (Boletim 05,1936, p.9)

Penna, usando relatórios do final do século XIX e início da primeira década do século XX, descreve a trajetória da inspeção escolar no estado de São Paulo. A publicação do boletim com o trabalho do professor Penna, mostra a preocupação da Diretoria do Ensino, com a circulação de informação, e a produção de instrumentos técnicos para os professores primários do estado. Havia também uma revista publicada

Os relatórios, publicações que partem da Diretoria do Ensino, relatórios de delegados são fruto de um pensamento difundido pela escola normal de São Paulo, no início do século XX e da formação natural de um administrador orgânico, que vai construir sua profissionalização na estrutura educacional do Estado.

Esta descrição foi feita de maneira cronológica pelo autor , usando parte do levantamento feito por João Lourenço Rodrigues

Luiz Damasco Penna critica o enorme aparelho burocrático, com muitas chefias e pouca ação efetiva na implantação de escolas e mecanismos de orientação dos programas de ensino estabelecidos nas reformas que se sucederam no primeiro período republicano.

Antes da reforma de 1934, realizada pelo decreto 6427, observa o professor Penna “Havia uma incompreensível duplicidade de serviços – os mesmos serviços, mesmíssimos assentamentos são feitos na diretoria do ensino e na secretaria de educação”.

Para Penna esta situação criava um entrave , um embaraço ao andamento das tarefas administrativas na educação.

O trabalho de inspeção escolar sofre todas as consequências das ações que são desenvolvidas na diretoria de ensino. Para esclarecer esta situação , Luiz Damasco Penna usa apontamentos do professor João Lourenço Rodrigues, feitos no Relatório da Diretoria de Educação de 1907 e 1908: “ ressaltava as lutas internas dos diretores da repartição de ensino por uma maior autonomia da Inspetoria de ensino, uma vez que suas ações eram obstruídas pelos departamentos alojados na Secretaria de Interior do estado de São Paulo.

O resultado apontado nos relatórios da repartição de ensino era a dualidade do trabalho , realizado duas vezes, que não contribuía para a evolução do sistema de ensino.

Penna menciona que depois da reforma de 1934, a situação melhorou, mas alerta que a diretoria de ensino ainda tinha muitas atribuições burocráticas.

No assunto inspeção escolar descrever Penna: “Variadíssimas modalidades tem apresentado este serviço coletivo com as comissões de 1846, individual, com os inspectores escolares, feita pela camara municipal, pelo governo do estado simultaneamente pelos dois poderes entregue a leigos e só em época recente a funcionários técnicos apresenta sua História o mesmo caráter de descontinuidade”(p.10) .

O professor Luiz Damasco Penna defende a atuação das delegacias de ensino por serem órgãos que na sua opinião conciliam as necessidades da centralização e as vantagens da descentralização que o sistema de ensino necessita para seu desenvolvimento.

Outro ponto a que Penna se empenha:

O terceiro grande assumpto do delegado regional de Santos é o problema do auxiliar de inspeção, por desculpável vaidade, apraz recordar que o auxiliar de inspeção foi invenção minha aceita de prompto pelo dr. Sampaio Doria , na sua reforma de 1920. Vejo agora com satisfação o seu louvor, na boca autorizada de um delegado de Ensino (ALMEIDA.JR., Prefacio, 1936, p.5)

E na voz de Penna:

Veio a medo a inovação do auxiliar de inspeção, é fácil constatar as atribuições que o regulamento da lei 1750 lhe deu, sendo de notar que a lei, ella mesma , não cogitava do cargo . No regulamento, decreto n 3356 é que apparecem as funções de auxiliar de inspeção, ainda assim como atribuições do diretor do grupo (art 180 , n 15 auxiliar, se designado, a inspeção das escolas isoladas do município,cabendo-lhe neste caso, etc) Cabiam-lhe as funções até então exercida pelos prefeitos ou seus prepostos os antigos inspectores municipaes.” (PENNA,, 1936, p.12)

O professor Penna ressalta a importância do auxiliar de inspeção, na ligação entre a diretoria de ensino e a rede, pois circulares, ordens, avisos, eram rapidamente executadas e conhecidas e dando um caráter importante a sua função. “No decreto 3858, de 1925, que extingui as Delegacias, incorporou o cargo na legislação, dando-lhe logo no seu art. 4 um logar como autoridade escolar dependente na Diretoria de Ensino” (1936, p.12).

A reforma de 1932, promovida pelo professor Sud Menucci (decreto 5 335 de 7 de janeiro de 1932), mantém o cargo mas suprime a gratificação que o auxiliar de

inspeção recebia, restabelecida pelo Código de Educação de 1933. Em 1935 ocorre nova reforma que limita o número de auxiliares de inspeção.

Os auxiliares de inspeção são diretores de grupos escolares e sempre houve receio da Diretoria de ensino de dar funções legais ao auxiliar de inspeção, mas o trabalho sempre foi realizado. Por esse diretor de grupo escolar, escolhido pelo Delegado de ensino, que deveria dar atestados a professores para a remoção ou ingresso dos mesmos no magistério público, fazer o recenseamento escolar nos anos 30. Era responsável também pela movimentação de títulos, portarias de licenças, e o bom funcionamento da logística de material de consumo e equipamento para todas as escolas do estado de São Paulo.

Nos Anuários de Ensino da década de 10, havia críticas sobre a capacidade dos inspetores municipais que eram leigos e era pedida a troca destes por profissionais técnicos, uma necessidade há muito a ser atendida pela Diretoria de Ensino.

Penna propõe a seguinte medida: “Para concluir, depois de outras considerações, propondo fosse um professor comissionado como inspetor municipal” (1936,p.14)

A escolha e nomeação do diretor de grupo escolar como auxiliar de inspeção - observa o professor Penna - “e uma decisão acertada, pois era já funcionário efetivo a coisas administrativas e tinha a sua disposição uma verdadeira repartição, gabinete, depósito de material, empregados subalternos, verba de expediente e importante – classes graduadas para exercício e observação dos professores de escolas isoladas, por ocasião das palestras e reuniões pedagógicas, logo estabelecidas” (p.14)

O professor Luiz Damasco Penna é este administrador, que sai do serviço burocrático, planejado, para expor seu pensamento sobre instrumentos criados para desenvolver a educação quer seja em nível administrativo, como em nível de aprendizado, e formação.

O processo de ensino e aprendizado não é somente livros, professor, aluno, método mas um conjunto de ações materiais que colaboram para que a escola cumpra seu papel de formar e informar a sociedade. A Delegacia Regional de Ensino de Santos, quando o professor Penna assumiu a sua administração percorria todas as escolas de sua região, com várias medidas de manutenção, entre elas, a redistribuição de materiais (material de limpeza, mobília, quadros negros, entre outros), e melhorar assistência, ao aluno e ao professor, principalmente nas escolas isoladas. A Delegacia de Ensino de Santos era a única do Estado que fazia o serviço de

redespacho de matérias para as localidades próximas . Com isso, ganhava-se eficiência e rapidez, e racionalização de materiais que as escolas consumiam no período.

Continua a Delegacia se incumbindo de redespachar o material para dos municípios do litoral norte e para o litoral sul, de além Juquiá, o que traz a celeridade e segurança ao serviço e grandes economias ao almoxarifado. Para os pontos servidos por estrada de ferro, o almoxarifado faz o despacho diretamente. Só para os municípios do litoral norte e sul (fora de Santos, São Vicente, Guarujá, Itanhaem, e parte do de Iguape, portanto) despachamos, no ano passado (1936) 375 volumes de material . Recolhemos d' ali, 398 volumes e transferimos 74 volumes , num total de 173 despachos. Tivemos mobiliário inteiramente novo para as escolas da praia de São Lourenço em Santos, Iberá em Iguape, masculina do rio Quilombo em Xiririca. Foram inteiramente montados os grupos escolares de Cubatão, em Santos e o de Alecrim em Iguape.” (PENNA ,1936. p. 184)

Em outra passagem?

O sistema de ensino, anterior a administração de Almeida jr, distribuía uma grande quantidade de livros, mas sem criterios, sem controle como já foi mencionado, criando um grande prejuízo no desenvolvimento do ensino, o professor Penna, relata que as delegacias, estavam a mercê dos livros do estoque do almoxarifado da Diretoria de Ensino, pois as delegacias, professores deveriam se contentar com os livros disponíveis.

“Então ainda não havia a providencia de requisitarem os professores os livros de leitura como se fez em 1936, com inteira observância das instruções da Diretoria de Ensino, sobre o assunto. A escolha de livros se processou na região com inteira liberdade dos adjuntos e a mesma diversidade de livros pedidos, diversidade rigorosamente respeitada, atesta isso” (PENNA, 1936, 214)

Destaca o material de livros

De muito abolimos a praxe de emprestar livros ao menino: ou pode e compra ou não pode e ganha de uma vez.E mais higienico e é mais humano. Por isso também com os livros fazemos a mesma distribuição que com o material de consumo: poucos para os grupos de clientela abastada ou remediada, muitos para os da cidades mais pobres do litoral.O Estado vem distribuindo grande quantidade de livros entre a população e é preciso que não pare de distribuir, que volte a distribuir como antigamente, em quantidade mas com mais cuidado quanto a qualidade . com algum cuidado, seria mais acertado dizer .Em vez de macisas e compulsórias distribuições de um dois livros, a mesma verba distribuída com maior variedade para leitura de classe, para leitura fora da classe, para as bibliotecas escolares.E o que é absolutamente indispensável é que o livro de leitura esteja na sala no dia 1 de fevereiro”(PENNA,1936, p. 215)

Concluindo, percebe-se que Luiz Damasco Penna procura apontar uma direção para a educação primária, construindo com seus escritos, suas opiniões um modelo de administração escolar que tem por objetivo lidar com a realidade da escola, do aluno, do ambiente com uma prática nascida no cotidiano escolar, trazendo a renovação da prática do ensino. Demonstra a importância da inspeção, não como um ato de repressão, burocratização da educação, mas como instrumento de intervenção e desenvolvimento da escola e seu conjunto.

Suas ideias sempre são embasadas na legislação vigente, com uma defesa da prática do magistério público, dialoga com os administradores da educação apresentando um retrato mais próximo possível da realidade, que milita e reflete com profundidade, defendendo o trabalho tanto dos inspetores como dos auxiliares de inspeção

Não apenas, em 1920, se repartiu a autoridade central pelas várias zonas onde sua ação se haveria de exercer. Não apenas o agente, - o inspetor escolar foi colocado mais à testa do serviço. Um outro facto há, contemporâneo dos dois, meio esquecido nelles, de importância decisiva, e que é necessário destacar - o aparecimento do auxiliar de inspeção. Cada zona ficou com sua autoridade regional, cada município ficou com sua autoridade escolar de direito e de facto. Poderia então o inspetor ser, como lhe compete, funcionário principalmente exclusivamente quase técnico. Veio medo à inovação do auxiliar de inspeção, é fácil constatar pelas atribuições do regulamento que a lei 1750 lhe deu, sendo de notar que a lei, ella mesma, não cogitava do cargo. No regulamento, Decreto 3.356, é que apparecem as funções de auxiliar de inspeção, ainda assim com as atribuições de director de grupo (Art. 180, nº 15) auxiliar, se designado, a inspeção das escolas isoladas do município, cabendo-lhe as funções nestes casos etc.) cabiam-lhe as funções até então exercidas pelos prefeitos ou seus prepostos, os antigos inspectoresmunicipaes. Como a serventia do funcionamento era immensa, circulares, ordens, avisos foram alargando e definindo suas funções, até que a primeira reforma, a do Decreto 3.858, de 1925, justamente a que extinguiu as delegacias, incorporou o cargo à legislação, dando-lhe logo em seu artigo quarto um logar de autoridade escolar dependente do Director de Geral e estabelecendo-lhe justíssima, embora modesta remuneração - 50\$0000 mensaes - e lhe dedicando no regulamento todo um capítulo, o IX do título que abrange a Administração e Direcção do Ensino. (PENNA, Boletim 05, 1936, p.12).

Na análise desse seu escrito, percebe-se a preocupação com a inspeção e com a construção de uma estrutura centralizada, priorizando a ligação entre as

unidades administrativas como Diretoria de Ensino, Delegacia Regional e Escola Isolada.

4.3. Formação de Professores em Escolas Isoladas: O ensinar a ensinar

As ideias pedagógicas de Luiz Damasco Penna, desenvolvidas aqui, foram extraídas e refletidas de um documento que ele emitiu pela Delegacia Regional de Ensino- Santos, em quatro de julho de 1934, com o título “Escolas Isoladas”. Suas idéias estão também no item Problemas Geraes do Relatório de Almeida Jr., no Anuário de Ensino, 1936-1937.

Almeida Jr. em seu livro “A Escola Pitoresca”, no prefácio de 1934 faz a seguinte afirmação:

O ensino não é a simples reação previsível e clara entre o professor de boa vontade e a criança-padrão dos livros de psicologia. Nele se ira encontrar a criança realidade, ondulante, multiforme, imprevista, e que se deve, contudo, entender, suportar e querer (1966, p.10)

Desenvolve em sua ação a filosofia de defender a qualidade do processo de constituição da rede de ensino, seus embates com o ingresso dos professores primários da região.

Há no ingresso dois fatores para os quais se deve pedir atenção do Diretor de Ensino:

Um é o da frequência com que caducam as nomeações. Há o remédio da revalidação. Mas como muitas vezes não lançam mão della, fico pensando que muita gente escolhe escola por desfastio, sem considerar no mal que está fazendo aos colegas de classificação mais baixa. Isso precisaria ser cohibido. A maneira de cohibir-se seria trancar a inscrição no anno immediato, para quem não provasse motivo serio para deixar caducar a nomeação. (PENNA, Problemas geraes [...], apud Anuario de Ensino 1936-1937, p.264-265)

E continuando a reflexão:

Aquella escola fica ate o outro concurso, aquella e a da professora estagiaria removida, assim que é empossada. Não seria inteiramente o caso de revigorar-se o artigo 335, parágrafo único do código de educação, para que fosse a escola imediatamente provida por outro candidato? Ia-se batendo ate que se dava num que ficasse com o que lucrariam as creanças e com o que lucraria, justissimamente, esse que quizesse ficar. Tenho boa meia dúzia de substitutos diplomados que aqui trabalham, todos com grande eficiência e alguns desde 1934, e que muito felizes se julgariam se apanhassem qualquer das escolas que vêm ficando sucessivamente vagas.(PENNA, Problemas geraes [...], apud Anuario de Ensino 1936-1937, p.265)

O ingresso de professores, tratado no Anuário de 1936-1937, demonstra que os decretos que buscavam regulamentá-lo, possuíam falhas graves que possibilitavam que alguns professores se utilizassem de influência política e brechas na própria lei para obter vantagens na escolha de escolas e cadeiras de regência.

Entretanto, Penna demonstra em suas palavras a dificuldade da região de suprir a demanda de professores primários, uma vez que o litoral paulista era considerado uma região de difícil acesso geográfico, com um grande número de escolas isoladas e poucos grupos escolares.

No primeiro dia de março de 1932, o professor Penna, como delegado de ensino da região de Santos, enfrentou protesto da comunidade de São Vicente, contra a falta de professores, fato esse noticiado pelo jornal “A Tribuna de Santos”. Neste caso o professor Penna, resolveu a questão com professores substitutos e com uma relação muito próxima da inspeção escolar- trabalho docente.

Uma de suas sugestões para resolver o problema apareceu no Conselho Técnico de Educação, quando Penna em seu parecer datado de 4 de novembro de 1956, defende o concurso de provas. A remoção seria somente para os em efetivo exercício da profissão.

Outro ponto ressaltado por Penna é a fixação do professor na escola rural, na isolada. Neste caso o litoral possuía muitas escolas de bairro, e devido a uma legislação com muitas falhas, permitia a concentração do professorado nos grupos escolares, ficando as escolas isoladas muitas vezes sem docente.

Havia muitas razões para a não fixação do professor no campo além da legislação. A formação nas escolas normais livres e nas oficiais não aproximava o professor de uma realidade concreta:

A Pratica do Ensino precisaria deixar de ser mais realista, precisaria deixar de ser “theoria da pratica”.Por força da lei, os professores

recém formados iniciam a carreira na zona rural, em escola isolada, em escola sem recursos materiais. Ora a escola normal os preparou para a cidade, para classes homogêneas, em grupo escolar de farto material didático, como soe acontecer com as escolas anexas às escolas normais “Escolas um tanto postiças”, no dizer do delegado de Santos, essas escolas anexas (ANNUARIO DE ENSINO, 1936-1937,p.241,242)

Luiz Damasco Penna com sua experiência no magistério público observa que analisar a prática só dentro de livros, só de situações vividas por grandes educadores, como Pestalozzi, deixa o professor ser um corpo estranho no meio onde vai atuar. A prática teorizada pela escola normal, com suas unidades anexas, dá uma falsa visão da realidade vivida pela rede, o convívio com falta de material, realidades muitas vezes fora dos livros, que somente o dia a dia vai moldar o fazer do professor. Penna critica a escola anexa (modelo, de prática didática), pois não prepara o professorado, para situações reais, colocando o ingressante ao magistério público, dentro de uma escola postiça.

As escolas normais faziam, já nas décadas de 1920 e 30, oposição à pedagogia e à didática, aplicada nas escolas isoladas e nos grupos escolares por considerarem métodos poucos científicos e falhos. Penna relata sua experiência na tentativa de promover um intercâmbio entre as escolas normais e a rede que estava sob sua administração

Tenho procurado a colaboração, mas sem grande resultado. De uma feita, por minha conta e risco, officiei as escolas normais enviando quantidade de publicações sobre o ensino e suggerindo que grupos de alumnas, acompanhadas do professor de primeira secção e de inspectores que eu designasse, visitassem periodicamente as nossas escolas publicas e mesmo particulares. Nada se fez. Não insisti. Mas no anno passado ainda teimei em distribuir a cada professoranda um programma official de ensino com o devido consentimento da directoria da escola e do professor- chefe da secção e com o devido conhecimento do Snr. chefe da Educação Secundaria Normal. Há, eu não afirmo mas presinto, um como temor da parte de alguns professores de primeira secção de que nós, os méros inspectores de escolas de meninos nos approximemos demasiado do seu trabalho. Alguns eu conheço, desta cidade, que trahem a convicção em que estão, de que em matéria de pedagogia, falamos línguas diferentes (PENNA, Apud. ANNUARIO DE ENSINO, 1936-1937, p.245)

Penna ainda fala das resistências pedagógicas das escolas normais, com relação a prática: “Mas o fato é que há necessidade de incentivar a pratica dos

normalistas e de orientar essa pratica para as tarefas reais e imediatas da profissão”.(PENNA, Apud. ANNUARIO DE ENSINO,1936-1937, p.245)

Os mestres das escolas normais são importantes e imprescindíveis, com suas teorias, suas fórmulas, configurando mesmo na época um exército, conforme o professor Penna menciona em seu relato, mas a necessidade de incrementar tarefas reais, aos normalistas, é fundamental, prática adquirida pelos administradores da rede escolar (delegados, inspetores e diretores):“Que os professores deveriam iniciar trabalhando durante determinado tempo como substitutos efetivos, e só depois deste estagio é que se permitiria a sua inscrição nos concursos de ingresso ao magistério” (PENNA,Apud. ANNUÁRIO DE ENSINO,1936-1937, p.246)

O professor Penna apóia-se num teórico de educação paulista na questão de que nem todos são “chamados” à profissão:

O professor Lourenço Filho [...] já publicou interessante trabalho versando a questão da vocação para o magistério. Acabou concluindo que não há um conjunto de qualidades que indiquem o bom professor ou melhor, por onde se infira que o individuo tem uma vocação para o magistério. “De medico e louco... De professor também. Mas haverá seguramente contra-indicações para a carreira do magistério. E, há um descommunal desconhecimento, por parte das alumnas daquillo que vae ser realmente a sua profissão, tão grande que commove. Não seria possível e útil pôr as meninas ao corrente das verdadeiras condições da profissão principalmente sob o aspecto do local onde deverão exerci-a. (PENNA, apud. ANNUARIO DE ENSINO,1936-1937, p.247)

Luiz Damasco Penna trata essa adaptação como tema central da implementação da escola rural, pois, no campo o entorno era muito atrasado e com uma cultura totalmente diferente da vivida na cidade.

O professor era obrigado quando ingressava, ficar um período de um ano, na escola rural, o que foi um desafio segundo o livro “A Escola Pitoresca” de Almeida Jr.

Para suprir a falta de escolas e professores no meio rural, no princípio, a Diretoria de Instrução, depois Diretoria do Ensino, abre espaço para o professor leigo chamada de solução simplista por Almeida Jr., no “Anuário” de 1936 que descreve muitos pontos negativos, quando da introdução do professor leigo Era

aquele não formado pela escola normal, sem curso algum; sem qualquer qualificação, simplesmente uma pessoa que sabe ler e escrever que poderia ser uma pessoa ligada ao fazendeiro, à comunidade sitiante, das que defendem os educadores ligados a Diretoria do Ensino, na época.

O mesmo se diz quanto ao trabalho de inspeção, segundo Almeida jr, pessoas que não teriam a vontade de progredir na carreira, ficando estagnadas com um mísero salário pago pelo Estado.

Quando Lourenço Filho assumiu a direção da educação paulista, dispensou uma grande parcela de professores leigos de suas funções e sofreu uma forte oposição. Mesmo consciente das falhas de formação do professor diplomado pela escola normal, Almeida Jr. considera que formação do professor normalista é muitas vezes superior ao do leigo e torna-se peça chave para a criação do homem cidadão no campo.

O grande desafio da Diretoria do Ensino é criar meios para que este professor tenha condições de levar uma ação educativa satisfatória para o campo. Para isso convoca alguns delegados de ensino para exporem suas opiniões a respeito do tema (Anuario de Ensino, 1936-1937).

As condições de vida do professor do meio rural eram extremamente difíceis, tanto na alimentação, como no transporte até a escola, que era feito, por carroças, trolinhos.

Os relatos falam que muitas vezes que a instalação do professor não é objeto de preocupação do fazendeiro, ficando o professor alojado em casas de colonos, quando é professora solteira, é alojada na casa do fiscal da fazenda, nunca na casa do fazendeiro.

Luiz Damasco Penna diz que a adaptação é a ideia central daqueles que defendiam um ensino diferenciado, totalmente voltado para a zona rural.

Existe uma diferença entre a fala de alguns delegados e de Luiz Damasco Penna. Aponta os inúmeros inconvenientes que passa o professor, o que é o real motivo da dificuldade de suprir o meio rural de professores. A adaptação, que gira em torno não do barulho de animais, mas de moradia, muitas vezes sujeitas a mercê, das condições da localidade; a solidão é outro ponto ressaltado pelo professor Penna, além da alimentação de má qualidade na roça e da sujeira com que muitos professores tinham que conviver, resultando remoções.

A adaptação ao local é o leit motif dos que propugnam a criação de um tipo especial de escola normal para formar professores rurais. Porque se cuida pouco, da instalação no local julgado pior, na roça em summa. Em Pindamonhangaba todo o mundo se adapta. Em São Vicente também. Mas a questão não está no processo de formação do professor. A elle pouco lhe incommoda o cochar da rã. Mas o incommoda, e muito razoavelmente, o escuro da noite e o parcimonioso do banho. E mais. Com que se incomoda e justificadamente, é com o almoço. A roça não serve, pode ser que não sirva também pela solidão, mas não serve porque é escura, é suja, é carente de alimentação. Quando o professor encontra um bom Lampeão belga, um chuveiro de alimentação manual, um prato razoavelmente limpo e razoavelmente cheio, um canto mais ou menos abrigado para dormir, esse - se não for removido por conveniência do serviço, fica - não fica quando dá na palhoça, na lamparina de kerozene e no prato de agathe. (PENNA, apud Anuario de Ensino 1936-1937, p.254-255)

Penna alerta os defensores da escola rural da necessidade de condições superiores para a instalação do professor ou irá se criar uma geração de professores que estarão longe do mundo como os religiosos. O objetivo de levar o ensino à zona rural não é de patrocinar mundos distintos, mas a interação.

[...]E os propagandistas da escola normal rural, de duas, uma ou fazem transportar para a roça o conforto mínimo da cidade (e até aqui não têm descoberto novidade) ou, injuria que lhe não quero fazer, se propõem converter toda uma geração de moços em anachoretas, com que utilidade não sei (PENNA, apud. ANUÁRIO, 1936-1937, p.255)

Penna tece seus comentários sobre a adaptação do professor e afirma que o Estado deveria lançar mão de recursos para construir casas que funcionariam como escolas, e gradativamente, construindo casas para os professores, além de remunerá-los com mais justiça, pagando-lhe gratificação por trabalhar no meio rural.

E então o Estado, ou installa elle mesmo condignamente o professor, fazendo pouco a pouco e mobiliando, casas para as escolas rurais, ou dá a esse professor meios de se installar, isto é, paga para o professor rural gratificações, adicionais, que lhe permitam viver uma vida humana. Porque tudo custa dinheiro, isso é que não ha duvida. A vida na roça é caríssima. (PENNA, apud. ANUÁRIO, 1936-1937, p.255)

A estrutura do Estado é muito grande, e ele não possui olhos e ações em todos os lugares. O professor Penna não faz em nenhum instante observações vazias: aponta o caminho de maneira franca, direta. Mostra a dificuldade do professor no campo, porque já militou muitas anos como diretor de escola reunida e grupo escolar e reivindica o justo salário para o professor, condições que ele possa desenvolver uma ação educativa efetiva. Não basta formar o professor, falar sobre as dificuldades de adaptação do professor que tem uma cultura urbana, para muitas vezes segundo observações no Anuário de Ensino, ser humilhado e ser tratado como objeto de ideia impraticável.

O professor Penna descreve que muitos professores lotados no litoral, moram e trabalham em bairros, muitas vezes em casas próprias e criam vizinhança com outros colegas normalistas. A luta do professor Penna é pela construção do grupo escolar na zona rural, uma vez que com o grupo escolar, alunos são bem atendidos, professores são valorizados na questão material, moradia, e classe.

Não há na região, fazendas do tipo das que ha no interior. Os nossos professores trabalham nos chamados se alojam ou em casas de sitiantes (moradores seria melhor), ou tem residência própria. A residência própria é o que mais conviria ao professor, pela situação de independência que deve manter. Por isso é que trabalhamos tanto para crear grupos escolares na zona rural. O grupo resolve o problema não apenas porque o ensino que fornece é melhor, como ainda porque proporciona ao professor mais facilidade de adaptação. Pelo menos quatro colegas ele tem no bairro (PENNA, apud. ANUÁRIO, 1936-1937, p.255)

Outra ideia que o professor Penna defende é a implantação de um curso regional para formar professores no litoral. Esta ideia está no Anuário de Ensino de 1936-1937: “Qual lugar onde devem ser formados os professores. Da cidade? Do ambiente? Há os defensores da especialização de um professorado rural, de um professorado urbano. Há os contraditores Vossa senhoria é um destes. E já esplanou referindo-se à Almeida Jr. o assunto”. (PENNA, Apud. ANUÁRIO, 1936-1937, p.256). A defesa da implantação de um curso regional para normalistas no litoral é importante, pois, o litoral possui uma mescla de ambientes, usando até uma metáfora “a ilha de Sakalina” (uma ilha localizada na Ásia, sob domínio russo no final

do século XIX, para exilar desterrados) para explicar o profundo desconhecimento da vida no litoral paulista tanto sul como norte.

Ora nenhuma outra zona do Estado é tão bôa para uma experiencia, como o litoral. Tire-se do meio Santos, tire-se o Guarujá, tire-se São Vicente. O resto muita gente- muita gente - de gravata inclusive - é como se fosse a Ilha de Sakalina. Uma paragem de que se sabe por ouvir dizer. Logares de deserção clássica de funcionários (PENNA, apud. ANUÁRIO 1936-1937, p.257).

Luiz Damasco Penna relata que a intenção da implantação das escolas normais oficiais em diversas zonas do Estado de São Paulo tinha, por objetivo, fazer com que a professora formada nestas escolas deveria atuar em localidades do próprio interior.

O grande preconceito do professor formado em escolas normais da Capital para com as escolas rurais, segundo Penn, é causado pela incompatibilidade do viver na cidade e do viver no campo.

A questão do professor rural é amplamente debatida, medidas foram tomadas, mas muito pouco foi efetivamente feito, para diminuir esta diferença entre o campo e cidade, nos anos 1930.

Na questão adaptação do professor ao meio, Penna indaga de onde deva partir esta formação. Aponta grupos que defendem a formação rural e outros a formação urbana e os que se “contradizem, como o próprio Diretor do Ensino Almeida Jr., que defendia uma formação profunda em questões pedagógicas e científicas, mas não coibia o ensino praticado nas escolas normais particulares, o que torna o professor primário um profissional não comprometido com o ensino e a aprendizagem, devido à distância da localidade onde está a escola.

Fizeram-se as escolas normais regionais - para que tivéssemos professores e também para que tivéssemos professores para a zona rural, partindo da conjectura de que a moça formada numa cidade do interior bem se dá nas zonas rurais vizinhas. E incriminou-se de uma serie de defeitos a formação do professor nos grandes centros, citada naturalmente a capital, como lugar mais contra - indicado para a formação do professorado rural. A vida da grande cidade incompatibilizaria o moço ou a moça irremediavelmente, com o exercício do magistério na zona rural e nos centros distanciados. (PENNA, apud ANUÁRIO, 1936- 1937 , p.257).

A administração pública, sabemos, é movida por pressão de grupos dentro e fora da máquina pública. Neste caso das escolas normais, a pressão pela exploração do segmento normalista era muito grande e Luiz Damasco Penna deixa muito clara essa pressão tanto política, como administrativa na Diretoria do Ensino, nesta observação sobre o curso regional para professores. “Eu não tenho autoridade para ter opinião. Mas tenho paciência para pesquisar; posso continuar não tendo autoridade para concluir, mas ninguém me pode tirar a liberdade de expor” (PENNA, apud Anuário 1936-1937, p.257).

Em um parecer elaborado bem posteriormente, sobre a permanência do professor primário, Luiz Damasco Penna descreve a experiência do nordeste oriental brasileiro, onde as escolas regionais formam professores para a zona rural, mas os mesmos acabam ocupando-se de outra profissão para complementar a renda mensal. Penna fala que o estado de São Paulo tomou uma atitude acertada quando não deu prosseguimento à implantação das escolas normais regionais:

Podemos afirmar mesmo que as escolas normais regionais tem diplomado professores para as cidades e vilas do interior não para o campo. Tivemos o marceneiro. Sofremos o carpinteiro. Não busquemos a carapina, Há em São Paulo escolas normais superiores esparramadas pelos quatro cantos do Estado. (PENNA, DOSP,1956,p.10)

Penna elogia a qualidade do professor que leciona no litoral, que tinha sua formação realizada na capital. Cita Celso Kelly e observa que a formação do professor, sob o ponto de vista ideal, deveria ser uma só, completa e ampla, para permitir a compreensão de todas as situações que se apresentem.

A situação do professor primário, no campo, sempre foi objeto de legislação.

Penna descreve neste parecer que, em 1918, a legislação não permitia que o professor que fosse para o meio rural lecionasse em locais onde o fazendeiro fosse parente direto. O autor da legislação era Oscar Thompson: a defesa do concurso para resolver estas situações era a ideia de Luiz Damasco Penna uma vez que a legislação vigente dava, ao governo do Estado, a liberdade de nomeação para a escola rural.

Em 1927, para suprir a demanda de professores na zona rural, foi instituída a adoção do professor leigo como já se observou. Ocorre que na rede os professores leigos, começaram a tomar o lugar dos professores diplomados dos bairros.

A situação chegou a um ponto que em 1930, Lourenço Filho dispensou a grande parcela de professores leigos, que lecionavam nas escolas do Estado de São Paulo.

A situação do professor sofreu idas e vindas, com diversas legislações, até em que em 1935 foi instituído o professor estagiário.

A reforma de 1935 tentou criar uma prova de estabilidade, mas devido a enormes pressões da própria rede foi revogada em 1938.

Penna lembra que a instituição do professor estagiário, foi realização de Luiz da Motta Mercier (Diretoria de Ensino de 17/09/1934 a 26/09/1935), que beneficiou muito a infância acolhida nas escolas do Estado de São Paulo, (por mais de 15 anos) .O Anuário de Ensino de 1936-1937 expõe a situação do professor na condição de estagiário

Anteriormente à lei do estágio (decreto 6947 de fevereiro de 1935), a professora primaria que obtinha a nomeação para a zona rural, por concurso, era empossada e começava a perceber salário e logo a seguir tratava de buscar um comissionamento na cidade, ou licença por doença, ou para conservar seus direitos ao lugar, pedia uma licença sem vencimentos para “tratar de interesses” (Anuário de Ensino, 1936-1937, p.359) .

As consequências destas ações eram que crescia o número de nomeações de professores primários titulares e as escolas rurais sem professores, as despesas com salários aumentavam e as salas desses professores ficavam entregues em muitos casos a leigos que não se sabia como eram recrutados ou na mão de substituto, geralmente um professor diplomado que não passara no concurso.

A reforma promovida pelo decreto 6947 de 6 de fevereiro de 1935, instituiu o ingresso no magistério do professor estagiário através do Estagio, diminuiu algumas práticas que prejudicavam o desenvolvimento da rede publica de ensino .O Anuário de Ensino de 1936-1937 (p.266-268) cita alguns artigos desta reforma tais como:

Artigo 13; - concurso de ingresso diz

§ segundo: as nomeações serão em caráter interino e os respectivos professores servirão como estagiários.

O decreto caracteriza a situação do estagio

Art. 17 - Os estagiários não terão direito à licença, salvo tratando-se de professora gestante, a qual poderá gozar três meses de licença com todos os vencimentos.

Art. 18 – Em caso de moléstia comprovada, poderá o estagiário requerer afastamento, sem vencimentos até três meses dentro de um ano, total ou parceladamente; findo esse prazo se não reassumir o exercício será dispensado, podendo inscrever-se em novos concursos.

Acreditava-se que com essas medidas estancaríamos os comissionamentos dos recém nomeados suas licenças e a vinculação de cadeiras rurais de professores que jamais entraram nas escolas para as quais foram nomeados.

O professor Almeida Jr. afirma que, apesar da reforma, trazida pelo decreto 6947, muitas práticas persistiam no meio do professorado:

Não se acabaram como querem algumas autoridades escolares, as remoções de professores recentemente nomeados. A removibilidade do estagiário foi por mim proposta ao Sr. Secretario, e por S. Excia, diante das situações em que outro remédio não poderia haver : casos de comprovada inexistência de alumnos, no local em que inadvertidamente se localizara escola, casos em que a pensão, até hontem existente , hoje desaparecera .E também em casos em que, nos primeiros dias do anno letivo , se vagara cadeira em logar de evidente conveniência para estabilidade do professor. (ALMEIDA JR., 1936-1937, p.267)

Com uma rede em constante expansão, falhas quanto a recrutamento de professores, apontado no Anuário de 1936-1937, leva o sistema a um conflito, entre a teoria – desenvolvida pelas escolas normais, formadoras de professores e a falta de infraestrutura das escolas – e ao despreparo do professor primário diante da pratica.

Luiz Damasco Penna retrata bem esta época com suas observações acerca do problema do professor estagiário:

Há professores que aceitam a nomeação de estagiários unicamente na segurança de que, mal empossados serão removidos, Apresentam-se ordinariamente na Delegacia pretendendo tomar posse aqui mesmo . É um trabalho para convencei-os da necessidade de irem à escola .Querem depois, ordem ao auxiliar de inspecção para que dê exercício na própria cidade, e o que não se

faz pois o título só pode ser visado depois que o professor inicia efectivamente o exercício da escola .

Assim me apareceu, num destes dias, uma professora que, depois das costumadas tentativas para o exercício acabou indagando se para a localidade não havia uma linha de avião que lhe permitisse regressar imediatamente. (PENNA, Apud Anuário 1936 - 1937, p.268)

A Diretoria de Ensino festeja as medidas propostas pela reforma de 1935, através do decreto 6947, o que fica claro com esta afirmativa: “A prática do estágio está dando magníficos resultados”. (Anuário de Ensino, 1936-1937, p.268)

O professor Almeida Jr., quando elaborou o Anuário de Ensino de 1936 - 1937, além de resgatar o desenvolvimento da instrução pública nos anos que não foram publicados relatórios e anuários, deu voz a vários Delegados de Ensino sobre a lei do estágio. Alguns aplaudem, outros ponderam que o tempo de permanência em uma escola do professor em estágio deveria aumentar: isso ocorria porque a lei que disciplinava o estágio era vaga, o que possibilitava várias interpretações por parte de alguns professores que desejavam sempre trabalhar perto de uma localidade conhecida.

Algumas observações de alguns Delegados (Anuário 1936-1937)

O delegado de Botucatu: Estou com aqueles que aplaudem o decreto 6947 de 6 de fevereiro de 1935, que consolidou disposições anteriores e introduziu modificações na carreira do magistério primário, principalmente na parte referente aos estágios.

O delegado de Guaratinguetá. Considerando a necessidade de maior permanência do mestre no núcleo escolar, afim de que a sua missão educativa não sofra solução continuada, julgamos acertada que o estágio do professor primário se amplie para 400 dias de trabalho. A sua efectivação, entretanto, devesse ser automaticamente feita quando completar o estágio estabelecido desde que haja promovido, em média, quinze alunos nos exames finais que se realizarem na escola a seu cargo, dentro do referido prazo. Os que não preencherem as exigências relativas as promoções de alunos, serão dispensados findo aquele prazo, sem perderem, contudo o direito a inscrever-se em novos concursos de ingresso” (p.269)

O professor Penna é contrário a estas práticas mencionadas por seus colegas, registrando sua opinião em oposição:

Há um grande numero de remoções. É natural. Não houve mal em que se revogasse o dispositivo do Código que exigia 400 dias para as remoções. Há quem fique mais de um anno em escola rural. Temos alguém há três annos na mesma escola. Mas a regra é a remoção annual. Isso não é novidade. Sempre foi assim. O dr. Oscar Thompson já chamava o professor de “homem nômade”. A moça, principalmente, raro é que não se mude. Quando se estabeleceu o systema de estagiários, pensou-se que eles ficariam dois anos pelo menos em cada escola: um para a efetivação, outro para fazer os 150 dias como efectivo. Mas o estagiário entra em concurso de remoção, perdendo embora cem pontos. Sãe daqui para a estação vizinha. Mas o gosto da moça é esse mesmo. E uma vez que reja uma escola todo um ano, não vemos grande mal nisso. (PENNA, Apud. Anuário, 1937, p.272)

E continua

Convém igualmente disciplinar de outro modo a chamada dos inscritos, de forma que sejam atemndidos primeiro todos os candidatos de terceiro estagio, depois os de segundo, e, por fim, os de primeiro. Esse expediente assegurara mais equitativa oportunidade de circulação, dentro do mesmo estagio, aos professores dos dois estágios superiores. (PENNA, Apud. Anuário 1936, p. 273)

O professor Penna - diferentemente do pensamento de outros delegados que ampliam o tempo de estagio, ou simplesmente aplaudem a dicotomia do decreto 6947 - sugere uma medida que possibilita aos professores de primeiro estágio, pouco se movimentem em seu primeiro ano e possibilita um ganho de experiência para os professores em estágios superiores.

O sistema de estágios para professores era muito criticado por vários setores da educação, Penna, defende-o dizendo

Primeiro, só se arrisca às dificuldades do processo, quem já tem qualidade para vencê-la, depois, aquele tempo educa. Ao invés de discutíveis provas que mostrassem a priori as qualidades e defeitos do candidato é ele submetido á infalível prova que se chama vida. Lastimo o espaço não me permita continuar nesta ordem de considerações” (PENNA, DOSP, 1956, p.10).

Penna lembra o educador Roger Cousinet que relata a experiência inglesa que utilizou o estagio, para contratar milhares de professores para sua rede. Penna defende que o professor precisa ir para onde há escolas sem professor. Relata a

condição do professor substituto que luta para trabalhar, onde quer que seja, e o sistema de estágio ajudaria a suprir essas necessidades.

Penna ainda lembra que no código de 1933, o professor poderia fazer a sua inscrição em duas delegacias, mas com o passar do tempo esse dispositivo, foi abolido por razões desconhecidas.

Em 1954, quando Luiz Damasco Penna foi consultor técnico da comissão de educação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, apurou que o estado havia formado mais de 38.000 professores, e que 9000 destes estavam efetivos, o saldo que, segundo , Penna poderia ser maior. Os municípios absorviam, mesmo assim um grande número de professores estava sem sala de aula.

O problema da escolha por delegacias é ficam um grande numero de professores sem escola, e um grande número de escolas sem professor, pois os efetivos, inscrevem-se nestas delegacias e não assumem.

Penna defende que a escolha deveria ser feita, por região, município, para acabar com o problema de falta de professores nas escolas de difícil acesso.

A principal meta da Delegacia era implantar escolas, mas desde que estivessem localizadas em lugares que permitissem que houvesse um desenvolvimento de um trabalho serio por parte do docente.

As esferas governamentais poderiam ate ajudar, mas Penna ressalta o compromisso maior da escola primário do que edificar a escola física, o de preparar o aluno. Para isso recorre a um relatório de 1911-1912 de João Chrisostomo, diretor de instrução que dizia “se o principal escopo da escola primaria é combater o analfabetismo ela jamais chegara a realizar esse desideratum desde que não esteja aparelho para dar ao ensino sua forma completa integral. O analfabetismo impera sempre onde a escola apenas pode ensinar a ler, escrever, contar: Ele domina soberano, onde a ausência da instrução integral não prepara o aluno para o bom desempenho de seus deveres sociais.” (Chrisostomo, 1911, relatório)

Luiz Damasco Penna sugere ainda que seja dado preferência a moças nas series iniciais e nas series finais homens, pois as moças , já possuíam habilidades para lidar com crianças menores.

O ponto crucial para a lei do estágio, e do professor estagiário é a participação num desenvolver um sistema de atribuição onde o professor realmente desenvolva um trabalho serio, sem ser nômade, sem prejudicar o andamento da escola.

O Delegado Luiz Damasco Penna jamais deixou de estudar e de refletir profundamente na sua atuação profissional.

Luiz Damasco Penna participa de várias comissões de estudos durante sua vida, por essa experiência e abertura para a reflexão de questões práticas do ensino.

No relatório de 1933-34, o Professor menciona sua participação na comissão do Código de Educação de 1933, elaborando a parte III do ensino primário. Atribui sua participação, como a do delegado de Sorocaba, Plínio Braga, a uma homenagem ao magistério primário. Esclarece que mesmo fazendo parte da comissão do Código de Educação, sua atuação como delegado não foi relegada, o trabalho na comissão foi realizado entre março e abril de 1933.

O Código de Educação foi proposto por Fernando de Azevedo, para disciplinar as muitas reformas e legislação do Estado de São Paulo antes de 1933 e vigorou por muitos anos até a década de 90 do século XX, evidentemente com muitas alterações em determinados períodos da educação paulista. Em 1936, o professor Penna já defende uma reforma no Código de Educação, por não atender mais às necessidades da rede de ensino do Estado de São Paulo.

Ainda no ano de 1933 de fins de abril e junho, Luiz Damasco Penna fez parte de uma Comissão de concurso de ingresso e reversão ao magistério, juntamente com os professores Eusébio de Paula Marcondes, Cassio Bitencourt, Raul Fonseca e Plínio Braga. Penna trabalhou muito com este, que era delegado de ensino em Sorocaba .

Quando Luiz Damasco Penna foi diretor do grupo escolar em Catanduva, em 1922, Braga era o Delegado de Ensino da região. Depois do Código de Educação Braga foi delegado regional de ensino em Jaboticabal e da primeira zona na capital e realizou, em conjunto com o professor Penna, a revisão das circulares emitidas pela Diretoria de Ensino em 1938.

Ainda na administração de Fernando de Azevedo , Luiz Damasco Penna, juntamente com Jose Clozer, Delegado Regional de Ensino na zona de Rio Preto, e João Teixeira, Delegado Regional na zona de Botucatu, compuseram a Comissão de Estudos do Serviço de Inspeção, substituições nos grupos escolares, conversão das escolas reunidas.

O professor Penna cria, com essas sugestões, formas de preparar um bom professor nas escolas isoladas, ajudando-o em sua prática, convivendo com seus desafios que a escola isolada na época impunha à escola primária do litoral paulista. Analisados de modo global, vamos observar um grande número de fatores que levam a organizar o tempo aliado às práticas de ensino: seu público a ser atendido, que necessitava ganhar noções básicas não somente de leitura e escrita, mas de uma classe multisseral, com experiências, culturas, e modo de vida totalmente antagônicos aos difundidos pelo ideal de República; uma estrutura em constante mutação, muitas vezes distantes da realidade prática da escola. Todavia um pensamento bem claro, está presente neste momento: a educação necessita ficar longe das paixões partidárias, dos conflitos de grupos políticos e atender a edificação da sociedade como um todo.

Em 1941, Penna fez parte da delegação chefiada por Fernando de Azevedo que participou da Primeira Conferência de Educação, durante o Estado Novo, na administração de Gustavo Capanema, realizada em novembro no Rio de Janeiro.

4. 4. Outras reflexões sobre a administração escolar

Na função de Delegado Regional de Ensino da zona de Santos, Penna participa da Comissão de assimilação do estrangeiro, rendimento escolar, e da Comissão de Saúde na Educação, comissões de estudo que desenvolveram importantes trabalhos na educação paulista.

Em 1947, Penna participa da elaboração do Código que disciplinava o trabalho do docente no Estado de São Paulo chamado Consolidação das Leis do Ensino, sendo ele o único educador, na comissão formada, por advogados e técnicos da administração do então governador Adhemar de Barros. Essa legislação foi uma reforma do Código de Educação de 1933, proposta por Fernando de Azevedo, quando novamente ocupa o cargo de Secretário de Educação na segunda passagem de Adhemar de Barros pelo governo estadual.

O professor Penna, de 1953 a 1957, integra o Conselho técnico da Educação. Juntamente com José Querino, Adolfo Parker e Carlos Mascaro, elaboram pareceres, fundamentados em sua experiência, sobre professores, diretores,

localização de escolas entre outros assuntos, inclusive alguns ligados ao ensino secundário.

Em 1954, participa como consultor da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que disciplinava e deliberava verbas e assuntos da educação pública paulista, Penna desenvolve a atividade de auxiliar deputados da Comissão, como Vicente Blota e Padre Calazans, em assuntos como ingresso de professores, cargos e salários do magistério público paulista, e localização e construção de escolas no Estado de São Paulo.

Na Assembléia, na década de 1950, é várias vezes lembrado por deputados, principalmente no Vale do Ribeira e da região de Registro, pela sua luta para a construção de prédios para abrigar escolas primárias e seus fortes laços com a colônia japonesa, produtora de chá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luiz Damasco Penna, enquanto administrador escolar, não perde a raiz de professor, não esquece a vivencia de inspetor em diversas zonas escolares do estado de São Paulo.

Com franqueza, simplicidade de ações, e amparo na legislação, ele demonstra em suas observações publicadas no Anuário de Ensino editado por Almeida Jr., um profundo conhecimento de administração, com soluções, inovações aplicadas na Delegacia Regional de Ensino de Santos.

Luiz Damasco Penna procura apontar uma direção para a educação primaria, construindo com seus escritos, suas opiniões um modelo de administração escolar que tem por objetivo lidar com a realidade da escola, do aluno, do ambiente com uma pratica nascida no cotidiano escolar, trazendo a renovação da pratica do ensino .

O professor Penna, em seu trabalho, sua prática, e ação demonstra a importância da inspeção, não como um elo de repressão, burocratização da educação, mas um importante instrumento de intervenção e desenvolvimento da escola e seu conjunto.

Suas ideias sempre são embasadas na legislação vigente, com uma defesa da pratica do magistério publico, dialoga com os administradores da educação apresentando um retrato mais próximo possível da realidade.

Analisando as opiniões do professor Penna, percebe-se a importância e a influencia dos delegados de ensino sobre os rumos que a administração da educação do Estado de São Paulo e o surgimento de uma corrente, política, social, teórica com os delegados de ensino.

As demandas produzidas pela ação das reformas, encontram no professor Penna, um teórico que em grande parte das suas ideias advêm da vivência do trabalho dentro da escola do contato com o aluno, o trabalho do professor.

Procurou-se mostrar a influência da família, do meio sobre as ações de Luiz Damasco Penna no decorrer de sua trajetória no magistério publico paulista, e consequentemente observou-se a formação de grupos de educadores que tinham

visões pedagógicas opostas que se rivalizavam-se na direção da Diretoria de Ensino.

O valor dado a questão dos professores que eram transferidos para distantes zonas escolares, tornavam Penna referência nas ideias, no planejamento dos passos da estrutura educacional do estado de São Paulo.

Luiz Damasco Penna, em meio a tantos teóricos e reformadores importantes, destaca-se pela sua visão de escola clássica, ou seja da edificação de uma escola que deveria possuir todos os elementos para seu funcionamento, alunos, professores, materiais, mobiliário eram fundamentais.

Diante desta diversidade de trabalhos, realizações de Damasco Penna, optou-se por um passo em direção a Delegacia Regional de Santos e o pensamento pedagógico, construído nas praticas do dia a dia, em sua luta para a organização de uma rede primária no litoral.

Sua experiência e sua profunda interpretação das leis, o colocaram como um dos principais pensadores da educação paulista.

O estudo sobre Luiz Damasco Penna não termina nestas páginas que esta pesquisa produziu, mostra caminhos que outros poderão trilhar.

FONTES PRIMÁRIAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRESTES, Gabriel. **Relatório do Director da Escola Normal (1893).**

PRESTES, Gabriel. **Relatório do Director da Escola Normal (1895).**

PRESTES, Gabriel. **Relatório do Director da Escola Normal (1896).**

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE SANTOS

1933 - **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução**

1934 - **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução**

1935 - **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução**

1936 - **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução.**

1937 - **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução.**

1939- **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução.**

1940- **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução.**

1941 - **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução.**

1943- **Relatório da Delegacia Regional de Santos ao Diretor Geral de Instrução.**

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Anuário de Ensino do Estado de São Paulo – 1922, São Paulo.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo -1935-1936, São Paulo :Typographia Siqueira

LUIZ DAMASCO PENNA (escritos do autor):

Horário para as Escolas Isoladas, Delegacia Regional de Ensino de Santos, Tipografia Santos, 1934.

Problemas de Administração Escolar, **Boletim** da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, n.05, 1936.

Ofício de Villa Bela, **Revista do Professor**, maio, 1936.

As Endemias na Escola Primária, **Revista de Educação**, São Paulo, março 1936.

Sugestões para Execução de Horários nas Escolas Isoladas. **Revista de Educação**, maio, 1938.

Exames de 4º ano, **Revista de Educação**, São Paulo, 1938.

Educação em Santos. Edição Comemorativa do Centenário da Elevação de Santos à categoria de cidade. **A Tribuna**, 26 jan. 1939.

Palestra sem Título, **Revista de Educação**, São Paulo, junho, 1948.

Biografia de um mestre [Marmo], **Revista do Professor**, São Paulo, fevereiro, 1957.

A palavra do Professor do ano. **Revista do Professor (CPP)**, out. 1976. p.3 .

CÓDIGO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

DIÁRIO OFICIAL do ESTADO DE SÃO PAULO

Nomeação de Luiz Damasco Penna, para as escolas reunidas de Óleo (21 de julho de 1918).

Nomeação de Luiz Damasco Penna, para o Grupo Escolar de Burquira (25 de abril de 1920).

Nomeação de Luiz Damasco Penna para a escola de Itaporanga (22 de outubro de 1921).

Nomeação de Luiz Damasco Penna, para o Grupo Escolar de Catanduva (26 de fevereiro de 1922).

Remoção de Luiz Damasco Penna do Grupo Escolar de Monte Alto para Vila Bela (9 de junho de 1922) .

Nomeação de Luiz Damasco Penna como Inspetor Distrital para a região de São Sebastião (5 de fevereiro de 1928).

Remoção de Luiz Damasco Penna para Piratininga, como Inspetor Distrital (8 de março de 1929) .

Designação de Luiz Damasco Penna como Inspetor para São José do Rio Pardo (10 de janeiro de 1931).

Nomeação de Luiz Damasco Penna, como Delegado, para a Delegacia de Guaratinguetá (24 de janeiro de 1932)

Aposentadoria de Luiz Damasco Penna, como Delegado Regional de Ensino de Santos (7 de julho de 1956).

ALBUM de FOTOS de Luiz Damasco Penna (7 exemplares encadernados)

Referências:

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de; ASSIS, Harmensz Van Rin Moraes de. **Considerações sobre Estudos Biográficos de Intelectuais da Educação Brasileira**. 2011.

BARREIRA, Luiz Carlos. Trajetória de Antonio Firmino de Proença no magistério público do estado de São Paulo (1905-1938). In: RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio.(org.). **Antonio Firmino de Proença: professor, formador, autor**. São Paulo: Porto de Idéias, 2010. p.35-60.

Borges, Vavy Pachec. **Em busca de Gabriele: Século XIX e XX**. São Paulo: Alameda, 2009.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de, BARREIRA, Luiz Carlos, NERY, Ana Clara Borboleto. Antonio Firmino de Proença na imprensa de educação e ensino. In: Razzini, Márcia de Paula Gregório(Org.). **Antonio Firmino de Proença: Professor, Formador, Autor**. São Paulo: Porto de idéias, 2012. p. 61-80

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista**. In: PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). Modelos

Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais. São Paulo: Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2011. p. 185-212.

CAMPOS, Roselane Fátima e SHIROMA, Eneida Oto. **O resgate da Escola Nova nas Reformas Educacionais Contemporâneas**. Comunicação apresentada no III Simpósio em Filosofia e Ciência. "Educação, Universidade e Pesquisa: paradigmas do conhecimento no final do milênio". Marília, UNESP, junho 1999.

FURGERI, Maria Antonia de Lima Ribeiro. **A Educação das Classes Populares no Litoral Norte Paulista: Caraguatatuba (1920-1940)** . 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade São Francisco, SP.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. Luiz Damasco Penna (verbete). In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de Educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999 p.346-347.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das letras, 2006. p. 21-56.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues. **A organização administrativo-burocrática da Instrução Pública Paulista instituída em 1910**. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 3, p. 131-144, 2009.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Santos nos caminhos da educação popular (1870-1920)**. São Paulo Loyola, 1996.

_____. Crise da educação brasileira: problema da educação rural. São Paulo, década de 1930. **Revista de Educação**, Pelotas - RS , v. 15, n. 35, p. 73-98, set./dez. 2011.

PIOVESAN, Greyce K. . Biografia, trajetória e história. In: **IV Encontro Regional Sul de História Oral**, Florianópolis, 2007l.

REIS FILHO, Casemiro. **Educação e ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22 (65),p. 151-172, maio/ago.2011.

SILVA, Denise Guilherme da. **Ilhas de saber: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo (1933-1943)**. 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos da Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. **A escola normal no Estado de São Paulo: de seus primórdios até 1930**. In: REIS, Maria Cândida Delgado (org.). Caetano de campos: fragmentos da história da instrução pública no Estado de São Paulo. São Paulo: Associação de ex-alunos do IEC 1994. p.39-52.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida (2001). **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. Tese (doutoramento em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

Entrevistas

Nome: **Professora Lucia Tamiko**,

Data: 05/03/11. Local: Delegacia de ensino de Santos

Obs: Lucia Tamiko foi supervisora de ensino na região aluna do professor Penna em 1967 na faculdade de filosofia Ciências e Letras de Santos

Nome: **João Batista Damasco Penna**

Data: 14/09/2011 Local: São Paulo

Obs: João Batista era sobrinho de Luiz Damasco Penna, engenheiro filho de João Batista Damasco Penna e Egle di Pietro Damasco Penna

Nome: Professor **Luiz Alberto Placido Penna**

Datas: 18/10/2011, 02/05/2012. Local: Unimes e residência do entrevistado

Obs: Neto de Luiz Damasco Penna, entrevistado dia nas dependências da, Luiz Alberto é dentista de formação, professor Universitário com mais de 30 anos de experiência no magistério superior

Nome: **Maria Thereza Placido**

Data: 02/05/2012 e 04/06/2012 Local: Residência de Luiz Alberto Placido Penna

Obs: Neta de Luiz Damasco Penna

Créditos das fotos

Fotos de n:1 á 8

Acervo: Familiar

Foto de n: 9

Acerv : Luiz Damasco Penna

ANEXOS



Navio de transporte de passageiros usado pelo professor Penna e inspetores em visitas a região do Litoral Norte Paulista década de 40- fonte arquivo pessoal Luiz Alberto Penna



Curso contra Malaria dentro do programa de educação sanitária desenvolvido no litoral norte com professores e diretores em 1936 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Alunas de uma escola primaria isolada com a professora, região de Registro, litoral sul paulista, 1954 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Almoço em homenagem ao professor Luiz Damasco Penna, pela sua

aposentadoria como delegado regional de ensino da zona escolar de Santos em julho de 1956 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Primeira escola onde o professor Luiz Damasco Penna, foi nomeado diretor, por Oscar Thompson em 1918 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



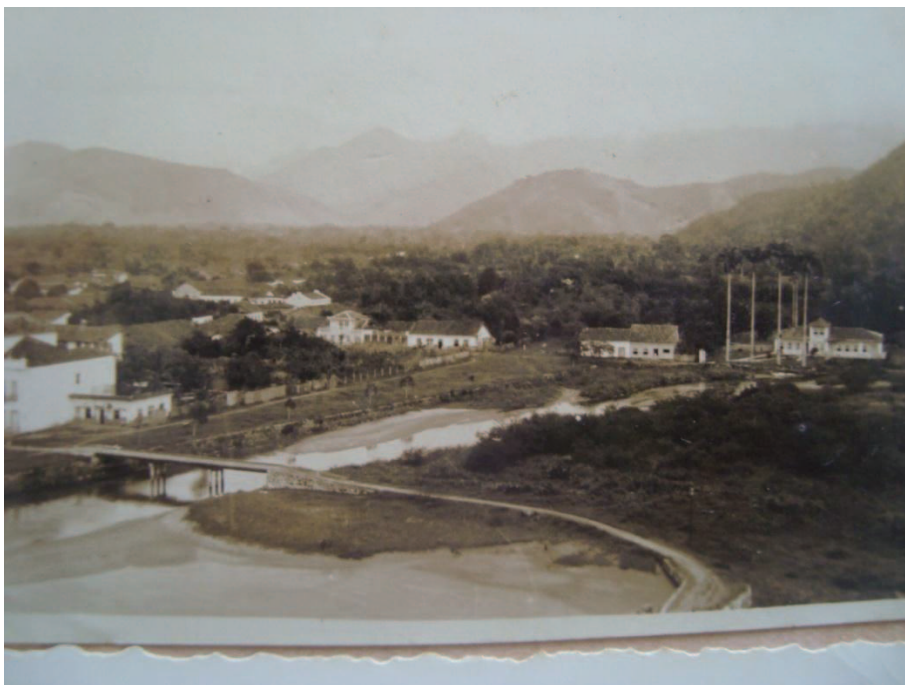
Reunião da família Penna ,na residência localizada na rua Silveira Lobo década de 50 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Escola isolada localizada na Ilhabela década de 40 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Escola rural localizada no litoral norte, 1928 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



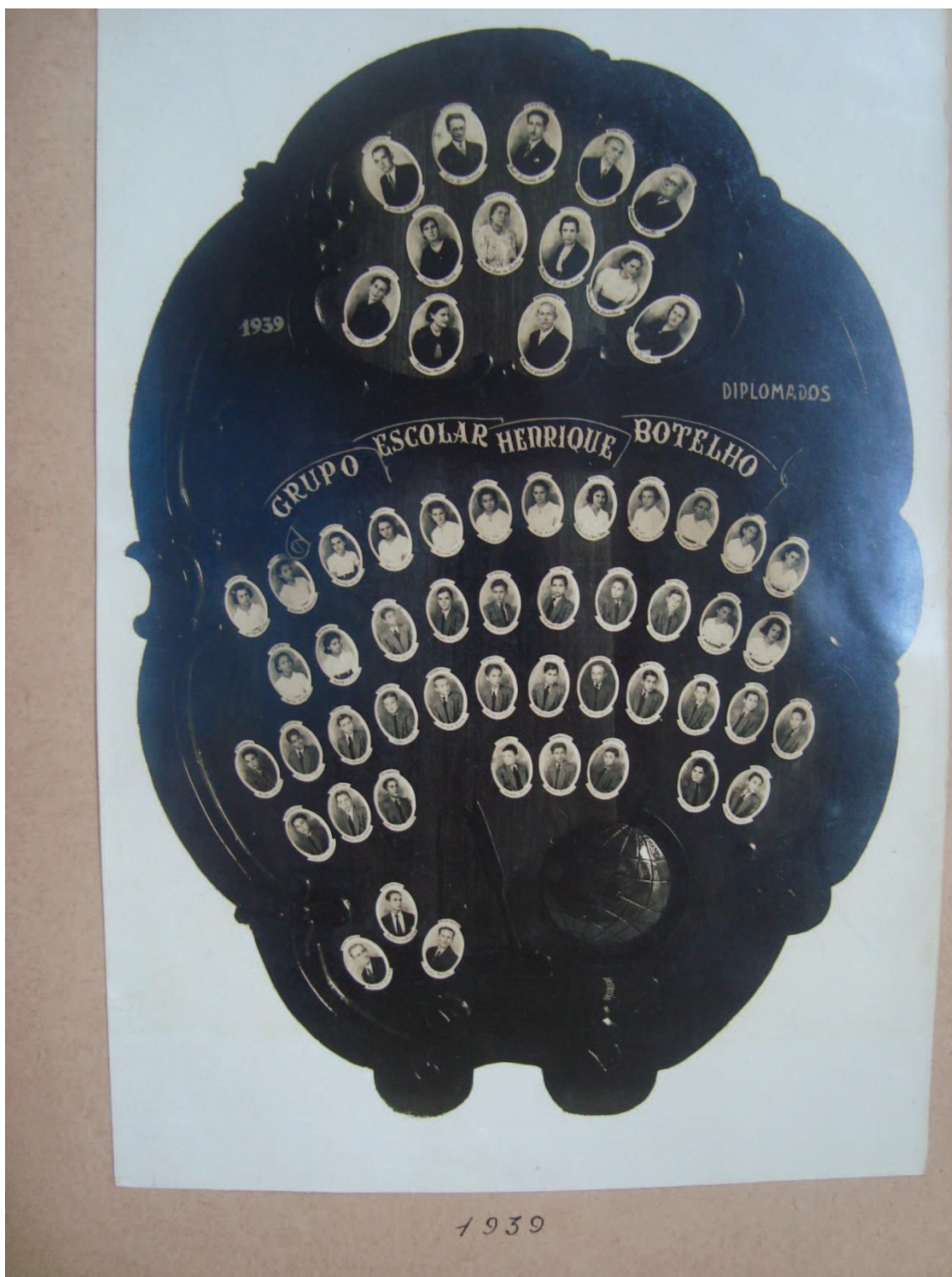
Comunidade rural localizada na zona escolar de Registro na década de 40 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Aula desenvolvida em uma escola isolada, localizada na comunidade de São Pedro, Vale do Ribeira em 1939 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Alunos de escola isolada, localizados na comunidade de Mato de Dentro, Iguape 1939 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



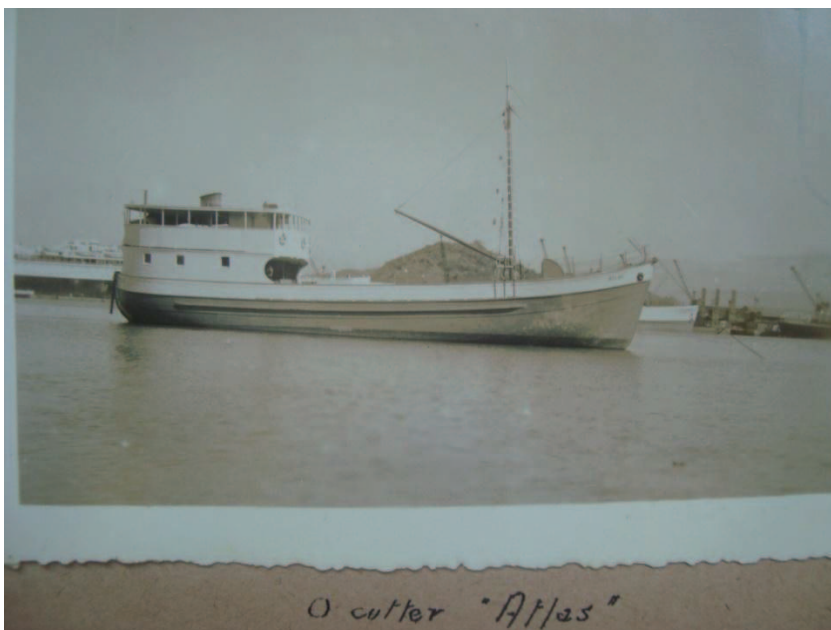
Quadro dos diplomados em 1939, no grupo escolar Henrique Botelho, comunidade de São Sebastião litoral norte paulista fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



**Escola típica Rural
construída na comunidade de São Sebastião praia da Enseada década de 40
fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna**



**Almoço comemorativo de 50 anos do primeiro Grupo Escolar da cidade de
Ilhabela 1952, fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna**



Barco usado como transporte pelo professor Penna e inspetores para visitar escolas no Litoral norte paulista década de 30 arquivo fonte pessoal de Luiz Alberto Penna



Escola primaria da comunidade do Braço localizada na cidade de Eldorado Paulista, 1950 fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



**Inauguração do grupo escolar de Suarão, cidade de Itanhaém década de 50
fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna**



**Alunos da escola da colônia japonesa de Registro década de 50 trabalhando
em horta localizada nas proximidades da escola fonte arquivo pessoal de Luiz
Alberto Penna**



pequena
propriedade rural, localizada na zona escolar do alto Ribeira década de 40
fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Trabalhador rural da região do Baixo Ribeira década de 40 fonte arquivo
pessoal de Luiz Alberto Penna

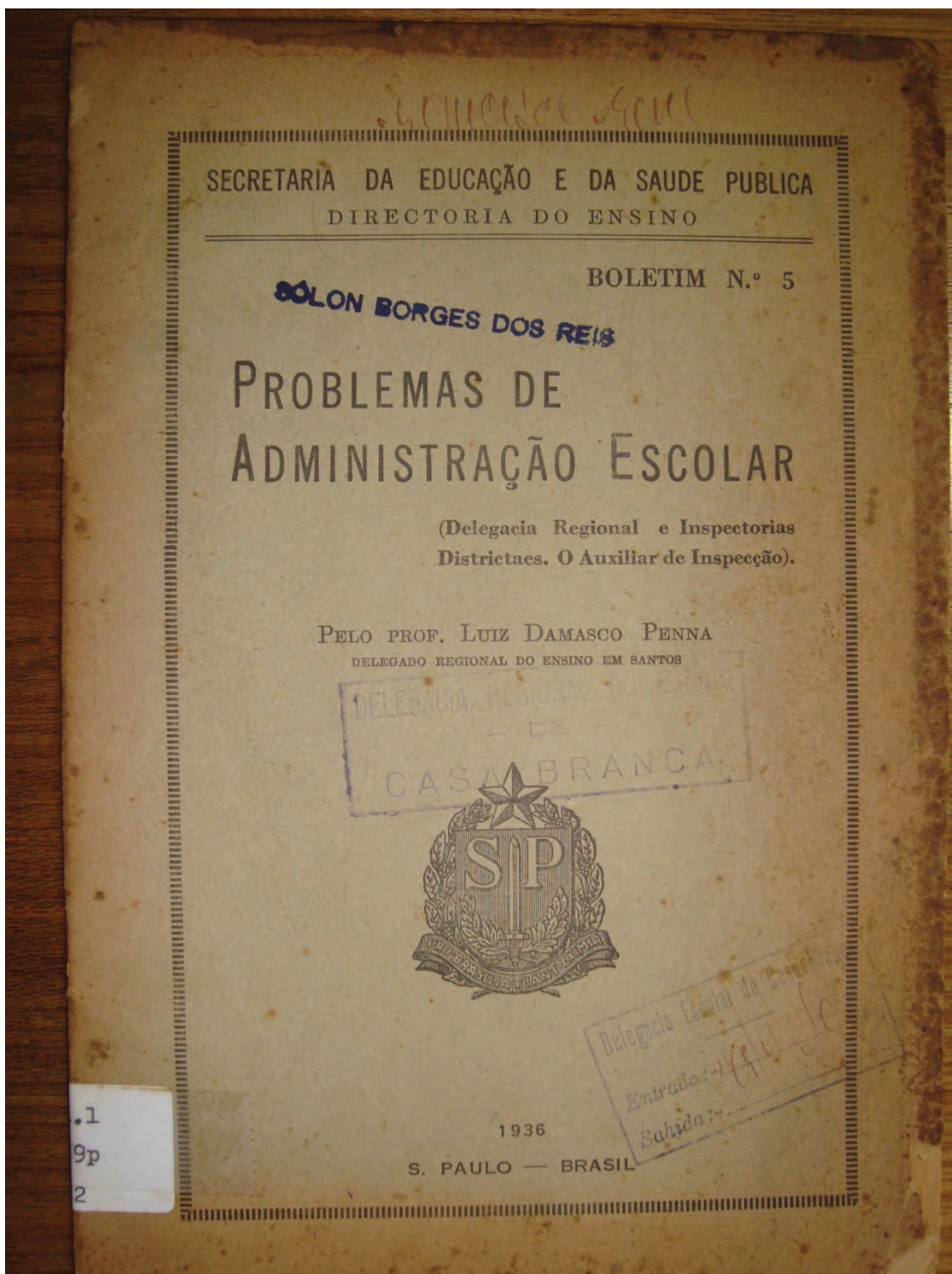


Visita do diretor da secretaria de educação do Estado de São Paulo Antonio Almeida Jr (quarta pessoa sentada da direita para a esquerda) ao Litoral paulista em 1936 acompanhado do delegado regional de ensino da zona escolar professor Luiz Damasco Penna (terceiro da direita para a esquerda) fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Inauguração do gabinete dentário na cidade de Santos com a presença do delegado regional de ensino Luiz Damasco Penna 1952

Fonte arquivo pessoal de Luiz Alberto Penna



Trabalho elaborado por Luiz Damasco Penna sobre a inspeção da educação no Estado de São Paulo-1935 Fonte:Arquivo Pessoal Luiz Alberto Penna.

| CLASSIFICAÇÃO | TOMBO |
|-----------------------|-----------|
| 71.1 4597 ex. 2 | 6402 |
| DATA | RUBRICA |
| 1-8-28 | Inaudível |

DIRECTORIA DO ENSINO

Director do Ensino — *A. Almeida Junior*
 Director da Secretária — *Armando Araujo*
 Chefes de Serviço — *Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, Euzebio de Paula Marcondes, Luiz Galhanone, Francisco Jarussi, Luiz da Motta Mercier, Fabiano Lozano, Maximo de Moura Santos.*

Delegados Regionaes

Capital — *Luiz Amaral Wagner*
 Araraquara — *Otoni Pompeu Piza*
 Baurú — *Collatino Fagundes (em commissão)*
 Botucatu — *João Teixeira Lara*
 Campinas — *Malvino de Oliveira*
 Casa Branca — *Oscar Augusto Guelli*
 Guaratinguetá — *Anisio Novaes*
 Itapetininga — *Fernando Rios*
 Jaboticabal — *Dorival Dias Minhoto (em commissão)*
 Lins — *Sylvio da Costa Neves*
 Piracicaba — *Francisco Faria Netto*
 Presidente Prudente — *Victor Miguel Romano*
 Ribeirão Preto — *Francisco Alves Mourão*
 Rio Claro — *Waldomiro Guerra Corrêa*
 Rio Preto — *José Closel*
 Santa Cruz do Rio Pardo — *Salvador Ovidio de Arruda (em commissão)*
 Santos — *Luiz Damasco Penna*
 São Carlos — *Milton Tolosa*
 Sorocaba — *Clodomir Ferreira de Albuquerque*
 Taubaté — *Francisco Lopes de Azevedo*

A D V E R T E N C I A

O prof. Luiz Damasco Penna, collaborador efficiente e leal de varios directores do Ensino, pertence a esse pugillo de delegados regionaes que, por se terem identificado com o trabalho e lhe haverem dedicado toda a sua energia, se fizeram as columnas mestras da administração escolar. Apresenta elle, neste Boletim, que mando publicar á sua revelia, um acervo de observações pessoaes, avivadas pela critica serena de quem se move pelo interesse unico de aperfeiçoar o nosso aparelho educativo. Vale a pena lê-lo e reflectir sobre as suas ponderações.

Das diversas instituições a que allude o autor, tres se salientam pela importancia, no quadro da administração: as delegacias regionaes, as inspectorias districtaes e os auxiliares de inspecção.

Quem quizer entender deve lembrar-se de que o Estado de São Paulo se divide, no tocante ao Ensino, em vinte e uma "regiões", cada uma das quaes fica entregue a um "delegado regional", sujeito immediatamente ao director do Ensino. Reparte-se a região em dois ou mais "districtos", de que se encarregam os "inspectores escolares". O districto, por sua vez, se compõe de municipios, cujas escolas ficam subordinadas a um "auxiliar de inspecção", em regra director do grupo escolar na localidade.

Convem a divisão em regiões, inaugurada em 1920, e hoje em vigor? Responde o autor pela affirmativa, a despeito da opinião do reformador de 1925, que fez entrar em collapso, por cinco annos, a descentralização pelas delegacias. A politicagem do interior, — dizia-se então, — envolve, embaraça e inutiliza o delegado. Por isso, venha este para a Capital. Mas de lá para cá, as cidades progrediram, os costumes politicos melhoraram, tornou-se possivel ao delegado do Ensino trabalhar a coberto das paixões partidarias e dos meçericos de campanario.

Ficaram, porém, daquella syncope, duas lições dignas de meditação.

Uma é a necessidade, já agora imprescindível, das delegacias regionaes, que, para melhor efficiencia, precisam apparellhar-se convenientemente de pessoal e de meios materiaes. Vai longe o tempo em que o delegado e um secretario "part-time", installados num desvão do grupo escolar, bastavam para tudo. Hoje, é indispensavel alojar decente e commodamente a repartição; dar-lhe secretario de tempo integral, um ou dois auxiliares de secretaria, servente, telephone, maior verba de expediente, machina de escrever, machina de calcular, gazolina... E, acima de tudo, o grau de autonomia compativel com a responsabilidade da funcção. A macrocephalia da Directoria do Ensino, a que alludiu o prof. Penna, é menos um valor absoluto do que a desproporção organica e funccional, a desharmonia gritante com as delegacias regionaes.

A outra lição decorre da propria causa que determinou a suppressão de 1925. O delegado regional gerado nas entranhas da politica, ou que por ella venha a ser seduzido, jamais poderá governar com acerto as suas escolas. Delegado e delegacia precisam ficar resguardados dos choques partidarios e manter-se na serena attitude de imparcialidade que se pede aos orgams da justiça. Embora dignas e meritorias, as duas actividades são incompativeis entre si. No instante em que se firmam tradição e doutrina a respeito desse importante organismo da nossa administração, esteja presente no espirito de todos esse ensinamento do passado.

O segundo assumpto do prof. Penna, — aquelle que motivou o seu trabalho, — é a questão da residencia dos inspectores districtaes. Ficarão na cidade da delegacia, como até ha pouco, indo periodicamente visitar os municipios? Ou, ao contrario, como agora, devem ter domicilio na sede districtal?

Se raciocinasse por symetria, o autor opinaria pela residencia no districto, descentralizando-se a delegacia, como a delegacia descentraliza a administração geral. Mas ha razões mais fortes que a symetria. Especialmente a que levou, em 1925, a supprimir as delegacias, e que agora, sob aspectos differentes, como faz notar o autor, ainda vale para os districtos. Por isso, e por muitos outros motivos, o prof. Penna se inclina pela residencia na sede da região. No mesmo sentido se manifestaram oito collegas seus, sendo que os demais pleiteam uma solução eclectica, variavel segundo a região.

O terceiro grande assumpto do delegado regional de Santos é o problema do auxiliar de inspecção. Por desculpavel

— 5 —

vaidade, apraz-me recordar que o auxiliar de inspecção foi invenção minha, acceita de prompto pelo dr. Sampaio Doria, na sua reforma de 1920. Vejo agora com satisfação o seu louvor, na boca autorizada de um delegado de Ensino. E não posso senão subscrever tudo quanto este propõe, no sentido de melhorar a instituição, restabelecendo-a nos municipios que a perderam e dando ao funcionario uma remuneração que, embora ainda modesta, deixe de ser ridicula.

Taes os themas mais salientes deste Boletim. O exercicio da funcção de delegado do Ensino tem sido uma forja de administradores escolares, em que os caracteres de boa tempera consolidam para sempre o habito do trabalho, a firmeza das attitudes e o desembaraço das opiniões, — tudo orientado por um tacto social agudissimo e contido nos quadros da mais elevada disciplina. Ahi está, para documental-o, o relatorio do delegado regional de Santos.

São Paulo, abril de 1936.

A. Almeida Junior.

Director do Ensino

PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

As Delegacias Regionaes do Ensino

As delegacias regionaes do Ensino, creadas em São Paulo pela lei n.º 1.750, de 8 de dezembro de 1920, supprimidas pelo art.º 93, do decreto n.º 3.858, de 11 de junho de 1925, e restabelecidas pelo decreto n.º 4.795, de 17 de dezembro de 1930, representam, segundo pensamos, a melhor maneira de realizar o serviço de inspecção escolar e constituem, ainda, organs indispensaveis no aparelho do Ensino.

A de Santos foi constituída em dezembro de 1930 com os mesmos municipios que integravam os districtos escolares do litoral a saber: Ubatuba, Caraguatatuba, Villa Bella, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaen, Iguape, Cananéa, Jacupiranga e Xiririca. Não soffreu modificações por occasião do augmento de delegacias operado pelo decreto 5.335, de 7 de janeiro de 1932, e está bem como está, não comportando annexões nem desannexões de districtos ou municipios.

Que a delegacia é um organ util e, mais, presentemente um organ indispensavel, facil será demonstral-o se tentarmos um estudo, ainda que ligeiro, do que tem sido o serviço de inspecção escolar no Estado.

Sabemos perfeitamente que a historia da organização escolar do Estado é uma historia de reformas escolares. Um simples catalogo das leis, decretos, decisões, actos, que têm modificado (ou pretendido modificar) o aparelhamento escolar, encheria laudas. “Não basta perscrutar o que se decretou e as leis promettiam; o que mais importa é conhecer o que se executou e o que ellas produziram”; já dizia em relatorio de instrucção publica de 1852 o dr. Diogo de Mendonça Pinto. Mas outras, innumeradas reformas foram feitas ao depois, todas, como é natural, abrindo largo espaço á questão da inspecção escolar. Examinal-as fornece, além de ensinamentos notaveis, a impressão exacta da descontinuidade de direcção e, — admira — da periodicidade quasi mathematica com que as soluções, aqui repudiadas, voltavam alli á baila.

E’ folhear uma collecção de leis e decretos desde a provincia, é folhear uma collecção de annuarios do Ensino.

Baste um exemplo para que se aquilate o que tem sido essa falta de continuidade: — o caso dos conselhos de Ensino, quer dos locais, quer do grande conselho, o provincial ou estadual. A primeira lei que se promulgou na provincia sobre ensino, a de n.º 34, de 16 de março de 1846, já trazia no seu art.º 25, um conselho, ancestral da Associação de Paes e Mestres: — “haverá em cada povoação — dizia ella — onde houver escola publica ou particular, uma commissão composta de tres cidadãos residentes no lugar, um nomeado pelo Governo e dois pela Camara, sendo um sacerdote, o qual poderá ser o parochó”. Convem, por isso que se está estudando inspecção escolar, transcrever suas attribuições. A essa commissão, competia:

§ 1.º — Inspeccionar as escolas publicas e particulares, fazendo pelo menos uma visita mensal;

§ 3.º — Examinar a salubridade da escola e bem assim a maneira por que é executado o programma e cumprido o regulamento;

§ 4.º — Enviar trimestralmente ao Governo uma informação circunstanciada das escolas;

§ 5.º — Assistir aos exames annuaes;

§ 7.º — Exigir esclarecimentos e um mappa annual do movimento escolar;

§ 8.º — Attestar o exercicio dos professores.

Pois bem. Desde essa embryonaria organização que enfeixava em suas mãos competência e poderes hoje attribuidos não só a funcionarios como a repartições diversas, até o Conselho de Educação creado pelo art.º 202 do Codigo de Educação, o que se vê é um sem numero de organizações semelhantes, umas com funções administrativas, outras com funções technicas, outras ainda com funções consultivas, algumas com caracter participante de todas as funções, as disciplinares inclusivé; muitas que não chegaram a ser instaladas, como o Conselho Regional de Educação, de que trata o art.º 53 do decreto n.º 2.944, de 19 de dezembro de 1917, o qual se haveria de constituir, em cada municipio, dos cinco seguintes membros: promotor publico, presidente da Camara Municipal, director do Grupo Escolar e duas pessoas gradadas da localidade, nomeadas pelo Secretario do Interior; todas creadas com abundantes considerações e substituidas, d'alli a pouco, com considerações não menos abundantes.

A utilidade das reuniões das autoridades

E vê-se também que o que tem garantido uma certa unidade de vistas e continuidade de esforços no aparelho administrativo, têm sido os conselhos de facto mais ou menos periodicamente reunidos — as reuniões, conferencias e congressos — ora de directores, depois de inspectores, de delegados, de directores de normas, de chefes de Serviço, emfim, que quasi todos os directores do Ensino têm promovido. Ao lado de uma legislação multifaria ha — e bem o percebe quem conhece intimamente a organização escolar — ha uma tradição administrativa, um como que corpo de doutrina, que se transmite por accôrdo tacito, *joeirando*, se se me permite, e garantindo os alicerces sobre os quaes se vae mantendo a escola.

Isso poderá ser um mal, empallidecendo surtos reformadores. Mas poderá ser um bem, convenhamos, preservando o aparelho de inadaptações funestas.

O maior defeito dos congressos de chefes de Serviço reside em que temos, de ordinario, visão de angulo estreito, sem pejorativo: — focalizamos os assumptos com demasiada intensidade e minguada generalidade.

Por isso penso ter sido defeituosa a constituição do Conselho creado pelo decreto n.º 4.845, de 21 de janeiro de 1931 (que também não chegou a ser installado) e ser digno de experiencia o creado pelo art.º 202 do Código de Educação, que tem por fim “articular as forças sociaes com os grupos profissionaes especializados de educação, integrando as instituições escolares na sociedade e proporcionar a esta, por intermedio de seus representantes, os meios e opportunidades de participar directamente na organização e desenvolvimento do systema educacional do Estado”.

A instabilidade na direcção geral

Não tem escapado a esta temerosa contingencia da instabilidade a propria repartição central, — a Directoria do Ensino, cuja simples denominação origina decretos e cuja existencia se vem assignalando por movimentos de prolação e retracção de suas alçadas. Capaz, por vezes, como uma secretaria de Estado, se reduz, logo, a uma inspectoría geral. E já chegou uma vez a ser puramente supprimida, em 3 de setembro de 1895. Já se disse que era uma repartição macrocephala. Mas não era. É só cotejar os numeros actuaes, com os de 1898, por

exemplo, em que o Estado tinha 36 grupos e 600 escolas isoladas, coisa, hoje, para uma grande delegacia.

O que havia, antes do decreto 6.427, de maio de 1934 — e continúa havendo — é uma incomprehensível duplicidade de serviços: — os mesmos, mesmíssimos assentamentos são feitos na Directoria do Ensino e na Secretaria da Educação. E dahi resultam não só embaraços e entraves á tarefa administrativa, como resulta que tempo e pessoal são desviados do trato dos problemas technicos, que deveriam ser os seus.

Como o trabalho de inspecção se resente dos influxos providos da repartição central, não é demais continuemos estudando o assumpto. Situação velha. O professor João Lourenço Rodrigues, no relatório de 1907-1908, diz, em epigraphe: “as attribuições burocraticas desviam e perturbam a Inspectoria (*hoje Directoria do Ensino*) como centro director do Ensino”; e commenta “em seu relatório de 1898, o primeiro que apresentou ao Governo, o Sr. dr. Mario Bulcão, Inspector Geral, reclamava com insistencia fosse annexada á Inspectoria do Ensino a 2.^a Sub-directoria da Secretaria do Interior; era um começo de desvirtuamento da reforma; era conferir attribuições burocraticas a um director que só deveria occupar-se do Ensino; era avocar funcções extranhas aos fins reaes da inspectoria, em detrimento de suas funcções proprias, que só por si reclamavam largo dispendio de esforços”. E o dr. Oscar Thompson (*Anuario do Ensino de 1918*, págs. 15 e 16), diz: “As secções da Secretaria do Interior se encarreram, tambem, do mesmo serviço, sem a menor vantagem para a regularidade da escripturação; a dualidade de repartições com attribuições quasi identicas tem trazido graves inconvenientes para o serviço publico”. Depois de maio de 1934 a situação melhorou muito neste pormenor, mas pensamos que ainda a Directoria do Ensino tem muitas attribuições burocraticas.

A Inspeção Escolar

Passemos para a inspecção propriamente dita, para o contacto immediato do professor e da escola com o agente do Governo.

Variadissimas modalidades tem apresentado este serviço. Collectivo, com as commissões de 1846, individual, com os inspectores escolares; feito pela Camara Municipal, pelo Governo do Estado, simultaneamente pelos dois poderes; en-

tregue a leigos e só em época relativamente recente a funcionarios technicos, apresenta a sua historia o mesmo caracter de descontinuidade e, em cyclos alternados, verificam-se tendencias centralizadoras e tendencias descentralizadoras.

Temos historia feita até 1906, por João Lourenço Rodrigues.

Resume elle assim os periodos:

- de 1846 a 1851 — commissões inspectoras municipaes.
- de 1851 a 1868 — inspecção individual, com divisão da provincia em districtos.
- de 1868 a 1874 — inspecção simultanea dos inspectores de districto e presidentes das Camaras.
- de 1874 a 1892 — inspecção collectiva pelos conselhos municipaes.
- de 1892 a 1897 — inspecção individual com uma nova divisão em districtos, tendo inspectores technicos remunerados.
- de 1897 a 1906 — continuação da inspecção individual, associada á fiscalização municipal, *sem divisão de districtos*.

Conclue o ex-director geral que “o serviço de inspecção escolar, organizado como está, representa o resultado de uma evolução lenta, gradual, de uma successão de ensaios, nem sempre felizes, mas que em todo o caso deixaram ensinamentos mais ou menos uteis”.

Mas, continuamos nós, os ensaios proseguiram:

- de 1906 a 1920 — continuação da inspecção individual, associada á fiscalização municipal, sem divisão de districtos, isto é, residindo todos os inspectores na Capital.
- de 1920 a 1925 — inspecção exclusiva a cargo de inspectores technicos, superintendidos os districtaes por um inspector regional (como era a denominação dada no projecto da lei 1.750 ao delegado) residindo todos nos districtos ou nas regiões. Era, se se me permite, a descentralização centralizada. Encerra-se, com a criação do cargo de auxiliar de inspecção, a função fiscalizadora das camaras municipaes.
- de 1925 a 1930 — accentua-se (exaggera-se, na minha opinião) a descentralização; distribuem-se os inspectores pelos districtos, mas como se

trata de corpo numeroso de funcionarios, a dispersão do pessoal procura ser corrigida com a centralização ou melhor, com o cerceamento de sua autoridade, instituindo-se as inspectorias geraes, com séde na Capital; continuam os auxiliares de inspecção; apparecem os inspectores especiaes e, como surgem as escolas normaes livres, vêm mais tarde os inspectores geraes de escola normal livre; o numero de inspectores é por duas vezes augmentado; vae de 50 a 60 e de 60 a 80.

de 1930 a 1932 — restabelecimento das delegacias, em numero insufficiente e com organização (tambem ainda na nossa opinião) inconveniente; continuam os inspectores de districto e o agente de ligação entre elles e a administração central — o inspector geral — passa a residir na região e a chamar-se delegado regional do ensino; continuam os auxiliares de inspecção; apparece o cargo de assistente tecnico.

de 1932 a 1934 — augmento do numero de delegacias e centralização dos inspectores na séde da região; fiscalização local ainda a cargo do auxiliar de inspecção; augmento do numero de assistentes; inspecção do ensino particular a cargo de delegacia privativa; transformação dos assistentes em chefes de Serviço.

de 1934 para cá — volta o Serviço de Ensino Particular — que é um ensino commum — para as autoridades communs do Ensino; diminuição progressiva do numero de chefes de Serviço; creação da Superintendencia da Educação Profissional e Domestica; tendencia de autonomia para o Serviço de Educação Secundaria e Normal; ultimamente: — restabelecimento de districtos escolares e limitação do numero de auxiliares de inspecção.

A Delegacia Regional, repartição que se separou da Directoria Geral do Ensino, vamos dizer assim, por scissipari-

dade, concilia, por forma inexcedível, as necessidades da centralização com as vantagens da descentralização, maximé se perdurar a organização que o professor Sud Mennucci lhe deu e que o Código de Educação consubstanciou. Sempre houve, na administração do Ensino, um organ central, um agente e um organ local. As duvidas e os desacertos provieram de como seriam constituídos esses organs e de quaes seriam elles.

O Auxiliar de Inspeção

Não apenas, em 1920, se repartiu a autoridade central pelas varias zonas onde sua acção se haveria de exercer. Não apenas o agente — o inspector escolar — foi collocado mais á testa do serviço.

Um outro facto ha, contemporaneo dos dois, meio esquecido nelles, de importancia decisiva, e que é necessario destacar: — o apparecimento do auxiliar de inspeção.

Cada zona ficou com a sua autoridade regional. Cada municipio ficou com uma autoridade escolar de direito e de facto. Poderia então o inspector ser, como lhe compete, funcionario principalmente, exclusivamente quasi, tecnico.

Veio a medo a innovação do auxiliar de inspeção, é facil constatar pelas attribuições que o regulamento da lei 1.750 lhe deu, sendo de notar que a lei, ella mesma, não cogitava do cargo. No regulamento, decreto n.º 3.356, é que apparecem as funcções de auxiliar de inspeção, ainda assim como attribuições de director de grupo (art.º 180, n.º 15: auxiliar, se designado, a inspeção das escolas isoladas do municipio, cabendo-lhe neste caso, etc.). Cabiam-lhe as funcções até então exercidas pelos prefeitos ou seus prepostos, os antigos inspectores municipaes.

Como a serventia do funcionario era immensa, circulares, ordens, avisos, foram alargando e definindo suas funcções, até que a primeira reforma, a do decreto 3.858, de 1925, justamente a que extinguiu as delegacias, incorporou o cargo na legislação, dando-lhe logo no seu art.º 4.º um logar como autoridade escolar dependente do Director Geral, e estabelecendo-lhe justissima, embora modesta remuneração — 50\$000 mensaes — e lhe dedicando no regulamento todo um capitulo, o IX do Titulo que abrange a Administração e Direcção do Ensino.

O decreto 5.335, de 7 de janeiro de 1932, mantem o cargo, mas supprime a gratificação. O Código de Educação a restabelece. Mas precisamente no anno em que começaram esses funcionarios a receber a gratificação restabelecida, um novo decreto, de julho de 1935, limita o seu numero.

Que sempre se occupou o auxiliar, não resta duvida.

Basta que se diga que o auxiliar de inspecção é sempre o director do nosso grupo escolar, esse funcionario que é o fulcro mesmo da organização escolar, para que se descance sobre a sorte das funcções de auxiliar de inspecção. Mas ainda assim houve sempre como que receio de dar-lhe attribuições, e *de dar a todos os municipios* um auxiliar, embora nunca houvesse restricções para dar-lhe toda a sorte de trabalhos; ainda agora são obrigados a interromper as férias para irem dar attestado a professores que se removem ou ingressam no magisterio. O recenseamento do Estado, em 1934, é, muito, obra dos auxiliares de inspecção. A movimentação rapida de titulos e portarias de licença, deve-se a elles. Só a elles é que o Almojarifado deve a notavel melhoria do serviço de distribuição, aproveitamento e inventario regular do material escolar.

Mas parece que é posta em duvida sua utilidade e necessidade: — aqui, tira-se-lhe a gratificação; alli, declara-se que em certos municipios não haverá auxiliar. E' preciso, preliminarmente, ficar bem claro que delegado é uma coisa, inspector escolar, outra, e auxiliar de inspecção, outra ainda, cada uma destas autoridades devendo ter raio de acção e natureza de funcções, bem definidos.

Aspiração antiga: um tecnico como autoridade local

Entretanto, velha era a aspiração de entregar a funcionario tecnico a inspecção municipal. Já se viu que o Conselho Regional de Educação, creado em 1917, teria como membro o director do grupo escolar, sem duvida para legalizar uma situação: — o director do grupo sempre foi, de facto, um ajudante ou auxiliar do inspector escolar. E talvez para dar á fiscalização do ensino um caracter mais tecnico; e mais isento.

O inspector escolar João Pinto e Silva, no Anuario de Ensino de 1910-1911, acha que "a acção exercida pelos inspectores municipaes nas escolas publicas é, as mais das vezes, perturbadora", e o professor João Lourenço Rodrigues, antes, em 1908, já indicava, como modificação a introduzir na administração:

* — Substituição dos inspectores municipaes leigos por profissionaes do ensino. Já se viu que o pessoal leigo pode fazer, quando muito, uma fiscalização exterior, vexatoria, não

raro, para o professor, e inefficaz para o ensino. E' indispensavel, pois, confiar a inspecção local a profissionaes do ensino. "Para concluir, depois de outras considerações, propondo fosse um dos professores commissionado como inspector municipal.

Foi o que se fez em 1921, melhorada a ideia. Não um professor, mas um chefe de Serviço, o director do grupo, que não necessitou de substituto, pois não tinha escola, era já funcionario affeito a coisas administrativas, e tinha, á sua disposição, uma verdadeira repartição, gabinete, deposito de material, empregados subaltermos, verba de expediente e — importante — classes graduadas para exercicio e observação dos professores de escolas isoladas, por occasião das palestras e reuniões pedagogicas, logo estabelecidas.

E tinha mais. Aquelle prestigio que o nosso director de grupo geralmente sabe consolidar e de que nós, a administração, estamos a cada passo lançando mão para resolver as mil e uma difficuldades que a installação e manutenção das escolas isoladas suscitam. E a influencia desse funcionario começou a ser tamanha, que logo se delineou o mesmo phenomeno já observadô nos grupos: — tal director, tal grupo.

Pois bem. Embora a acção do auxiliar seja muito menor em relação ás isoladas, que a do director em relação ao grupo, o que se vê invariavelmente é que, quando o grupo da cidade é bom, boas são de ordinario as escolas do municipio.

O Codigo de Educação procurou, codificando como lhe competia, e corrigindo a delimitação — antes vaga — das suas attribuições, deixar nitidas as funções do auxiliar, dando-lhe toda a amplitude compativel e alliviando inspectores e delegados de todas as incumbencias que pudessem ser transferidas para a autoridade local. De um modo geral ficou o auxiliar com todas as funções que tem o director do grupo, no grupo, exceptuada quasi que por completo a função technica, porque technica é para ser feita em classe e a classe de isolada está mais ou menos fóra do alcance do auxiliar. O delegado tinha em 1920, por exemplo, a incumbencia de "abrir, numerar e encerrar os livros de escripturação das escolas da região". Tinha a de dar exercicio e posse aos professores de escolas isoladas da região. Se o director do Grupo Escolar de Cananéa tem competencia legal para acceitar compromisso e dar posse a seus adjunctos, não sei que menos sacramentada fique a posse dos professores de escola isolada quando realizada lá e não aqui, na delegacia. Delegado

e inspectores foram feitos para viajar; inspectores, principalmente. Fica a professora, quando não encontra autoridade na séde, o que tem de ser commum, obrigada a despesas que quasi nunca pode supportar, esperando para assignar o compromisso. Ou então é obrigada, conforme a localização da séde original, a emprehender viagens de ida e volta inuteis. Depois, nunca mais se avistará com o delegado; com quem ella deve lidar, a proposito de tudo, desde o material que está na estação até para resolver questões miudas de pensão, é com o auxiliar. Ha outra vantagem, não de desprezar-se, no concentrar a vida escolar no municipio. O municipio é uma circumscripção administrativa permanente. Districtos e delegacias são, dado o nosso já constitucional habito da reforma, circumscripções de vida mais ou menos precaria. Cada annexação ou desannexação vem acompanhada da ordem de repartição e transferencias dos archivos. E quando, como por exemplo agora, ha necessidade de buscas para concursos, ninguem informa ao certo onde pára a papelada de dada época.

A remuneração dos Auxiliares de Inspeção

Um só defeito, grande, ha na organização do apparelho escolar, quanto aos auxiliares de inspeção: — a exiguidade da retribuição que lhes é destinada.

Vossa Senhoria, Senhor Director do Ensino, ha de estar lembrado de que se debateu pelo restabelecimento da gratificação do auxiliar e mais pelo estabelecimento de outra tabella, quando foi da elaboração do Codigo de Educação, commissão em que tive a subida honra de estar a seu lado. Pleiteou alli Vossa Senhoria uma tabella proporcional ao numero de escolas do municipio, e que se me não engano, seria esta:

| | |
|------------------------------|----------|
| até 10 escolas | 50\$000 |
| de 11 a 20 escolas | 75\$000 |
| mais de 20 escolas | 100\$000 |

Achamos que ainda esta gratificação é insufficiente. Se puderem ser augmentados os vencimentos dos directores, que se considere que melhor tabella para auxiliar de inspeção augmenta o ordenado exactamente dos directores que têm mais trabalho no Estado e, então, pensamos não seria desarrazoado se pagasse aos auxiliares:

| | |
|------------------------------|----------|
| até 10 escolas | 100\$000 |
| de 11 a 20 escolas | 150\$000 |
| mais de 20 escolas | 200\$000 |

Ainda as Delegacias Regionaes

Mas isso, o apparecimento do cargo de auxiliar de inspecção, não foi tudo. Voltemos á delegacia. Installaram-se sob os melhores auspícios, creadas por lei cujo projecto motivou uma das maiores campanhas sobre o assumpto, no Congresso estadual, na imprensa, na tribuna, de onde seus autores e defensores e de onde o director do Ensino — o illustre dr. Sampaio Doria — desenvolveram notaveis estudos sobre a materia. De ontem são estes acontecimentos e não necessitam rememoração. De ontem são os resultados, irrecusaveis, que a nova organização proporecionou.

Basta ter o dr. Lourenço Filho lançado mão em 1930 dessa forma de organização, para estar justificada sua excellencia. Num momento em que o conhecido educador, com a alta responsabilidade do seu nome, se empenhava solennemente na realização de um plano educacional e num momento — note-se — em que agia livre de quaesquer peias, não iria elle prejudicar os seus intentos, adoptando um typo de inspecção susceptivel de comprometter-lhe a obra. E o seu juizo sobre o systema estava feito, pois que na pag. IX da Estatistica Escolar de 1930 (publicação n.º 1 da Estatistica e Archivo da Directoria do Ensino) declara “que as estatisticas melhoraram consideravelmente de 1921 a 1925 e attribue isso ás delegacias”.

Essa organização não é exclusivamente nossa — a de delegacias ou departamentos regionaes — havendo outros paizes que a adoptam. E não é a ideia. Ainda o professor João Lourenço Rodrigues, no capitulo que tem o suggestivo nome de *Lição dos factos*, do relatorio de 1908:

“ Um outro ensinamento resalta do retrospecto feito, e que é: nos limites da nossa experiencia, o melhor systema de inspecção escolar é aquelle que, entregando esse serviço a profissionaes do ensino, dá-lhes uma zona de acção bem definida. A divisão do Estado em districtos constitue, pois, condição indeclinavel para se tornar effectiva a responsabilidade dos inspectores e obter, na orientação do ensino, a indispensavel continuidade. Dos diversos alvitres lembrados para melhorar o serviço de inspecção escolar, o que mais se abeira desse desideratum é o da criação de duas categorias de inspectores. Os actuaes inspectores, que então tomariam o titulo de directores do ensino ou

inspectores centraes, ficariam servindo de intermediarios entre os inspectores residentes e a Inspectoria Geral; fariam, em reuniões periodicas, as vezes do extinto Conselho Superior”.

A involução das Delegacias

As attribuições conferidas aos delegados pelo decreto n.º 3.356, de maio de 1921, foram aos poucos sendo melhor definidas por circulares expedidas pelo professor Guilherme Kuhlmann, já então Director Geral. E foram, ao depois, sendo praticamente restringidas por avisos e actos do Governo, de sorte, que, quando o decreto n.º 3.585, de 1925, extinguiu as delegacias, já eram ellas simples armazens reguladores de papeis.

E foram os delegados nomeados inspectores e todos os inspectores distribuidos por districtos. Então houve um livro chamado *curriculum vitae*, que deveria ser aberto e rubricado pelo Inspector Geral (quatro, com séde em São Paulo, superintendendo cada um os serviços de uma zona, ou grupo de districtos) e a quem competia, visitando os districtos, inspecção o trabalho dos inspectores. Houve uma phrase: “Inspectores e não Inspectorias”. Quer dizer: technicos trabalhando em technica, inspecção; nada de papeis e de expediente. Severas instrucções foram expedidas para garantir o desiderato, com minuciosas especificações do numero de kilometros a serem percorridos, das horas a serem viajadas, dos pernoites a serem observados, das diarias a serem cobradas e — louvavelmente — da technica a ser dispendida: — “deveria o inspector, em cada visita, assistir pelo menos a uma aula e dar, pelo menos tambem, uma aula e deveria, ainda, visitar no minimo uma unidade por dia”.

Mas houve tambem instrucções sobre o que se haveria de escrever no *curriculum*. Resumo dos trabalhos de inspecção realizados, dia por dia, com o nome do municipio, da escola, do professor, diaria vencida, conducção utilizada, kilometragem percorrida, preço, numero da requisição do passe, matricula geral e actual, porcentagem de frequencia, numero de analphabetos, constituição das secções do primeiro anno, aulas assistidas, aulas dadas.

Tudo muito bem, pois são dados estatisticos necessarios á elaboraçao do roteiro e da prestaçao de contas e convenientes para o controle do serviço. Mas havia mais: respostas dadas a consultas recebidas, copia de officios, circulares e memoran-

dos expedidos, requerimentos e processos com a informação transcripta na integra. E como dava elle posse e exercicio, escripturava livro de registro de titulos e portarias, principalmente na séde, onde e como de julho para cá, não poderia ter auxiliar de inspecção; fazia mappas de faltas e de movimento em variadas vias e diversos exemplares de roteiro e prestação de contas; escripturava o livro de carga e descarga do material não só do municipio séde, como de quantos municipios não tivessem tres escolas; fazia as reuniões mensaes de professores de escolas isoladas. Não era inspector; era escripturario. E a gente ficava em duvida sobre se o pagavam para ver escolas ou para encher aquelles livros de 100 folhas, o qual, cheio, continuava no seguinte.

De tórna viagem, fatigadissimo, é que encontrava, invariavelmente, ruma de officios a ler, circulares a transmittir, processos a informar e a extractar. E, como mesmo na séde lhe era vedado occupar-se exclusivamente de expediente, visitava ás carreiras alguma classe do grupo escolar e se debruçava, noites a dentro, em trabalhos de escriptorio. Tinha de ter uma secretaría, tinha de ter um archivo, forçosamente, pois do contrario não poderia informar os papeis que lhe eram remettidos para isso.

Era a situação de estafa a que Sud Mennucci se referiu e a que deu remedio:

- a) augmentando o numero de delegacias;
- b) dando á delegacia um secretario em commissão, só secretario;
- c) centralizando os inspectores na séde das delegacias.

Todo o expediente passou a ser tratado directamente entre os estabelecimentos e auxiliares de inspecção e a delegacia. O inspector se viu alliviado dos serviços burocraticos e restituido ás suas verdadeiras funcções. A delimitação das tarefas do delegado (e da delegacia), dos inspectores e da autoridade local (director de grupo e auxiliar de inspecção) parece que está bem feita no Codigo de Educação.

A residencia dos Inspectores

Estas razões de economia de trabalho e de definição de funcções, por si bastariam a justificar a residencia dos inspectores na Delegacia (séde), se outras não houvesse. Mas ha. Quanto foi opportunamente invocado para reunir os inspectores na Capital, milita em favor da reunião na séde da Delegacia.

Não faço minhas, mas cito as palavras do dr. João B. de Mello Peixoto, Secretario do Interior, no relatório de 1898:

“ Com effeito, isolado o inspector do centro de acção administractiva, longe do seu influxo immediato, muito adstricto ao meio local, onde tantos abusos se davam, era natural que o seu zelo arrefecesse, deixando-o deslizar na mesma corrente entorpecedora da tolerancia”.

Não faço minhas porque sei que os meus collegas não arrefecem o zelo, mas cito porque sei, de testemunho proprio, o que tem custado a elles, de sacrificio de toda a casta, a defesa dos interesses do ensino na situação de inferioridade em que ficam, adstrictos ao meio.

E o professor João Lourenço Rodrigues, apreciando a centralização dos inspectores na Capital, diz:

“ A centralização dos inspectores escolares na Capital trouxe vantagens e uma dellas foi subtrahil-os á influencia entorpecedora da politica local”.

Convem esclarecer que o termo politica não se deve entender apenas como as manifestações partidarias nem sempre bem conduzidas. Nos logares pequenos faz-se politica, sabe-se, a proposito de tudo e até sem nenhum proposito.

Uma grande cidade, como são as sédes das delegacias, tem hoje, a respeito deste assumpto, as mesmas vantagens que tinha São Paulo naquelle tempo. Os costumes se têm modificado profunda e rapidamente, meios novos de civilização têm concedido aos grandes centros do interior as mesmas vantagens de isenção de que a Capital se beneficiava e têm constituido essas localidades em centros capazes de assegurar para o inspector o conforto intellectual e o amparo social de que elle necessita para o proveitoso exercicio do cargo.

A reunião de inspectores e do delegado constitue na delegacia um conselho de facto. Demais, se é desacertado trocar frequentemente de inspector — o que annulla sua responsabilidade — a experiencia tem demonstrado não ser conveniente permanecer elle á testa dos mesmos estabelecimentos por largo tempo.

O proprio communicado de serviço n.º 19, de 1933, da Directoria do Ensino, prescreve que não fique um inspector no mesmo districto mais de tres annos.

Sempre, quando os inspectores residiam na Capital, houve transferencia de zona. E muitas vezes — frequentemente mesmo — quando residentes no interior, foram mudados de

districto. Residindo todos na séde da delegacia, essa remoção, proveitosa aos interesses da administração, não constitue damno para a economia do funcionario. Antes, só proveito terá o inspector em residir na séde. Os filhos, iniciado um curso, sabe elle que esse curso proseguirá sem interrupções. A familia, viva elle embora soffrendo tudo quanto nós inspectores sabemos soffrer, fica com o conforto assegurado. Importa, e muito, num trabalho da natureza destes, em que o *full time* é instituição intrinseca, o estado de espirito do funcionario. Pede-se-lhe renuncia, isenção, ausencia de horario, mingua de repouso, excesso de fadiga, sacrificio — maximé na nossa zona — de rudimentares exigencias physiologicas, pois que elle aqui ha de ter, ás vezes, somno, fome e séde, ha de combater — Deus sabe com que frequencia — o instincto de conservação, quando se vê alçado no cólo de uma vaga ou grimpado, numa equitação grotesca, no trilho mais invio. De-se-lhe ao menos a segurança da familia.

Razões inacceptaveis

Duas questões são suscitadas sempre que se trata deste assumpto, e que, pretendem, são motivos para que o inspector more no districto:

- 1.^a) economia de diarias;
- 2.^a) contacto com o serviço.

Eu poderia argumentar com o Estado todo, que conheço soffrivelmente, e adduzir commentarios tendentes a defender a residencia dos inspectores na séde da Delegacia — o que é o meu irreductivel ponto de vista. As considerações que venho expendendo, são aliás, de applicação generalizada. Mas como ousar esperar assentimento para a minha opinião, preciso começar por acatar as contrarias e por isso me limito a tratar do meu caso.

Não ha economia de dinheiro pelo actual systema

Desde quando foi posto em execução o acto de 25 de março deste anno, de Sua Excellencia o Senhor Secretario, que deu séde a alguns inspectores escolares, dois delles passaram a residir, um em São Sebastião e o outro em Registro, districto de paz de Iguape, escolhido porque a rede de communicações rodoviarias e fluviaes para o litoral parte d'ali, em leque. Antigamente os inspectores gastavam diarias e conducção para

irem de Santos ao litoral norte e sul; agora gastam, mensalmente, para virem á delegacia receber vencimentos, prestar contas, receber novo adeantamento e — imprescindível — receber instrucções e entender-se commigo sobre a marcha dos trabalhos. Entre o vir e o ir cada um nunca leva menos de quatro dias. Isso porque o do litoral norte — o que acontece com todos nós — viaja seja lá em que especie de embarcação fôr. Essa economia, portanto, não ha, pois, muito naturalmente, fazem jús a diarias quando estão em Santos. Se aqui residissem, haveria uma unica diaria morta, a do dia da viagem, pois que no immediato já estariam n'alguma escola.

Poderiam, disse-se quando se quiz restabelecer o districto, visitar as unidades do municipios séde e até dos municipios visinhos sem gasto de diarias. Podem, alhures. Aqui, não. Nem mesmo no municipio séde deixam os inspectores do litoral de cobrar diarias e tanto que Sua Excellencia o Senhor Secretario, excepcionalmente e em virtude de representação que tive a honra de lhe endereçar, mandou acceitar as prestações de contas em que as diarias nessas condições são contadas, como aliás faz com o pessoal do Posto de Hygiene de Iguape.

Quem sáe de São Sebastião e vae para o sul desse municipio, onde ha 7 escolas isoladas, tem de demorar-se pelo menos cinco ou seis dias na viagem, pois ha de fazer 120 kilometros a cavallo, por caminhos pessimos; a contagem das diarias é indispensavel.

Assim em Iguape, qualquer que seja a séde do districto: em Iguape ou em Registro; municipio extensissimo e sem communicação rapidas, o inspector quando sáe, raramente poderá voltar no mesmo dia.

Não ha maior contacto com o serviço

O inspector, morando numa ou noutra das localidades apontadas, se distancia tanto e se ausenta por tanto tempo, que é como se tivesse vindo para Santos. Móra em Registro. Ha um caso grave que péde a sua presença. A delegacia saberá antes d'elle, se elle tiver descido o rio Araraquara ou tiver subido, para a Barra do Braço.

Registro, São Sebastião, ou mesmo que fossem Iguape, Xiririca, são pequenas localidades, onde ha grupo escolar e poucas escolas proximas, todas, entretanto, pedindo despesa de condução para a visita. Acabada a verba do inspector, que fica elle fazendo na localidade? Visitando o grupo escolar da séde,